

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.149/2026

Processo Administrativo nº E:02100.0000002753/2025

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 341/2025**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de novembro de 2025, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, realizará **LICITAÇÃO, para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: R\$ 96.307.200,00 (Noventa e seis milhões, trezentos e sete mil e duzentos reais)

Data da sessão pública: 07 de maio de 2026

Horário: 09h - (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: Aberto

Preferências ME/EPP/Equiparadas: Não

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.2.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e jovens aprendizes e mulheres vítimas de violência doméstica, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na lei complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor mensal e anual do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por

cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. Empresas brasileiras;

7.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais

após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.23. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote), o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que integre o grupo, não podendo qualquer deles ultrapassar o valor máximo estimado pela Administração.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de julgamento de proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de habilitação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendiz, no site oficial do Ministério do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

9.1.2. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, no site oficial do Ministério do Trabalho. (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e,

para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

5.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a certidão de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e certidão de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: projetos.seds@gmail.com ou realizar contato pelo telefone: 82 3315- 2373, com antecedência mínima de 48h, com vista a possibilitar os encaminhamentos internos e de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (<https://portal.sei.al.gov.br/>).

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade

superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: magda.amgesp@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1 ANEXO A – Modelo de Proposta Final;
 - 14.11.2. ANEXO B – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 14.11.3. ANEXO C – Minuta de Termo de Contrato;
 - 14.11.4. ANEXO D– Termo de Referência;
 - 14.11.5. Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 15 de abril de 2026

Ana Carolina de Moura Coelho
Assessora de Apoio de Contratação

Magda Correia Lemos
Pregoeira Responsável

ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA FINAL

Razão Social da Licitante:
CNPJ:
Endereço:
CEP
Telefone..... E-Mail :

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Qty.	PREÇO expresso em R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da ordem de serviço, de acordo com as necessidades da Administração.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO C deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

ANEXO B – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (...)/(20...)**

Processo Administrativo nº E:02100.0000002753/2025

A **Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP**, UASG: 925998 com sede na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.424.905/0001-38, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **Sr. Amilton Barbosa Silva**, nomeado pela decreto nº 86.124, de 01 de Janeiro de 2023, publicada no DOE/AL de 01 de Janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 163-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS AMGESP - PREGÃO/ANO**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em XX de XXX de 2025, e no Diário Oficial do Estado de Alagoas em XX de XXX de 2025, referente ao Processo Administrativo nº E:02100.0000002753/2025, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS**, especificado(s) no(s) item(ns) nº XXX do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação nº **PREGÃO/ANO**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ:, Inscrição Estadual:, sediada na : , CEP: , Telefone: , E-mail: , representado pelo Sr. (a): , Inscrito (a) no CPF: , sob o RG nº:.							
Item	CATMAT/ CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca / Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

VALOR TOTAL: R\$ XXXXXX (XXXXXX).

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E PARTICIPANTES

3.1. O (...órgão/entidade...) gerenciador(a) será o (...nome do órgão/entidade...).

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ÓRGÃO	REQUISICÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	REQUISICÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	TOTAL
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital ou no Aviso de Contratação Direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no Aviso de Contratação Direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços Registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou ao aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo órgão ou entidade gerenciadora e fornecedor(es) e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

FORNECEDOR

FORNECEDOR

(...)

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

ANEXO C – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A)(...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O)(...ÓRGÃO...)/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO...) E A EMPRESA (...), PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS.

CONTRATANTE: O(A)(...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...)/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a)(...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

CONTRATADO: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº E:02100.0000002753/2025 e do Pregão nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste em:

4.1.1.1. A responsabilidade primária e a gestão integral do Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais – DEMS (DIGITAL EVIDENCE MANAGEMENT SYSTEM)

4.1.1.2. Fornecimento de Dock Station (Docas); e

4.1.1.3. Fornecimento de Câmera Operacional Portátil e acessórios de fixação

4.1.1.4. Fornecimento de Software de Câmera Operacional Portátil

4.1.1.5. Transferência do conhecimento

4.1.1.6. Serviços de suporte técnico de alta criticidade (níveis S1 e S2) e atendimento à Central de Operações da SSP/A;

4.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.1.2.1. Armazenamento em nuvem;

4.1.2.2. conectividade da câmera para acionamento remoto, livestreaming, GPS e outros recursos presentes na câmera que dependam de rede de dados

4.1.2.3. Serviços de logística e transporte dos equipamentos

4.1.2.4. Apoio administrativo à capacitação de usuários

4.1.2.5. Atendimento técnico de campo de baixa complexidade (nível S3), desde que supervisionado diretamente pela Contratada principal;

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R\$) unitário
------	---------------	------------	----------------------

(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando

prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no sistema de cadastro de fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à seguridade social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.5.4. Certidão de regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

- 9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.26. Manter preposto atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar;
- 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser manter preposto aceito pela Administração ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos locais presentes no anexo 01 do Termo de Referência.
- 9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.
- 9.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.39. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.39.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

OU

11.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a (...) % 5% (cinco por cento) do valor total da contratação do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

11.1.1. (...indicar bem 1...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.2. (...indicar bem 2...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.3. TOTAL: R\$ (...) (...valor por extenso...).

OU

11.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de (...) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

OU

11.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de (...) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

11.1.1. (... indicar bem 1 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.2. (... indicar bem 2 ...): R\$ (...) (...valor por extenso...);

11.1.4. TOTAL: R\$ (...) (...valor por extenso...).

11.1.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 3 (três) meses após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.1.4. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.3 deste Contrato.

11.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.3.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado; e

11.3.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica no(a) (...indicar banco oficial...), com correção monetária.

11.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do

Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (...) dias, contados da data em que for notificada.

11.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa exigida durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.4. Multa:

11.14.1.1. moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;

12.2.4.1. moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.2.4.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.4.2. compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

12.2.4.3. compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.5 a 12.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4.3.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

12.5. Caput e parágrafos do art. 158 da lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da lei nº 14.133, de 2021):

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. Os danos que dela provierem para o contratante; e

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159 da lei nº 14.133, de 2021).

12.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: (...);

13.1.2. Fonte de Recurso: (...);

13.1.3. Programa de Trabalho: (...);

13.1.4. Elemento de Despesa: (...);

13.1.5. Plano Interno: (...).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

**ANEXO D – Termo de Referência;
Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL

Termo de Referência 222/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
222/2025	926474-SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL	URIEL DELGADO DE ALMEIDA	25/02/2026 18:40 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		E:02100.0000002753/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços fornecimento de solução de câmeras corporais, conforme Nota Técnica SENASP nº 14/2024, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	MÊS	QNT
	Descrição:				
1	Gravação - Degravação - Imagem / Som / Dados	13749	Un.	24	3648
	Descrição complementar:				
	Fornecimento de solução de câmeras corporais				

- 1.2 O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que o prazo de vigência contratual inicial prevista é de 36 (trinta e seis) meses, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da publicação em DOE, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é até 36 (trinta e seis) meses contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6 O objeto não permite parcelamento em lotes devido à necessidade de contratação da solução como um todo, o qual precisa ser integralmente compatível. Essa necessidade de agrupar todos os serviços em um único lote se dá por variados motivos, dentre eles destacam-se:
- 1.7 Garantia de integração e compatibilidade entre os diferentes componentes do sistema, mitigando problemas de incompatibilidade entre softwares, hardware e outros elementos do sistema;
- 1.8 Facilidade de Gerenciamento, pois a aquisição e gestão de diferentes componentes de um sistema complexo pode ser simplificada quando tratados como um único pacote, facilitando o gerenciamento e a coordenação dos serviços, permitindo uma implementação mais eficiente e rápida.

- 1.9 Ao ter um único fornecedor contratado, responsável por todos os aspectos do sistema, há uma clareza na atribuição de responsabilidades em caso de problemas. Isso evita disputas entre diferentes fornecedores sobre quem é responsável por falhas ou deficiências no sistema.
- 1.10 Consolidar todos os serviços em um único item pode levar a economias de escala, pois os licitantes podem oferecer preços mais competitivos ao fornecer um pacote completo de serviços. Isso pode resultar em custos totais mais baixos para a aquisição e implementação do sistema.
- 1.11 Ao agrupar os itens em único processo licitatório, tem-se que todo o processo caminha junto, não havendo a possibilidade de um item ser adjudicado enquanto outro ainda está em disputa ou em fase de recurso, garantido assim que ao final do processo, todos os itens necessários estão contratados ao mesmo tempo.
- 1.12 Ao tratar todos os elementos como um conjunto integrado, a licitação é projetada para avaliar o desempenho global do sistema, em vez de avaliar cada componente separadamente.
- 1.13 Isso é especialmente relevante pois a eficácia do sistema depende da interação harmoniosa de vários elementos.
- 1.14 Ao agrupar os serviços em um único lote é possível estabelecer padrões e requisitos uniformes para todos os componentes do sistema, garantindo conformidade com as normas, regulamentos e legislações relevantes.
- 1.15 Por fim, a vedação ao parcelamento não impede consórcios, desde que entreguem a solução integrada e que o responsável técnico por cada componente seja claramente identificado.
- 1.16. Estimativa de consumo individualizada do órgãos gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

TEM	UNIDADE DE COMPRA	CBMAL	PMAL	POLCAL	SERIS	SSP	REQUISICÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISICÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	TOTAL
01	Unidade	1.000	105	200	843	1.500	10%	50%	3.648

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.
- 3.2 A solução de TIC consiste em: serviços requeridos contemplam a contratação de empresa que forneça uma SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS – COP (BODY-WORN CÂMERA) NAS ATIVIDADES POLICIAIS da Polícia Militar do Estado de Alagoas.
- 3.3 O quantitativo a ser registrado será numa quantidade mínima de 3648 para atender as necessidades de imlantação de captura de evidências com emprego de bodycams em vários órgãos do estado de Alagoas.
- 3.4 O Contratado deverá fornecer armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Pentabyte) , às custas da contratada, a ser instalado no datacenter da contratante, localizado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió/AL.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio:

4.2 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2.1 Requisitos de Capacitação:

4.2.2 Deverá ser fornecida capacitação em centro de treinamento do fabricante ou em parceiro certificado e capacitado, para 05 (cinco) policiais indicados pelo Órgão de TIC da PMAL e ainda para 5 (cinco) policiais por unidade responsável por cada localidade constante neste projeto;

4.2.3 A transferência de conhecimento deverá ser provida no momento mais próximo possível à data do recebimento da fase de implantação da Solução;

4.2.4 A contratada poderá formalizá-lo mediante fornecimentos de vouchers oficiais de treinamento, certificados ou outro documento que comprove o fornecimento da transferência de conhecimento.

4.2.5 A capacitação será constituída, no mínimo, de dois treinamentos específicos:

Configuração, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados;

4.2.6 Operação dos dispositivos de borda.

4.2.7 Ao final da capacitação, deverá ser aplicado teste prático para avaliação dos policiais participantes;

4.2.8 Deverá ainda a CONTRATADA fornecer treinamento avançado para 12 (doze) policiais militares;

4.2.9 O treinamento avançado deverá ocorrer exclusivamente na modalidade presencial, específico para configuração e administração de todos os subsistemas da plataforma fornecida, deve prover conhecimento teórico e exercícios práticos visando a instalação, configuração e administração de toda a plataforma ofertada;

4.2.10 O local do treinamento avançado será indicado pela CONTRATADA a qual também ficará responsável por toda a logística necessária para a sua realização, após validação da CONTRATANTE;

4.2.11 Todo e qualquer custo necessário para o cumprimento da etapa de capacitação, será de obrigação exclusiva da CONTRATADA.

4.2.12 A contratada deverá ainda disponibilizar treinamento no formato de plataforma de conteúdo web contendo vídeos de treinamento de operação básicas e emprego das COP; da mesma forma disponibilizar cartilhas de operação básicas e emprego das COP.

4.3 Requisitos Legais

4.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4 Requisitos de Manutenção

4.4.1 Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas e preventivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.5 Descrição das atividades de suporte técnico preventivo:

4.5.1 A contratada deverá manter suporte técnico preventivo para o gerenciamento das atividades correlatas a toda a Solução fornecida:

4.6 Gerenciamento da solução:

4.6.1 Monitoramento, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema;

4.6.2 A atividade de gerenciamento é responsável pela melhoria do sistema, incluindo atualizações de versão de software e revisão da arquitetura geral da solução;

4.6.3 Solucionar e mitigar as não conformidades apresentadas à Central de Serviços da contratante;

4.6.4 Aperfeiçoar as rotinas e propor medidas de saneamento e desenvolvimento do sistema;

4.6.5 Prestar contas dos serviços contratados;

4.6.6 Liderar as atividades dos funcionários da prestadora na contratante;

4.6.7 Realizar as interações, quando necessário, com suporte dos fabricantes para resolução de problemas

4.7 Da prestação de suporte técnico corretivo:

4.7.1 No caso de extravio, panes, falhas, não-conformidades técnicas, defeitos, danos intencionais ou não, ou mau funcionamento, que sejam prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, a contratada deverá:

Providenciar a reposição dos equipamentos instalados e/ou fornecidos conforme contrato, na Unidade Policial Militar, efetuando o reparo ou a substituição por outro da mesma marca e modelo ou, na impossibilidade, por equipamento com características superiores ao equipamento original, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da abertura de chamado técnico no sistema da PMAL, adotando as providências para assegurar a continuidade dos serviços;

4.7.2 Para os casos de extravio ou mau uso deliberado dos equipamentos, a unidade da PMAL beneficiada pela prestação do serviço, realizará a apuração do fato por procedimento administrativo legal, cujo resultado será comunicado à contratada, a fim de ressarcimento, quando devido. No caso de extravios de câmeras, a contratada deve substituir os equipamentos sem custos até o limite de 2% da quantidade total do contrato.

4.7.3 No caso de interrupção ou degradação do desempenho do serviço de conectividade de dados (fornecido pela contratada), instalado pela Contratada em cada Unidade Policial, o serviço deverá ser normalizado, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado no sistema de chamados da PMAL;

4.7.4 O reparo ou substituição dos equipamentos que venham a apresentar panes, falhas ou não- conformidades técnicas prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, defeitos, ou mau funcionamento, não gerarão qualquer ônus para a PMAL, incluindo custos de retirada e entrega na Unidade Policial, cujos serviços foram contratados para as unidades previstas neste projeto;

4.7.5 A Contratada tratará dos chamados técnicos registrados e encaminhados pela Central de Serviços da PMAL, a qual concentra o recebimento dos chamados técnicos de TIC da instituição;

4.7.6 Fornecer, na forma solicitada pela CONTRATANTE, demonstrativo de utilização dos serviços contratados, relatórios gerenciais, via software, acerca das soluções de COP, no primeiro dia útil do mês subsequente, após o encerramento do mês do serviço prestado, para aferição dos valores serem pagos.

4.7.7 A contratada deverá manter atualizada a ferramenta de gestão de serviços de TIC da PMAL, sobre o andamento de todas as atividades técnicas, durante todo o ciclo de vida do chamado;

4.7.8 É permitida a manutenção programada em horários e datas que não comprometam a prestação de serviços. As interrupções na prestação dos serviços nestas condições e pelo tempo previamente acordado não incidirão em responsabilização da contratada.

4.8 ANS - Acordo de Nível Serviço:

4.8.1 O ANS - Acordo de Nível Serviço define as principais metas e responsabilidades da Contratada no atendimento de chamados técnicos e na prestação dos serviços de suporte técnico classificados por grau de severidade e devem ser prestados, observadas as classificações de severidade de 1 a 3:

4.8.2 Severidade 1 (S1): o equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não-conformidade técnica que torna o serviço total ou parcialmente inoperante. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 01 (uma) hora e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 12 (doze) horas, contados da abertura do chamado técnico.

4.8.3 Severidade 2 (S2): o equipamento, acessório, periférico ou software que apresente pane, falha ou não-conformidade técnica que prejudique a prestação dos serviços, uso ou acesso de função(s) básica(s). O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) horas, contados da abertura do chamado técnico.

4.8.4 Severidade 3 (S3): o equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não-conformidade técnica que causa restrições de operação de funções acessórias. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 120 (cento e vinte) horas, contados da abertura do chamado técnico.

4.9 Materiais a serem disponibilizados:

4.9.1 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

4.10 Requisitos Temporais

4.10.1 Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de **05 (cinco)** dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante para o marco inicial da execução do contrato e definição dos demais prazos a serem cumpridos;

4.10.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.10.3 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.10.4 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução da Atividade, Tarefa ou Serviço
Apresentar cronograma de implantação e caderno de testes, abrangendo todas as unidades da PMAL previstas nesse projeto	01 (um) dia	05 (cinco) dias
Implantar da solução contratada	05 (cinco) dias	90 (noventa) dias
Prestar do serviço de SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS	90 (noventa) dias	810 (oitocentos e dez) dias [27 (vinte e sete) meses]

PORTÁTEIS – COP (BODY-WORN CÂMERA) NAS ATIVIDADES POLICIAIS		
---	--	--

4.10.5 Desta forma, NÃO há previsão de pagamento nas etapas de apresentação de cronograma e implantação de solução

4.11 Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.11.1 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), bem como observar as diretrizes e obrigações estabelecidas no "Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade" da Secretaria de Governo Digital (SGD/ME).
- 4.11.2 O sistema deverá prever controle de acesso baseado em perfis e níveis de permissão, garantindo que apenas agentes previamente autorizados, devidamente identificados e autenticados, possam visualizar ou manipular informações sensíveis.
- 4.11.3 Todos os acessos, alterações de configuração e eventos relevantes deverão ser registrados em logs imutáveis, com data e hora (carimbo de tempo), identificador do usuário e descrição da ação executada, de forma a permitir auditoria e rastreabilidade completa.
- 4.11.4 A contratada deverá adotar medidas de segurança cibernética, conforme boas práticas e normas reconhecidas (como ABNT ISO /IEC 27001 ou equivalentes), incluindo proteção contra ataques externos, testes de vulnerabilidade e atualização constante dos componentes críticos.

4.12 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.12.1 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.12.2 A solução de TIC a ser contratada deverá observar os princípios da responsabilidade socioambiental, da acessibilidade e da adequação cultural, conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da CGU/AGU, e suas atualizações.
- 4.12.3 Os sistemas, interfaces e manuais deverão ser disponibilizados em língua portuguesa, com linguagem clara, acessível e compatível com o nível de formação dos profissionais que atuarão na operação, respeitando as especificidades do público-alvo envolvido na execução do serviço.
- 4.12.4 A solução deverá observar critérios de acessibilidade digital, conforme a legislação vigente (Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- 4.12.5 Os equipamentos fornecidos deverão estar em conformidade com diretrizes de desempenho energético e descarte ambientalmente adequado, preferencialmente com certificações reconhecidas, contribuindo para a redução do impacto ambiental.
- 4.12.6 A contratada deverá garantir que os processos de produção, fornecimento, transporte e descarte dos dispositivos estejam alinhados às boas práticas de gestão ambiental, podendo ser exigida a apresentação de declaração de conformidade ambiental ou plano de logística reversa, quando aplicável.
- 4.12.7 A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, conforme o art. 20, inciso III da Lei nº 14.133/2021, e o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010. Serão priorizados dispositivos com baixo consumo energético, materiais recicláveis e duráveis, e que atendam aos requisitos de logística reversa.
- 4.12.8 Exigir-se-á da contratada, quando aplicável, plano de descarte ou reaproveitamento dos equipamentos ao término de sua vida útil, com vistas à eficiência ecológica e econômica da solução.
- 4.12.9 Os bens a serem fornecidos no âmbito da contratação deverão estar em conformidade com as diretrizes da RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), não devendo conter, em sua composição, concentrações de substâncias perigosas superiores aos limites recomendados. Fica vedado o fornecimento de equipamentos que contenham, em níveis superiores aos permitidos, os seguintes elementos: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenil-polibromados (PBBs). A contratada deverá apresentar declaração de conformidade ambiental que comprove a conformidade com essa diretriz ou equivalente.

4.13 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.13.1 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.13.2 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.13.3 A solução de TIC contratada deverá estar em conformidade com os padrões de arquitetura tecnológica já adotados pela SSP/AL, notadamente:
- 4.13.4 Padrões de interoperabilidade do e-PING;
- 4.13.5 Diretrizes de acessibilidade do e-MAG;
- 4.13.6 Padrões de segurança da informação estabelecidos na LGPD e na Política de Segurança da Informação da SSP/AL.
- 4.13.7 Adotar arquitetura orientada a serviços (SOA) com APIs RESTful, utilizando protocolos HTTPS com TLS 1.2 ou superior para todas

as transações com sistemas externos;

4.13.8 Permitir integração com os sistemas institucionais da SSP/AL (como a Central de Atendimento e Despacho de Ocorrências- CAD), por meio de interfaces bem definidas e documentadas, com autenticação segura (OAuth2, JWT ou similar);

4.13.9 Ser acessível via interface web responsiva, compatível com os navegadores modernos (Chrome, Firefox, Edge) e não exigir instalação de componentes locais nos terminais da Administração;

4.13.10 Estar preparada para alta disponibilidade e escalabilidade horizontal, com logs detalhados, mensuração de desempenho, e suporte à replicação e redundância para os serviços críticos (como rastreamento em tempo real);

4.13.11 Fornecer exportação de dados em formatos abertos e estruturados, tais como CSV, XLSX e JSON, sem qualquer bloqueio tecnológico ou dependência proprietária;

4.13.12 Seguir boas práticas de DevSecOps para atualização de componentes, com gestão segura de versões e garantia de integridade nos processos de manutenção corretiva e evolutiva.

4.14 Requisitos de Projeto e de Implementação

4.14.1 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.14.2 A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, um cronograma de implantação e caderno de testes, abrangendo todas as unidades da PMAL previstas nesse projeto e devidamente contratadas.

4.14.3 A instalação e configuração dos dispositivos e sistemas deverá ser realizada por técnicos certificados e previamente aprovados pela Contratante, conforme critérios de segurança.

4.14.4 Toda a solução deverá ser acompanhada de:

4.14.5 Manuais de operação e manutenção em português, em formato impresso e digital Guias rápidos de referência para uso em campo;

4.14.6 Especificações técnicas detalhadas dos dispositivos e sistemas;

Mapeamento da arquitetura física e lógica da solução.

4.14.7 Toda a documentação deverá estar atualizada e refletir fielmente a solução fornecida, incluindo procedimentos de suporte, escalonamento, backup, segurança e recuperação.

4.15 Requisitos de Implantação

4.15.1 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.15.2 Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com seus respectivos acessórios, carregadores, fontes e manuais;

4.15.3 O fornecimento deverá ocorrer conforme cronograma aprovado no Plano de Implantação, respeitando os prazos definidos.

4.15.4 Os dispositivos deverão ser entregues totalmente funcionais, testados e prontos para configuração inicial.

4.15.5 A instalação não deverá causar risco à saúde, desconforto excessivo nem violar a dignidade das pessoas monitoradas;

4.15.6 Todos os dispositivos deverão ser instalados com configurações compatíveis com o emprego previsto neste projeto

A contratada deverá realizar testes de validação funcional de todos os componentes da solução (equipamentos e sistema), com acompanhamento da equipe da SSP/AL;

4.15.7 Será exigido termo de validação assinado pelas partes, como condição para o aceite inicial.

4.16 Requisitos de Garantia e Manutenção

4.16.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.17 Requisitos de Experiência Profissional

4.17.1 Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.17.2 Deverão possuir certificações e/ou cursos nos softwares oferecidos na solução, cuja(s) cópia(s) deverá(ão) ser(em) entregues após 30 (trinta) dias do recebimento da ordem de serviço.

4.17.3 Acerca do Gerenciamento da solução, deverão realizar:

4.17.4 Monitoramento, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema;

4.17.5 A atividade de gerenciamento é responsável pela melhoria do sistema, incluindo atualizações de versão de software e revisão da arquitetura geral da solução;

4.17.6 Solucionar e mitigar as não conformidades apresentadas à Central de Serviços da contratante;

4.17.7 Aperfeiçoar as rotinas e propor medidas de saneamento e desenvolvimento do sistema;

- 4.17.8 Prestar contas dos serviços contratados;
- 4.17.9 Indicar líder das atividades dos funcionários da prestadora na contratante;
- 4.17.10 Realizar as interações, quando necessário, com suporte dos fabricantes para resolução de problemas.

4.18 Requisitos de Formação da Equipe

4.18.1 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

4.19 Requisitos de Metodologia de Trabalho

- 4.19.1 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.
- 4.19.2 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.
- 4.19.3 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana (segunda à sexta) por via telefônica.
- 4.19.4 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- 4.19.5 Sempre que solicitado, a Contratada deverá disponibilizar relatório consolidado das OSs executadas, contendo: número da OS, tipo de serviço, localidade atendida, data e hora de execução, responsável técnico, tempo de resposta, prazo de resolução, e status de encerramento.

4.20 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

- 4.20.1 O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
- 4.20.2 Observar o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que couber; Cumprir as orientações do “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade” do Governo Federal;
- 4.20.3 Implementar controles criptográficos para proteção dos dados armazenados e transmitidos entre os dispositivos;
- 4.20.4 Garantir a autenticidade, integridade e confidencialidade das informações monitoradas, em tempo real e em repouso;
- 4.20.5 Estabelecer controles de acesso baseados em perfil de usuário, com autenticação forte e rastreabilidade;
- 4.20.6 Registrar eventos e manter trilha de auditoria completa, permitindo o rastreio de acessos, alterações e incidentes;
- 4.20.7 Prover mecanismos de coleta, preservação e análise de incidentes de segurança relacionados ao sistema;
- 4.20.8 Realizar análises de vulnerabilidades periódicas, com plano de ação e correções proativas;
- 4.20.9 Responder por vazamentos, falhas de proteção ou mau uso das informações tratadas pela solução, sujeitando-se às penalidades legais e contratuais cabíveis.

4.21 Vistoria

- 4.21.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 13 horas.
- 4.21.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.21.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.21.4 Para agendamento, o interessado deverá enviar e-mail para <projetos.seds@gmail.com> ou realizar contato com telefone 82 3315-2373, com antecedência mínima de 48h, com vista a possibilitar os encaminhamentos internos.
- 4.21.5 Considerando que informações como infraestrutura de conectividade, infraestrutura energética, equipamentos disponíveis em veículos, entre outros, podem sofrer alterações com o tempo e que são importantes para o dimensionamento da proposta da Licitante, a vistoria é o instrumento a ser utilizado pelas interessadas na formulação do documento.
- 4.21.6 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.21.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.22 Sustentabilidade

- 4.22.1 A Polícia Militar de Alagoas - PMAL está comprometida com a sustentabilidade e com a redução dos impactos ambientais de suas atividades. Nesse sentido, a presente licitação prevê requisitos específicos para a aquisição de uma solução de câmeras corporais (COP) que contribuam para a promoção da sustentabilidade ambiental prevista no Art. 144 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.22.2 A solução proposta deverá priorizar a eficiência energética, incorporando tecnologias de baixo consumo, modos de economia de energia e a utilização de fontes sustentáveis sempre que possível.

4.22.3 A Contratada deverá aplicar em todo o contrato, práticas que priorizem materiais recicláveis, demonstrando o comprometimento com a sustentabilidade.

4.22.4 A contratada deverá implementar um sistema de logística reversa, assegurando o desfazimento responsável das câmeras, devendo incluir um plano com o compromisso correto para descarte de resíduos inclusive os eletrônicos em conformidade com as normas ambientais locais.

4.22.5 A contratada deverá prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, para todos os produtos fornecidos no âmbito desse Termo de Referência.

4.22.5 Os materiais fornecidos pela contratada devem estar livres de substâncias perigosas em concentrações acima dos limites estabelecidos pela legislação ambiental aplicável, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs) e éteres difenil polibromados (PBDEs).

4.22.7 Além disso, a contratada deve apresentar compromissos e garantir que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as normas ambientais pertinentes, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que estabelece diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos.

4.22.8 Ademais é imprescindível que a contratada demonstre dispor de métodos adequados de descarte dos materiais fornecidos, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

4.22.9 Na presente contratação não há indicação de marca ou modelo de equipamentos.

4.22.10 Não há vedação ao fornecimento de produto ou marca, desde que a solução atenda ao disposto neste documento, nos anexos e no Estudo Técnico Preliminar.

4.23 Subcontratação:

4.23.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.23.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

- A responsabilidade primária e a gestão integral do Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais – DEMS (DIGITAL EVIDENCE MANAGEMENT SYSTEM);;
- Fornecimento de Dock Station (Docas); e
- Fornecimento de Câmera Operacional Portátil e acessórios de fixação;
- Fornecimento de Software de Câmera Operacional Portátil ;
- Transferência do conhecimento;
- Serviços de suporte técnico de alta criticidade (níveis S1 e S2) e atendimento à Central de Operações da SSP/AL.

4.23.3 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- Armazenamento em nuvem;
- conectividade da câmera para acionamento remoto, livestreaming, GPS e outros recursos presentes na câmera que dependam de rede de dados.
- Serviços de logística e transporte dos equipamentos;
- Apoio administrativo à capacitação de usuários;
- Atendimento técnico de campo de baixa complexidade (nível S3), desde que supervisionado diretamente pela Contratada principal.

4.23.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.23.5 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.23.6 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.23.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.23.8 Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.23.9 A subcontratação parcial dependerá de autorização escrita, devendo o subcontratado comprovar, no mínimo, certificação ISO 27001 (ou SOC2 Type II) e políticas de proteção de dados compatíveis com a LGPD. A contratada principal permanecerá integralmente responsável perante a Administração por atos, omissões, segurança e cumprimento do SLA do subcontratado. A subcontratação somente será permitida mediante avaliação do gestor e comprovação documental de equivalência técnica e de segurança.

4.24 Da exigência de amostra

4.24.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.24.2 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.24.3 Principais equipamentos/software que compõe a solução: COPs, Dock Station, Software DEMS.

4.24.4 As amostras poderão ser entregues no endereço Rua Zadir Índio, nº 213. Centro. Maceió/AL, no prazo limite de 20 (vinte) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.24.5 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.24.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.24.7 Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, conforme planilha anexa neste Termo de Referência.

4.24.8 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.24.9 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.24.10 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.24.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.24.12 Visando não inferir o princípio da isonomia, uma vez que um produto, marca e modelo, seja desclassificado, por não atender aos requisitos da análise de amostras, ele não será mais aceito para um novo teste de análise de amostras, mesmo que apresentado por outro (s) licitante (s);

4.24.13 Qualquer divergência entre marca, modelo ou características entre equipamentos/software principais ofertados na proposta comercial e apresentados na análise de amostras, implicarão na desclassificação da licitante.

4.24.14 A critério da Comissão, elementos específicos poderão ser considerados válidos, por meio de análise documental, desde que a comprovação por este método seja inequívoca.

4.24.15 O licitante é responsável pelo fornecimento de todos os meios necessários para a realização dos testes descritos nesse Termo de Referência.

4.24.16 Os testes que serão realizados preferencialmente no estado de Alagoas.

4.24.17 Em caso da impossibilidade de apresentação das amostras e do laudo conforme previsto na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública, impossibilidades estas, devidamente justificadas e aceitas pela comissão de avaliação, poderá a administração pública autorizar o recebimento das amostras em um local sugerido pela licitante classificada em 1º lugar, objetivando a celeridade no processo, devendo todos os custos logísticos e operacionais de uma comissão composta por 06 (seis) servidores designados pela SSP, serem de responsabilidade da empresa vencedora do certame, desde que seja respeitado todos os prazos previstos neste termo.

4.24.18 Em caso de realização dos testes fora do estado de Alagoas, poderá a empresa apresentar as amostras no local do teste, desde que cumpra os prazos legais previstos nesse edital.

4.25 Garantia da contratação:

4.25.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.25.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.25.3 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.25.4 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.25.5 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão

do respectivo endosso pela seguradora.

4.25.6 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.25.7 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.25.8 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.25.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.25.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.25.11 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.25.12 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.25.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.25.14 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.25.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.25.16 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25.17 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.25.18 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.25.19 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.25.20 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.25.21 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.25.22 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.25.23 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.25.24 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25.25 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.25.26 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.25.27 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência

4.26 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

4.26.1 A demanda do órgão ou entidade tem como base as seguintes características:

4.26.2 Contratação de empresa especializada em SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE VESTÍGIOS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS – COP (BODYWORN CAMERA) NAS ATIVIDADES POLICIAIS:

4.26.3 O serviço inclui o fornecimento dos links de dados, dos equipamentos necessários para estabelecer conexão com o sistema de armazenamento da contratada em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage e posteriormente ao sistema de armazenamento da PMAL, os recursos tecnológicos necessários para acionamento remoto da câmera e transmissão por live streaming via browser web, plano de dados para conectividade das câmeras, infraestrutura nas instalações físicas da Polícia Militar do Estado de

Alagoas, o sistema de gerenciamento e custódia de vestígios digitais (DEMS), configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware e suporte técnico, bem como acessórios dos equipamentos e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, para uso dos policiais militares durante as atividades operacionais.

4.26.4 A contratada deverá fornecer as câmeras mais recentes existentes em seu portfólio, bem como os sistemas de montagem no uniforme descritos pela Polícia Militar, um software de custódia de vestígios digitais com licenças ilimitadas para toda a operação do sistema, deve realizar a transmissão ao vivo de dados pela internet, em áudio e vídeo (live streaming).

4.26.5 As inovações tecnológicas disponibilizadas no portfólio de produtos da contratada, no âmbito nacional ou internacional, deverão ser oferecidas à PMAL sem custos adicionais, enquanto perdurar o contrato, garantindo-se o treinamento e o funcionamento da solução.

4.26.6 O serviço será prestado em unidades policiais da Polícia Militar do Estado de Alagoas e realizado por meio de câmeras distribuídas e conectadas por interface aberta de vídeo em rede e com transferência contínua de dados em tempo real, a um sistema central que disponibilizará as imagens por intermédio de monitores e realizará a gravação e armazenamento destes registros, visando maior eficiência no atendimento aos cidadãos, transparência à ação de segurança pública, provendo suporte à fiscalização, controle, vigilância, segurança e policiamento remoto nas dependências da Polícia Militar do Estado de Alagoas.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2 São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

- 5.2.9 fazer a transição contratual, quando for o caso.
- 5.3 São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:
- 5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3 definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.4 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.5 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.6 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.7 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.8 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e
- 5.3.9 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de execução

- 6.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- Início da execução do objeto: **05 (cinco)** dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
- 6.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução da Atividade, Tarefa ou Serviço
Apresentar cronograma de implantação e caderno de testes, abrangendo todas as unidades da PMAL previstas nesse projeto	01 (um) dia	05 (cinco) dias
Implantar da solução contratada	05 (cinco) dias	90 (noventa) dias
Prestar do serviço de SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS – COP (BODY-WORN CÂMERA) NAS ATIVIDADES POLICIAIS	90 (noventa) dias	810 (oitocentos e dez) dias [27 (vinte e sete) meses]

Desta forma, NÃO há previsão de pagamento nas etapas de apresentação de cronograma e implantação de solução

6.1.3 Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados nos endereços indicados na planilha anexo 01 deste Termo de Referência;

Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24 horas por dia, 07 dias por semana.

6.1.4 Rotinas a serem cumpridas

6.1.5 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

6.1.6 Os serviços requeridos contemplam a contratação de empresa que forneça uma SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS – COP (BODY-WORN CÂMERA) NAS ATIVIDADES POLICIAIS da Polícia Militar do Estado de Alagoas.

6.1.7 O Contratado deverá fornecer armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Pentabyte) , às custas da contratada, a ser instalado no datacenter da contratante, localizado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió /AL.

6.1.8 O licitante deverá apresentar, com a proposta, um Plano de Dimensionamento de Armazenamento contendo: (i) bitrate médio por câmera (em Mbps) para cada modo (gravação contínua, acionamento, livestream); (ii) compressão (codec) e overhead; (iii) estimativa diária e mensal de GB/TB gerados; (iv) crescimento previsto e overhead de metadados e logs; (v) proposta de retenção por categoria conforme cláusula de retenção; (vi) margem mínima de 20% para overhead e crescimento. A contratada deverá garantir, sob pena de desclassificação ou sanção, capacidade efetiva mínima inicial de 01 PB (para suportar crescimento e overhead), salvo comprovação técnica robusta em contrário aceita pela comissão. Além disso, a contratada apresentará plano de expansão automático e SLA de disponibilidade com relatório.

6.1.9 A transferência de dados para o backup em co-location numa estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Pentabyte) deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da criação da captura do vídeo/imagem.

6.1.10 Materiais a serem disponibilizados:

6.1.11 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

6.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.2.1 Os aparelhos contratados inicialmente (requisição mínima de 600 câmeras) deverão estar operacionais e em condições de uso ao término da implantação da solução contratada, que deve ser concluída em até 90 (noventa) dias corridos a partir do recebimento da Ordem de Execução. Portanto, todos os ativos, incluindo software e hardware, deverão ser entregues e instalados nesse prazo.

6.2.2 Desta forma, o contrato previsto neste edital tem previsão de vigência por 36 meses, sendo 3 meses para início da operação e 24 meses de efetiva execução (perfazendo 24 parcelas a serem pagas ao fornecedor - NÃO há previsão de pagamento nos 3 meses da fase de implantação). Os meses restantes para completar o prazo de vigência de 36 meses são empregados os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas, recebimento de relatórios e pagamentos finais.

6.2.3 As demais unidades, até o máximo de 1.500, poderão ser requisitadas conforme demanda, com prazo de entrega/implantação de 90 (noventa) dias, contado a partir de cada Ordem de Fornecimento.

6.2.4 O fornecimento da solução inclui toda a infraestrutura, equipamentos, armazenamento e licenças de uso de software que comporão o Sistema de Gerenciamento de Evidências Digitais (SGED), sendo o fornecimento realizado a título de comodato.

6.2.5 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, infraestrutura, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas.

6.3 Definição geral dos serviços prestados:

6.3.1 Os serviços prestados podem ser descritos como conjunto de atividades e ações para o gerenciamento e manutenção preventiva dos ativos de hardware e software que compõem a solução, os quais são caracterizados pela junção de práticas e padrões que possuem o objetivo de manter os softwares e, quando cabível, os firmwares dos dispositivos atualizados, as atividades de mensuração, análises de desempenho, geração de relatórios gerenciais, atualizações, expansões, substituições, revisões de arquitetura e outras atividades visando, principalmente, garantir a segurança, desempenho, integridade e continuidade dos serviços.

6.3.2 Para a execução dos serviços que constam neste Termo de Referência, os hardwares e softwares, quando houver necessidade de substituição ou atualizações, ficarão a cargo da contratada.

6.4 Especificações dos Serviços

6.4.1 Requisitos Gerais:

6.4.2 Prestação do Serviço de captação, transmissão, armazenamento, custódia, compartilhamento e gestão de evidências digitais (Software DEMS - Digital Evidence Management System – que na Polícia recebe a denominação de Sistema de Gerenciamento, Custódia e Compartilhamento de Evidências Digitais) e fornecimento de sons e imagens (dados) tomados por policiais militares durante suas atividades operacionais, utilizando tecnologia digital, mediante o fornecimento de Body-Worn Câmera (Câmera Operacional Portátil), sob a forma de comodato;

6.4.3 A solução deve permitir os acionamentos remotos da gravação por meio de computadores e dispositivos móveis, bem como a transmissão por livestreaming de cada câmera para computadores e dispositivos móveis sem limite de licença ou de usuários;

6.4.4 A contratada deve realizar instalar central de monitoramento e efetivar as adequações necessárias para transmissão das imagens (ao vivo ou não) aos sistemas de painel visual (videowall) já existentes da Contratante que se encontram instalados no COPOM/PMAL.

6.4.5 A contratada também deve realizar a instalação de central de monitoramento do Sistema na 5ª seção da PMAL.

6.4.6 O fornecimento da solução, englobando infraestrutura, equipamentos, armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, plano de dados para conectividade das câmeras e licenças de uso de softwares (Software DEMS – Digital Evidence Management System), ocorrerá a título de comodato;

6.4.7 A infraestrutura constitui-se da instalação de todo o equipamento necessário para o estabelecimento de links de dados que possibilite o acesso armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, acionamento remoto e livestreaming, docas para carregamento de baterias e descarga de dados e computadores para acesso ao sistema.

6.4.8 Salienta-se que essa conectividade é independente da Infraestrutura da Corporação. Inclui-se ainda, no conceito de infraestrutura, toda a adaptação da rede de energia elétrica necessária ao funcionamento do sistema em cada sede descrita neste documento. Deverá ser fornecido mobiliário, incluindo armários, mesas e cadeiras, observando critérios sanitários e ergonomia.

6.4.9 O Software DEMS e a Câmera Operacional Portátil devem ter total integração, aproveitando-se todo o potencial de software e hardware desenvolvidos um para o outro e, principalmente, segurança nas operações entre a câmera e o software DEMS. Fator esse que deve ser comprovado através de documentação do desenvolvedor, do integrador e do fornecedor;

6.4.10 A contratada deverá fornecer os SIM CARD ou eSIM, bem como o contrato com operadoras de telefonia e dados para habilitar a conectividade da câmera para acionamento remoto, livestreaming, GPS e outros recursos presentes na câmera que dependam de rede de dados;

6.4.11 Cada sede indicada neste documento deverá ser dotada de 02 (dois) desktops com nobreaks individuais (01 para a reserva de armamento, 01 para a administração e para acesso dos supervisores de serviço), com configuração capaz de suportar toda a operação do software de custódia e gestão de evidências digitais. Isto inclui redaction (aplicação de sombras em elementos de identificação de uma cena) de vídeos, gravação de mídias, acesso à Internet por rede com e sem fio, monitor de alta resolução de, no mínimo, 23 polegadas e sistema operacional compatível com o software de custódia e gestão de evidências digitais na versão disponível do mercado, e compatível com o ambiente de domínio de rede de dados da organização contratante, atualmente Microsoft Windows para desktop na versão Windows 11 professional ou superior);

6.4.12 As sedes devem receber o material necessário para acomodar as docas, câmeras e equipamentos de infraestrutura no local indicado pela PMAL, de forma a permitir amplo acesso às câmeras e facilitar a operação do sistema. Os tipos de equipamentos ficam à escolha da contratada. A PMAL avaliará a eficácia e aprovará ou não a solução encontrada para cada imóvel constante da relação anexa ao Termo de Referência;

6.4.13 O prazo mínimo de guarda e acesso aos arquivos será de 12 meses, a contar da gravação do arquivo no armazenamento.

6.4.14 Customização do software de custódia para adequação do sistema à realidade policial brasileira com metadados de classificação de evidências, revisão, codificação de ocorrências (conforme normatização da PMAL), identificação dos tipos de vídeo, Número de Boletim de Ocorrência (BO), Comunicação de Ocorrência Policial (COP) ou Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) (Identificador).

6.4.15 O sistema deve incluir marca d'água exibida em cada frame com identificação do usuário, câmera (device) e grupo data/hora de gravação, a fim de prevenir gravação da tela de computadores e dispositivos móveis permitindo controle sobre vazamentos ilegais. Os aplicativos para dispositivos móveis de exibição e reprodução dos vídeos devem ter recurso que impeça "printscreen" (cópia da tela como arquivo de imagem) da tela e gravação da tela de exibição, bem como os players de vídeo nos computadores devem dificultar tal ação.

6.4.16 Se o tamanho e posição da marca d'água não atenderem ao esperado pela Polícia Militar de Alagoas (PMAL), a contratada terá o prazo de 3 (três) meses para desenvolvimento, a partir da notificação pela PMAL. No entanto, é obrigatório que o sistema possua marca d'água no player de exibição do DEMS e dispositivo de reprodução já na apresentação das amostras, não importando o tamanho ou posição;

6.4.17 O software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (DEMS) bem como o Firmware da Câmera deverão ser capazes de marcar os períodos que correspondem às interações ou ocorrências policiais e permitir a inserção dos respectivos metadados (talão de ocorrência, codificação de ocorrências da PMAL classificação de ocorrências entre outros a serem informados).

6.4.18 Para as gravações evidência de interesse policial, a resolução deve seguir o estabelecido nesta especificação técnica (720p a 30 fps ou superior).

6.5 Gerenciamento da solução:

6.5.1 Monitoramento, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema;

6.5.2 A atividade de gerenciamento é responsável pela melhoria do sistema, incluindo atualizações de versão de software e revisão da arquitetura geral da solução;

6.5.3 Solucionar e mitigar as não conformidades apresentadas à Central de Serviços da contratante;

6.5.4 Aperfeiçoar as rotinas e propor medidas de saneamento e desenvolvimento do sistema;

6.5.5 Prestar contas dos serviços contratados;

6.5.6 Liderar as atividades dos funcionários da prestadora na contratante;

6.5.7 Realizar as interações, quando necessário, com suporte dos fabricantes para resolução de problemas

6.6 Atribuições adicionais:

6.6.1 A CONTRATADA, para a prestação do serviço de SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS NAS ATIVIDADES POLICIAIS, deverá atender aos requisitos mínimos de serviços especificados a seguir:

6.6.2 A solução DEVE ATENDER as especificações técnicas presentes na Norma Técnica nº 014/2024 presente na Portaria SENASP /MJSP nº 572 de 28 de maio de 2024.

6.6.3 Executar os serviços contratados, em conformidade com as especificações e condições discriminadas neste Termo de Referência, dentro de elevados padrões de qualidade, observando as normas legais e regulamentares, cumprindo as responsabilidades resultantes do contrato;

6.6.4 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.6.5 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal dos licitantes, desde o período de visita da licitação encontra-se anexo neste Termo de Referência.

6.6.6 Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

6.6.7 As notas fiscais faturadas pela empresa deverão ser encaminhadas à contratante após validação dos relatórios de serviços prestados. A empresa deverá emitir a Nota Fiscal após a conferência dos serviços prestados, conforme prazos definidos em contrato;

6.6.8 Comunicar, ao representante da CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

6.6.9 Emitir mensalmente relatório detalhado dos serviços cobrados, incluindo, no mínimo, as seguintes informações:

6.6.10 Serviços prestados no período; a indicação do(s) período(s) de eventual inoperância do portal de gerenciamento das mídias;

6.6.11 COP disponíveis para emprego nas sedes onde foram instaladas;

6.6.12 Histórico dos chamados, contendo a quantidade de chamados cadastrados no mês, quantidade de chamados resolvidos, quantidades de chamados que permaneceram sem resolução;

6.6.13 Quantitativo de horas que as COP ficaram indisponíveis em cada sede onde foram instaladas, a fim de aferir a cobrança correta dos serviços, conforme fórmulas de cobrança deste Termo de Referência;

6.6.14 Manutenções realizadas;

6.6.15 Substituição de equipamentos;

6.6.16 Quantitativo de Horas de vídeo;

6.6.17 Quantitativo de arquivos de mídia;

6.6.18 Quantitativo de download de mídias;

6.6.19 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços que prestar, arcando com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;

6.6.20 Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão de obra habilitada adequadamente, atendidas sempre e regularmente todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;

6.6.21 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, especialmente pelos encargos salariais, trabalhistas, fiscais e previdenciários, relativos a seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto do contrato;

6.6.22 Assegurar o acesso do gestor indicado pelo CONTRATANTE aos serviços em execução e à documentação pertinente, atendendo prontamente às solicitações e exigências por ele apresentadas;

6.6.23 Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que ocorrer na execução dos serviços;

6.6.24 Registrar eventuais falhas na área de cobertura dos serviços com indicação da data, horário, localização e tempo de duração;

6.6.25 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;

6.6.26 Guardar sigilo sobre os estudos, projetos e demais documentos pertencentes ao CONTRATANTE, a PMAL, dos quais tiver conhecimento, para o cumprimento do objeto do contrato;

6.6.27 Atender as solicitações de regularização dos serviços, reprogramação de aparelhos, e demais serviços solicitados pelo CONTRATANTE, por meio de seu preposto;

6.6.28 Disponibilizar soluções que mantenham atualizadas a segurança e qualidade em comunicações e modernidade de equipamentos;

6.6.29 Disponibilizar informações sobre a utilização de terminais, em consonância com a legislação em vigor.

6.6.30 Responsabilidade sobre atualização de BDGC (Banco de Dados de Gerência de Configurações).

6.6.31 Realizar importação de dados necessários para o adequado emprego do BDGC (Banco de Dados de Gerência de Configurações), incluindo dados de servidores e unidades contempladas neste projeto.

6.6.32 A contratada deve manter atualizado o BDGC (Banco de Dados de Gerência de Configurações) e o cadastro patrimonial dos bens sob sua responsabilidade direta de manutenção, bem como revisar semestralmente todos estes itens, contemplando:

6.6.33 Arquitetura dos sistemas, com respectivo relacionamento dos itens de configuração, mantendo atualizado documento da arquitetura da solução, identificando todos os itens com, no mínimo, os seguintes atributos: Identificação IP, diagrama para funcionamento e interdependência e relacionamentos, tabela de regras de liberação de firewall quando houver integração com outros sistemas e serviços da PMAL ou de órgãos externos;

6.6.34 Local de instalação de cada equipamento acompanhado de relatório fotográfico de cada local e de cada equipamento;

6.6.35 Número de série físico (etiqueta do fabricante), número de série eletrônico (identificador eletrônico dos equipamentos – quando existentes);

6.6.36 Fornecer etiquetas apropriadas, previamente aprovadas pelo Gestor do Contrato, resistentes a intempéries, para cada material e etiquetar os ativos do sistema, conferindo e completando a cada inventário.

6.7 Atualização tecnológica:

6.7.1 Em virtude da constante alteração e evolução das tecnologias utilizadas para operação do serviço, cabe à contratada prover, aos seus integrantes, os treinamentos e certificações necessárias para atender, na íntegra, o escopo do serviço contratado.

6.7.2 Cabe à contratada, por meio de notificação, informar eventual alteração de itens de configuração do sistema ou serviço escopo da contratada, desde que isso não altere o escopo do contrato.

6.8 Da substituição de pessoal:

6.8.1 Em caso de necessidade de substituição de algum técnico da empresa, deverá ser alocado novo técnico, imediatamente, mesmo que de forma temporária, em comum acordo com o Gestor Contratual, de forma a não haver solução de continuidade.

6.9 Designação de gerente contratual:

6.9.1 Designar, por escrito e no ato da assinatura deste Contrato e a expensas da contratada, o preposto responsável pela fiel execução do objeto, outorgando-lhe poderes para a resolução de quaisquer ocorrências durante o período de vigência contratual, além do recebimento de notificações e para garantir o cumprimento do disposto em contrato.

6.9.2 Softwares de gestão de serviços de TIC em uso na Polícia Militar para abertura de chamados

6.9.3 A empresa deverá assegurar que os funcionários de seu quadro, que estiverem à disposição da PMAL, tenham familiaridade com a ferramenta de abertura de chamados da PMAL.

6.9.4 A empresa, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, juntamente com o gestor do contrato, deverá apresentar todos os processos operacionais que sustentam a solução e inseri-los no software de gestão de serviços de TIC em uso na PMAL.

6.10 Da prestação de suporte técnico:

6.10.1 Descrição das atividades de suporte técnico preventivo:

6.10.2 A contratada deverá manter suporte técnico preventivo para o gerenciamento das atividades correlatas a toda a Solução fornecida:

6.11 Gerenciamento da solução:

6.11.1 Monitoramento, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema;

6.11.2 A atividade de gerenciamento é responsável pela melhoria do sistema, incluindo atualizações de versão de software e revisão da arquitetura geral da solução;

6.11.3 Solucionar e mitigar as não conformidades apresentadas à Central de Serviços da contratante;

6.11.4 Aperfeiçoar as rotinas e propor medidas de saneamento e desenvolvimento do sistema;

6.11.5 Prestar contas dos serviços contratados;

6.11.6 Liderar as atividades dos funcionários da prestadora na contratante;

6.11.7 Realizar as interações, quando necessário, com suporte dos fabricantes para resolução de problemas

6.11.8 No caso de extravio, panes, falhas, não-conformidades técnicas, defeitos, danos intencionais ou não, ou mau funcionamento, que sejam prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, a contratada deverá:

6.11.9 Providenciar a reposição dos equipamentos instalados e/ou fornecidos conforme contrato, na Unidade Policial Militar, efetuando o reparo ou a substituição por outro da mesma marca e modelo ou, na impossibilidade, por equipamento com características superiores ao equipamento original, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da abertura de chamado técnico no sistema da PMAL, adotando as providências para assegurar a continuidade dos serviços;

6.11.10 Para os casos de extravio ou mau uso deliberado dos equipamentos, a unidade da PMAL beneficiada pela prestação do serviço, realizará a apuração do fato por procedimento administrativo legal, cujo resultado será comunicado à contratada, a fim de ressarcimento, quando devido. No caso de extravios de câmeras, a contratada deve substituir os equipamentos sem custos até o limite de 2% da quantidade total do contrato.

6.11.11 No caso de interrupção ou degradação do desempenho do serviço de conectividade de dados (fornecido pela contratada), instalado pela Contratada em cada Unidade Policial, o serviço deverá ser normalizado, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado no sistema de chamados da PMAL;

6.11.12 O reparo ou substituição dos equipamentos que venham a apresentar panes, falhas ou não- conformidades técnicas prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, defeitos, ou mau funcionamento, não gerarão qualquer ônus para a PMAL, incluindo custos de retirada e entrega na Unidade Policial, cujos serviços foram contratados para as unidades previstas neste projeto;

6.11.13 A Contratada tratará dos chamados técnicos registrados e encaminhados pela Central de Serviços da PMAL, a qual concentra o recebimento dos chamados técnicos de TIC da instituição;

6.11.14 Fornecer, na forma solicitada pela CONTRATANTE, demonstrativo de utilização dos serviços contratados, relatórios gerenciais, via software, acerca das soluções de COP, no primeiro dia útil do mês subsequente, após o encerramento do mês do serviço prestado, para aferição dos valores serem pagos.

6.11.15 O Coordenador de Serviços COP deverá manter atualizada a ferramenta de gestão de serviços de TIC da PMAL, sobre o andamento de todas as atividades técnicas, durante todo o ciclo de vida do chamado;

6.11.16 É permitida a manutenção programada em horários e datas que não comprometam a prestação de serviços. As interrupções na prestação dos serviços nestas condições e pelo tempo previamente acordado não incidirão em responsabilização da contratada.

6.12 ANS - Acordo de Nível Serviço:

6.12.1 O ANS - Acordo de Nível Serviço define as principais metas e responsabilidades da Contratada no atendimento de chamados técnicos e na prestação dos serviços de suporte técnico classificados por grau de severidade e devem ser prestados, observadas as classificações de severidade de 1 a 3:

6.12.2 Severidade 1 (S1): o equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não-conformidade técnica que torna o serviço total ou parcialmente inoperante. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 01 (uma) hora e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 12 (doze) horas, contados da abertura do chamado técnico.

6.12.3 Severidade 2 (S2): o equipamento, acessório, periférico ou software que apresente pane, falha ou não-conformidade técnica que prejudique a prestação dos serviços, uso ou acesso de função(ões) básica(s). O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) horas, contados da abertura do chamado técnico.

6.12.4 Severidade 3 (S3): o equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não-conformidade técnica que causa restrições de operação de funções acessórias. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 120 (cento e vinte) horas, contados da abertura do chamado técnico.

6.13 Especificação Técnica da Solução a ser disponibilizada:

6.13.1 A Solução contempla todos os softwares e hardwares necessários para seu perfeito funcionamento, cuja composição macro está dividida em:

- Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais com respectivo acesso de usuários (Digital Evidence Management System - DEMS);
- Armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage;
- Infraestrutura para transmissão dos dados das COP para datacenter em Cloud Storage e docas para carregamento de baterias;
- Infraestrutura para acionamento remoto das câmeras por computadores e dispositivos móveis;
- Tecnologia para livestreaming para computadores e dispositivos móveis;
- COP - Câmera Operacional Portátil com conectividade à rede de dados e acessório de fixação no uniforme.

6.13.2 Os tópicos trazem as especificações técnicas mínimas dos itens para atendimento das necessidades operacionais da PMAL:


6.14 Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais – DEMS (DIGITAL EVIDENCE MANAGEMENT SYSTEM):

6.14.1 Sistema que controlará os dados produzidos pelas COP e outros sistemas de produção de evidência digitais, desde a sua tomada no local dos fatos até o seu compartilhamento ou envio definitivo a outros órgãos ou expurgo do sistema. O texto abaixo descreve, como um todo, os requisitos do software de gerenciamento e custódia de evidências digitais (DEMS – Digital Evidence Management System) de

forma didática para nos itens seguintes descrevê-los com maior detalhe. Cabe esclarecer que os conteúdos dos itens abaixo também são requisitos do software DEMS:

- 6.14.2 O software deve ser especializado no gerenciamento, compartilhamento e custódia de evidências digitais para departamentos de polícia. Isto significa que deve haver rigoroso controle sobre a cadeia de custódia já a partir da criação do arquivo na câmera e por todo período de custódia estabelecido no contrato;
- 6.14.3 O software deve permitir que sejam criadas perfis independentes para as diversas estruturas da PMAL, cada unidade receberá um perfil individualizada do software de Gestão de Evidências, podendo administrá-la isoladamente sem custo adicional a CONTRATANTE.
- 6.14.4 O sistema deve garantir que os arquivos gerados pelas câmeras serão os mesmos custodiados no software até seu emprego como prova pelo Poder Judiciário ou órgãos administrativos;
- 6.14.5 Deve haver certificação no software atestando que o arquivo gerado na câmera é idêntico ao custodiado no sistema, bit a bit, por meio de certificações eletrônicas mediante algoritmo de integridade (hash) do tipo SHA-2 ou superior;
- 6.14.6 O software deve possuir sistema de busca complexo que abranja pesquisas por identificação do policial, talão de ocorrência, intervalo de datas e horas e minutos, data de expurgo, tags e classificações criadas pela PMAL no software (metadados), tipo de arquivo e número do equipamento;
- 6.14.7 Os metadados, tanto inseridos nas câmeras como no software, devem ser pesquisáveis, filtráveis e buscáveis;
- 6.14.8 As informações inseridas manualmente (tags) podem ser alteradas ou complementadas posteriormente. No entanto, os metadados gerados automaticamente pela câmera, como número de série, horário, GPS e outros dados estruturais da gravação, não podem ser modificados.
- 6.14.9 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados em campo (rua, local da operação) pela própria COP ou por meio de API de dispositivo móvel,
- 6.14.10 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados forma remota (rua, local da operação) através de API na plataforma de gestão das câmeras, permitindo que o policial ou o COPOM remotamente através de integração via API possa inserir o boletim de ocorrência, classificar o vestígio e outros metadados, sendo as API compatíveis com as câmeras e sistemas de gerenciamento de ocorrência empregados na PMAL (a citar: CAD e Quimera e outros softwares que venham as substituí-los).
- 6.14.11 Os metadados deverão ser gravados no arquivo da câmera de forma a serem descarregados ao sistema e permitir o seu gerenciamento;
- 6.14.12 Não serão aceitas soluções que, por meio da câmera, do sistema, por aplicativo, ou qualquer outro meio, permita a alteração dos tags gerados pela câmera no momento da coleta dos vestígios.
- 6.14.13 Ou seja, se houver a necessidade de inserção de dados, serão por metadados, este deverá ser adicionado em campo específico e como informação complementar, não podendo ser deletados ou alterados após serem salvos, devendo as retificações ocorrer sempre em complemento.
- 6.14.14 Nas câmeras que não possuem capacidade de inserção de metadados, os requisitos deverão ser aplicados ao app do smartphone (Android e iOS), ou por meio do DEMS, e todo o processo de inserção de metadados deverá ser realizado exigindo autenticação por usuário e senha;
- 6.14.15 A inserção deverá ocorrer sempre em complemento à tags coletadas durante a gravação, ou inseridos pelo usuário, não podendo ser alterados ou suprimidos;
- 6.14.16 Deverá ser permitida a inserção de metadados via API com os sistemas da contratante (Quimera e CAD).
- 6.14.17 A estrutura de usuários e grupos deve permitir que a PMAL possam representar sua estrutura hierárquica com permissões atribuíveis de maneira como o serviço se organiza pela cultura institucional. Isto significa que usuários ou grupos possam ser configurados a atender o nível de execução, nível de supervisão, nível gerencial, nível administrador do sistema, administrador de usuários, administrador de equipamentos;
- 6.14.18 O software deve permitir a revisão eletrônica das evidências, no mínimo, pelo nível supervisão e gerencial com ferramentas de anotações da fiscalização e resultado da revisão. Os usuários, previamente habilitados para essa função, poderão revisar evidências digitais e avaliar os serviços prestados por seus subordinados. Assim, o DEMS deve possuir ferramentas para anotações das observações do supervisor e lista de resultado a ser escolhida pelo usuário nesta função.
- 6.14.19 Quantidade de vídeos por usuário, classificados por usuário supervisor, por metadados fornecidos pela CONTRATANTE. (Exemplo: Quantos vídeos de um determinado usuário que foram classificados com o metadado "Orientação Verbal").
- 6.14.20 Relatório de classificação de resultados de revisão por usuário com possibilidade de escolha temporal (Data/Período);

- 6.14.21 Os metadados para classificação da revisão dos vídeos serão fornecidos pela PMAL. A contratada terá 3 (três) meses, a partir do recebimento da ordem de serviço, para produzir as alterações necessárias ao funcionamento do recurso no software. Ressalta-se que o prazo de 3 meses é apenas para incluir os metadados que serão fornecidos pela PMAL, no entanto, os recursos de revisão deverão estar presentes no software na apresentação das amostras e para execução do caderno de testes;
- 6.14.22 O software deve gerar relatórios de auditoria gerais sobre usuários, grupos, câmeras, evidências, acessos e utilização do sistema, a fim de que se tenha um registro pesquisável sobre tudo o que um usuário ou grupo de usuários fez no sistema, bem como de atividades realizadas na câmera e que o próprio DEMS executa e gerencia. Abaixo, segue uma lista de relatórios obrigatórios:
- 6.14.23 Quantidade de evidências digitais por usuários, grupos, Companhias PM, Batalhões, Grandes Comandos e Geral no caso da PMAL.
- 6.14.24 Relatório de logs de usuários no sistema que descreve todas as atividades realizadas no DEMS e na câmera pesquisáveis por período;
- 6.14.25 Relatório de evidências digitais não categorizadas/classificadas exibindo lista de evidências digitais que não foram incluídas em categoria ou classificadas por usuário e grupo de usuários;
- 6.14.26 Relatório de uploads de evidências digitais. Deve apresentar uma lista com a quantidade de evidências digitais que subiram à nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage (upload), total em horas, em tamanho de megabytes/terabytes e médias por mês;
- 6.14.27 Relatório de compartilhamento de evidência digital por usuário contendo data/hora, ID do usuário e ID de destino;
- 6.14.28 Relatório de Inventário de todos os dispositivos (câmeras) da PMAL. Deve exibir uma lista com as seguintes informações: Modelo do equipamento, número do equipamento, número de série, status de atribuição (atribuída a um usuário/não atribuída), ID do usuário atribuído, versão de firmware, último upload, última conexão na doca, ajustes de volume, luzes de indicação e ajustes de modo velado (ligado/desligado);
- 6.14.29 Relatório de evidência criado. Deverá exibir uma lista com as seguintes informações: ID da evidência, status (se ativa ou apagada), grupo, data de upload, data de modificação, data/hora/segundos do início da gravação da evidência, data/hora/segundos do final da gravação da evidência, tipo de evidência (foto/vídeo/áudio), tipo de arquivo (MPEG, JPEG, etc.), tamanho em megabytes, duração da evidência em segundos, ID do usuário criador, grupo do usuário criador, ID do usuário que apagou a evidência e seu respectivo grupo, ID do usuário que fez upload da evidência e seu respectivo grupo, coordenadas de GPS, Device ID que criou o vídeo, número de série do equipamento e Hash/Checksum (autenticação) da evidência;
- 6.14.30 Relatório de auditoria da câmera;
- 6.14.31 Relatório de auditoria do usuário;
- 6.14.32 Relatório de auditoria da evidência;
- 6.14.33 O software DEMS deve possuir o recurso de pesquisa de evidências por coordenadas de GPS em um mapa geográfico ou lista. O recurso deve funcionar da seguinte forma ou semelhante: Ao se determinar uma pesquisa por um endereço, CEP ou um zoom no mapa do estado de Alagoas todas as evidências num determinado período e área devem aparecer posicionadas no mapa por meio das coordenadas de GPS do arquivo ou lista. As evidências encontradas devem ser acessíveis à visualização. Este recurso é de extrema importância para relacionar evidências digitais a uma ocorrência policial ocorrida permitindo à investigação ferramenta ágil para pesquisar toda a prova em vídeo produzida pela polícia em determinada área. As evidências encontradas devem permitir seleção para inclusão em casos ou serem compartilhadas. Este recurso é obrigatório e fará parte do caderno de testes. Não se admitirá prazo para desenvolvimento durante o contrato;



Data Inicial

Data Final

Endereço/CEP

1001	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
1254	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
1098	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
2301	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
2001	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
1101	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
7651	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
1341	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
1081	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
1901	cabanas	2102202198765av175543	128PMM
1043	cabanas	2102202198765av175543	128PMM

Figura 1 - Ilustração de modelo hipotético de busca por endereço e mapa por coordenadas de GPS

6.14.34 O software deve possuir recurso para unificar as evidências de um evento. Por exemplo, há sistemas que reúnem todas as evidências de um evento produzidas por mais de um policial por meio de localização geográfica e há sistemas que se utilizam de um ID do incidente inserido pelo policial com metadado para unificar as evidências num mesmo evento. O importante é que o sistema possa unificar todas as evidências geradas pelos policiais em uma mesma ocorrência policial de forma automática por inteligência do software ou pela inserção em campo (na rua, no local da operação) pelo policial de metadados, sem que haja necessidade de intervenção de outros policiais administrativos para fazê-lo. Imagine-se uma ocorrência policial em que muitos policiais comparecem para o atendimento. Apenas um policial será o responsável por escriturar o fato. Este fato recebe do COum número de protocolo único no dia para todo o estado de Alagoas. Porém todos os policiais que compareceram na ocorrência em apoio ao policial responsável também produziram evidências digitais do evento. A exigência descrita se aplica a este exemplo;

6.14.35 O software deve unificar as evidências produzidas de forma automática e inteligente ou permitir que os policiais insiram, em campo (na rua, no local da operação), o número do talão do COPOM como metadado e assim permita a busca e a visão de todas as evidências de um fato. Isto é imprescindível pois a premissa é de que a implantação das Câmeras Operacionais Portáteis não pode impactar o efetivo operacional e muito menos empregar policiais em funções administrativas para gerir e organizar o storage;

6.14.36 A unificação ou agrupamento de evidência, quer seja por busca, filtro ou agrupamento é muito importante para o compartilhamento das provas de um evento com os órgãos que orbitam os serviços prestados pela PMAL;

6.14.37 O player de vídeo no software deve permitir zoom na imagem em movimento, congelamento de imagem, avanço e retrocesso com controle de velocidade, maximização da janela para reprodução em tela cheia e capacidade para exibir frame a frame;

6.14.38 O software DEMS deve possuir ferramentas integradas de redaction (edição de vídeo) com capacidade de inserir máscaras de “desfoque” com inteligência artificial de busca por face ou objeto (placas de carro e telas de computador, no mínimo) de forma a agilizar o processo de edição de evidências para publicação à sociedade quando necessário. O referido software deverá ter a capacidade de processar os frames em lote. Isto significa que, ao aplicar uma máscara sobre a face de uma pessoa ou a placa de um carro, está se propagar por todos os frames do vídeo. (Serão admitidos pequenos ajustes manuais quando por movimentos rápidos do objeto ou quando da entrada e saída do objeto do frame);

6.14.39 Óbvio salientar que a edição de uma evidência deve ser feita em uma cópia gerada pelo sistema, a fim de preservar a evidência original intacta;

6.14.40 O Software DEMS deve permitir a criação de clipes de vídeos dentro da ferramenta redaction a fim de permitir que se extraiam partes de evidências digitais com momentos de interesse. Estes clipes devem ser cópias do arquivo original, a fim de não comprometer ou destruir a evidência registrada e arquivada no sistema;

6.14.41 O software deve estar preparado para utilizar as câmeras por escala de serviço e que deve haver um módulo específico para que policiais do serviço de dia (policial responsável pela entrega e recebimento do equipamento) ou supervisores possam atribuir câmeras aos policiais em dada escala de serviço;

6.14.42 O software deve oferecer um recurso de upload de imagem, vídeo ou áudio para que possam ser arquivadas evidências coletadas em campo pelos policiais, dados colhidos de Drones, imageador de aeronaves policiais e videomonitoração da ordem de 50 Terabytes por ano;

- 6.14.43 O software deve oferecer a possibilidade de classificar, inserir número de talão de ocorrência do COPOM e outros metadados, para permitir a unificação das evidências coletadas em campo com aquelas produzidas pelas câmeras operacionais portáteis (muitas vezes, para um mesmo evento, temos imagens captadas por sistemas privados de segurança, celulares de vítimas e testemunhas, além de outros serviços da polícia como o helicóptero, os drones e as câmeras fixas da PMAL). Estes dados também são evidências que precisam ser custodiadas. No entanto, a recorrência desse fenômeno é baixa, razão pela qual foi apresentado o cálculo de 50 Terabytes de storage por ano;
- 6.14.44 As licenças de usuários do software que não gerem upload de dados devem ser ilimitadas. As licenças que gerem upload ficam limitadas (exceção feita aos usuários de câmeras operacionais portáteis) aos 50 Terabytes anuais descritos no item anterior;
- 6.14.45 Em função da necessidade dos serviços, o sistema deverá atender aos seguintes requisitos básicos dentro de um Plano Corporativo:
- 6.14.46 Acesso ao software nas sedes descritas neste projeto, acesso remoto, via web e por meio de aplicativo em plataformas mobile, a todos usuários cadastrados no sistema;
- 6.14.47 Fornecimento de solução de gerenciamento dos serviços contratados (gestor on-line), disponível na Rede Internet, com acesso via Web Browser, que possibilite a administração de todos os dados gerados pelas câmeras, em tempo real, disponível 24 horas por dia, 07 dias por semana, gerenciado pela Polícia Militar do Estado de Alagoas;
- 6.14.48 As licenças de software necessárias para o funcionamento da solução devem ser fornecidas pela contratada. Não poderão ser cobradas licenças de usuários internos ou externos à Polícia que não tenham autoridade para realizar upload de dados. A inserção de usuários sem capacidade de upload de dados deve ser ilimitada;
- 6.14.49 Usuários com capacidade de upload de fonte externa (as COP não são consideradas usuários) ficam restritos a 50 Terabytes por ano de contrato;
- 6.14.50 O software deve permitir que dados enviados a usuários sejam totalmente rastreáveis e identificáveis (exemplos: Hash, CheckSUM, SHA-2, etc.);
- 6.14.51 A visualização dos vídeos deve conter a identificação do usuário ou câmera com inserção de marca d'água (a identificação do usuário pode ser feita por caracteres rastreáveis). Isto vale para todas as plataformas de exibição, quer seja por meio de streaming para dispositivos mobile ou acesso web.
- 6.14.52 Importante ressaltar que a identificação do usuário na reprodução da evidência digital não pode produzir alteração no arquivo original, pois é fundamental para a manutenção da cadeia de legitimidade da prova junto ao poder judiciário. O software deve garantir, por meio de relatório de controle e segurança, que a evidência digital é original e não foi alterada, a fim de garantir prova legítima, sem necessidade de perícia autenticadora. Caso a PMAL entenda que a marca d'água apresentada necessite alteração para atender às suas necessidades, será concedido prazo de até 3 (três) meses, após o recebimento da Ordem de Serviço, para alteração do formato.
- 6.14.53 O software de GERENCIAMENTO, COMPARTILHAMENTO E CUSTÓDIA DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS (DEMS) deverá possuir as seguintes características mínimas de funcionamento, sendo instalado na nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, juntamente com o armazenamento;
- Deverá ter controle de acesso ao software, por meio de autenticação de usuários;
 - Possibilitar execução de serviços de autonomia para expurgo de dados armazenados, com periodicidade configurável;
 - Permitir a reprodução dos vídeos catalogados;
 - Permitir a gravação de trechos selecionados;
 - Permitir a conversão ou a reprodução dos arquivos nos formatos mais comumente reconhecidos pelos reprodutores de vídeo: mp4, avi, H264 - MPEG4;
 - Possibilitar a inserção de metadados na geração do arquivo (Talão de ocorrência, ID do policial);
 - Permitir identificação do policial, por meio de Registro Estatístico em metadados, possibilitando pesquisa no arquivo via software;
 - Permitir interligação e troca de informação entre o sistema de armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage da CONTRATADA e equipamento de gravação (COP);
 - Permitir o gerenciamento personalizado com adição de administradores e níveis de acesso a usuários, revisão, exclusão, bloqueios e logs de operação;
 - Os perfis de gerenciamento acima descritos devem ser aderentes a matriz organizacional da CONTRATANTE, a fim de permitir gestão por grupos de usuários;

- Permitir a realização, na própria plataforma, da revisão dos vídeos a serem feitas por policiais em níveis de supervisão e gerenciamento.
- Permitir a busca de arquivos por número de câmeras (Device ID), data-hora, identificação do policial, identificação da OPM, por coordenadas GPS, por logradouro, CEP, pelo próprio nome do arquivo e por metadados criados pelos usuários ou gerados pelo sistema;
- Permitir o envio de dados por meio de link URL (Uniform Resource Locator) obrigatoriamente. A contratada poderá oferecer outros métodos de gravação (SDCard, PenDrive ou outro meio físico externo) que se somarão aos requisitos obrigatórios;
- O software ofertado também deve possibilitar o armazenamento de mídias geradas de fontes diversas da COP que acompanha a Solução, ou seja, deve permitir que dados de vídeo/áudio/foto geradas por outros dispositivos possam ser armazenados de forma automatizada ou por ação de um operador do sistema até o limite de 50 Terabytes por ano. A proponente deverá considerar como formato de vídeo/áudio/foto os seguintes: avi, mp4, H264-MPEG4 (ou superior) /WMA, AAC, WAV/JPEG, consequentemente.

6.15 ACIONAMENTO REMOTO, livestreaming e POSICIONAMENTO GLOBAL POR GPS:

6.15.1 A solução apresentada deve permitir a transmissão ao vivo de qualquer COP para o COPOM da Polícia, computadores ou dispositivos móveis. A transmissão online pode ser realizada em baixa resolução, adaptável à disponibilidade de banda no momento da transmissão, no entanto, o arquivo original deve ser gravado na memória da COP e na resolução estabelecida nestas especificações;

6.15.2 A CONTRATADA deve fornecer o SIM Card ou eSIM e o respectivo plano de dados para o acionamento remoto, livestreaming e GPS ativo para toda a vigência do contrato;

6.15.3 A solução apresentada deverá permitir a transmissão pela COP remotamente, a partir de um Centro de Operações da Polícia - COPOM, computadores e dispositivos móveis. O acionamento remoto e o livestreaming devem estar disponíveis a qualquer momento;

6.15.4 Não poderá haver limitação ou cobrança de licenças para acesso remoto ou livestreaming. Os recursos devem estar disponíveis para a quantidade de câmeras contratadas e para a quantidade de usuários que a PMAL atribuir tal permissão.

6.16 Armazenamento:

6.16.1 Os arquivos gerados pelas câmeras deverão ser armazenados em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Petabyte), às custas da contratada, a ser instalado no datacenter da contratante, localizado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió/AL.

6.16.2 Todo o hardware e software para o armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage é de responsabilidade da CONTRATADA;

6.16.3 Referente à co-location nas instalações da contratante todo o hardware e a infraestrutura necessária, exceto obras de alvenaria, para alocação dos servidores e para o storage são de responsabilidade da CONTRATADA; a CONTRATANTE deverá disponibilizar somente espaço físico nas suas dependências para instalação do servidor DEMS/sistema e do storage.

6.16.4 Para armazenamento, seja em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, os arquivos devem estar disponíveis para visualização imediata (hot storage) durante 30 (trinta) dias, com no máximo 120 segundos de tempo de espera entre a requisição e o recebimento do arquivo;

6.16.5 Atingido o prazo de 30 dias, os vídeos, metadados e demais informações referentes aos vídeos poderão ser movidos para uma área fria de armazenamento, permanecendo até o prazo máximo exigido de armazenamento.

6.16.6 O sistema deverá obrigatoriamente permitir a configuração de políticas de expurgo de dados e arquivos com no mínimo os critérios baseados em tempo, classificação dos arquivos conforme os tipos (vestígio, evidência, prova) definidos pela Contratante;

6.16.7 Todos os dados marcados para exclusão, devem ser excluídos de forma que não possam ser recuperados;

6.16.8 A exclusão deve seguir as definições da Lei Geral de Proteção de Dados;

6.16.9 O Sistema deverá gerar relatórios comprovando a exclusão dos arquivos do armazenamento, indicando se houve compartilhamento para qualquer outro local.

6.16.10 As trilhas de auditoria das exclusões deverão ser armazenadas no sistema da contratante;

6.16.11 Os meios de transmissão de dados serão de total responsabilidade da Contratada, observando a obrigatoriedade de que esta deverá comportar a quantidade/volume de dados de forma estável, ou seja, na máxima resolução, sem falhas, do local em que o ponto de coleta de imagens se encontra instalado;

6.16.12 Em caso de interrupção do link, os ativos digitais deverão permanecer na memória interna da câmera, e tão logo o link seja recuperado, os ativos digitais deverão ser transmitidos imediatamente, devendo ser excluídos da memória interna apenas após total transmissão;

6.16.13 Os dados coletados e que estiverem compondo procedimentos apuratórios ou processos judiciais serão descartados conforme previsão da política de expurgo deste Termo de Referência;

6.16.14 Após a entrega oficial dos dados para a Contratante com a confirmação de recebimento, a Contratada deverá destruir toda e qualquer informação gerada pelo Sistema que esteja em sua posse, devendo encaminhar comprovação à Contratante;

6.16.15 O armazenamento deverá garantir total segurança e confidencialidade dos dados no tocante ao acesso dos usuários;

5.16.16 O armazenamento em nuvem deverá estar localizado em datacenter com certificação mínima Tier III ou equivalente, comprovados por meio de certificação.

6.16.17 Independente do download realizado, os dados originais deverão ser mantidos no armazenamento até o prazo de seu descarte, não podendo haver alteração em suas certificações eletrônicas;

6.16.18 Em caso de download, original ou editado, o log/auditoria deverá identificá-lo com a certificação eletrônica, devendo esta ser demonstrada bit a bit;

6.16.19 Os relatórios de auditoria deverão ser armazenados até o final do Contrato, devendo ser entregues à Contratante.

6.16.20 As imagens deverão permanecer arquivadas e geridas pelo DEMS durante a vigência contratual com acesso imediato on time (vídeos de acionamento voluntário (INTENCIONAL) por 365 dias.

6.16.21 O armazenamento em nuvem deve garantir total segurança e confidencialidade dos dados no tocante ao acesso aos usuários, com criptografia dos dados armazenados;

- Deverá permitir o emprego de software de inteligência artificial;
- Para garantir a disponibilidade dos serviços, a nuvem deve estar localizada em Data Center com certificações mínimas: ISO 27001, ISO 27017 e ISO 27018 ou suas variantes nacionais ABNT NBR nominais ao fabricante da Plataforma de Gestão de Evidências;
- Alta disponibilidade garantida por SLA, conforme níveis definidos neste Termo de Referência;
- Possuir Firewall, antivírus, anti-malware;
- Possuir armazenamento de alta performance;
- Para confidencialidade e alta segurança, os dados armazenados no servidor de armazenamento em nuvem deverão ser protegidos com acesso através de usuário e senha de no mínimo 6 (seis) dígitos alfanuméricos, além de autenticação de duplo fator através de códigos descartáveis (one-time password) enviado via e-mail, SMS ou aplicativo de autenticação.

6.17 Requisitos para Dock Stations (Docas):

6.17.1 Para cada sede descrita neste documento, a infraestrutura deverá garantir que os dados das COP de um turno de serviço de 12 (doze) horas sejam transferidos para o armazenamento em nuvem numa estrutura de storage, em, no máximo, 8 (oito) horas. Ao mesmo tempo, as baterias devem ser totalmente recarregadas em, no máximo, 8 (oito) horas.

6.17.2 A infraestrutura deve ser instalada adotando-se todas as providências para adequação da rede elétrica para o seu funcionamento e segurança;

6.17.3 A adequação da infraestrutura compreende também a instalação de quadros de energia, disjuntores, fiação elétrica e tomadas, a fim de propiciar um layout consonante com o melhor acondicionamento dos equipamentos e melhor facilidade de manuseio;

6.17.4 Para recarregamento das baterias não serão aceitos carregadores individuais pois as sedes têm apenas um ou dois pontos de energia elétrica e não é razoável fornecer carregadores individuais para que cada um seja ligado a uma tomada. A contratada deve oferecer um método de recarregamento de todas as baterias eficiente e seguro dentro dos prazos previstos neste Termo de Referência;

6.17.5 O volume de dados do Cloud Storage deve ser suficiente para atender a solução contratada com as especificação de qualidade e prazo de armazenamento. A contratada deverá usar as suas métricas (tamanho dos arquivos por hora) para ajustar os cálculos à sua realidade;

6.17.6 A política de retenção de evidências digitais para este sistema é de 1 ano. Significa dizer que há que considerar no cálculo que as evidências digitais só poderão ser expurgadas após um ano no storage.

6.17.7 Os links de transmissão de dados para a nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage e para a operação do software de custódia deverão ser fornecidos pela contratada, pois fazem parte da solução;

6.17.8 Os sistemas de transmissão de dados para acionamento remoto das COP e transmissão ao vivo (livestreaming) para computadores e dispositivos móveis deverão ser fornecidos pela CONTRATADA como parte da solução (SIM CARD ou eSIM com respectivo plano de dados em operadora que tenha área de cobertura em todo estado de Alagoas, podendo ainda ser utilizado mais de uma operadora M2M);

6.17.9 Não será utilizada a rede pública (governo) para esta solução.

6.18 Software da Câmera Operacional Portátil:

6.18.1 Deve permitir a visualização, no display de informações básicas, da carga da bateria;

6.18.2 O software da COP ou o device que a acompanha deve permitir que o policial classifique os dados antes de upload ao storage;

6.18.3 Permitir a fácil e célere classificação dos vídeos/áudios, por inserção de metadados, conforme as categorias estabelecidas pela PMAL. Como exemplo:

- Polícia Judiciária Militar;
- Polícia Judiciária (PJ);
- Polícia Administrativa (PA);
- Teste (T);
- Acidental (Ac);
- Treinamento (Tr);
- Notificação de trânsito;
- Abordagem/Fiscalização;
- Orientação ao Público.

6.18.4 Permitir a inserção do ID do incidente (Código de ocorrência ou pasta do COPOM);

6.18.5 Permitir a inserção de metadados do Manual de Codificação da PMAL;

6.18.6 A customização acima descrita deverá ser realizada no prazo de até 03 meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

6.18.7 Os requisitos deverão ser aplicados através de app no smartphone (Android e iOS);

6.18.8 O nome do arquivo ou código não deve ser alterado quando o vídeo for transferido da Câmera Operacional Portátil para o sistema de armazenagem em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage. A composição do nome do arquivo deve carregar informações que permitam a consulta, a fim de identificar o usuário, data e hora;

6.18.9 O arquivo, obrigatoriamente, deverá carregar as seguintes informações consultáveis que podem ser em tags: identificação da câmera, identificação do policial militar, data, hora, minutos, segundos e o número do arquivo;

6.18.10 As informações inseridas manualmente (metadados) podem ser alteradas ou complementadas posteriormente. No entanto, as tags geradas automaticamente pela câmera, como número de série, horário, GPS e outros dados estruturais da gravação, não podem ser modificados.

6.18.11 O nome do arquivo deverá constituir-se de um número único, como também para a identificação do equipamento (não poderá haver nenhuma COP com mesma numeração e nenhum arquivo com mesmo nome);

6.18.12 Os caracteres no nome do arquivo ou o código deve indicar quando uma única gravação foi dividida em mais de um arquivo;

6.18.13 Os arquivos já gravados na câmera não deverão ser perdidos por falha na alimentação de energia (Bateria esgotada);

6.18.14 Permitir reprodução de vídeo/áudio do conteúdo com avanço/retrocesso controlável, pausa e todas as operações básicas de reprodução de vídeos/áudios, com exceção do comando apagar, copiar, duplicar, editar ou qualquer outro que possa comprometer a segurança da cadeia de custódia, quando acessado diretamente a câmera por dispositivo auxiliar;

6.18.15 O software da COP deve permitir o modo velado (stealth), ou seja, que todas as emissões de som e luz sejam desabilitadas e, mesmo assim, garanta a gravação de dados;

6.18.16 O modo velado deve possuir recurso que evite o acionamento acidental. Pode, por exemplo, ser por botão físico exclusivo ou não, pressionando-o por mais de 3 segundos;

6.18.17 Alarmes de áudios bem como função vibração para as funções de liga/desliga, gravar, pausar/finalizar gravação, indicação de gravação em curso, bateria fraca e memória reduzida;

6.18.18 Garantir que os arquivos sejam registrados, codificados e protegidos, sem a possibilidade de exclusão no equipamento, para garantir a cadeia de custódia da prova;

6.18.19 Gerar arquivos de LOGs com o histórico de utilização da COP, para possibilitar a informação precisa do que aconteceu com a COP, contribuindo para auditar comandos realizados no equipamento, além de permitir a associação dos dados da COP com as ocorrências.

6.18.20 O Sistema operacional e Firmware da COP devem ser do mesmo fabricante do Hardware da COP, comprovado através de documentação fornecida pelo fabricante.

6.19 COP - Câmera Operacional Portátil:

6.19.1 As Câmeras Operacionais Portáteis deverão ser fornecidas com todos os acessórios necessários para operação na PMAL, com as características descritas abaixo:

6.19.2 O ângulo do campo de visão da lente deve ser de, no mínimo, 120° na horizontal e 65° na vertical ou no mínimo 140° diagonal;

6.19.3 Em todos os tipos de câmera deverá haver luzes dedicadas a informar ao cidadão (frente da câmera) que o equipamento está gravando uma cena. As luzes devem ser fortes e de tamanho suficiente para que uma pessoa perceba o recurso de dia e a uma distância mínima de 5 metros, quando em pé e defronte a um Policial. Não serão aceitas luzes de indicação para o operador da câmera (leds que indicam ao operador se o equipamento está gravando ou em modo de espera etc.) ou reconfiguração de leds destinados originalmente a outra finalidade. A luz de indicação ao cidadão deve ser projetada para essa finalidade. Deve haver luzes de indicação ao operador diferente daquelas destinadas a informar aos cidadãos que a cena está sendo gravada;

6.19.4 As lentes, sensores, microfones e autofalantes da câmera devem fazer parte do corpo do equipamento. Isso significa que não serão admitidos lentes ou sensores acoplados ao corpo principal por fios, cabos ou conexões sem-fio, em razão de se tratar de equipamento para missões críticas policiais. Exemplo: equipamentos em que o gravador se compõe por um corpo e a lente por outro, unidos por um cabo ou conexão sem fio;

6.19.5 Pre Recorder Buffer: recurso para a gravação de, no mínimo, 60 segundos anteriores ao acionamento manual do botão de Gravação de imagem com áudio opcional. Ao ser acionado o botão do modo gravação, os 60 segundos precedentes são deslocados da memória temporária e serão efetivamente salvos. A COP deverá disponibilizar a possibilidade de o buffer ser configurado com ou sem áudio;

6.19.6 Na tecnologia exigida neste Termo de Referência, significa que o pre-buffer registrará os mesmos 60 segundos finais do vídeo imediatamente anterior ao que está sendo gravado (INTENCIONAL);

6.19.7 Botão Liga/Desliga, de fácil operação, com recurso que evite seu acionamento acidental e que permita ao policial acioná-lo rapidamente. Ao acionar o botão de gravação, a câmera começará a gravar automaticamente, com a certeza de início de gravação, além de indicativo sonoro e luz intermitente, ou vibração;

6.19.8 A câmera operacional portátil deve gravar ininterruptamente, no mínimo, 12 horas com uma única bateria. Não serão aceitos equipamentos que necessitem de mais de uma bateria para cobrir as 12 horas de gravação. A bateria não poderá ser removível pelo operador.

6.19.9 O prescrito no item anterior não se aplica nos casos em que a câmera estiver transmitindo em livestreaming. Caso a transmissão em livestreaming seja longa, ao se esgotar a bateria, outra câmera será entregue ao policial. Nesta condição, a bateria deve durar pelo menos 3 horas;

6.19.10 Capacidade de Armazenamento interno e não removível de , no mínimo, 64 gigabytes, excetuando o necessário para o sistema operacional da câmera;

6.19.11 A memória de armazenamento de evidências digitais na câmera deve ser fixa na placa de circuitos evitando que possa ser removida, sendo do tipo eMMC (Embedded MultiMedia Card) ou garantir que a memória de armazenamento não seja removida por ação externa.

6.19.12 Equipamentos que ampliem a capacidade de gravação acima da percepção humana, como altíssima resolução (ex: 4K/8K), infravermelho, visão noturna e afins. Deverão possuir a configuração de desabilitação desta funcionalidade.

6.19.13 Caso o equipamento já possua esses recursos oriundos de fábrica, deverá haver a opção para que o administrador (Gestor do Contrato) possa desabilitá-los sem que outros usuários possam reabilitá-los. Este procedimento deverá ser demonstrado na análise de amostra;

6.19.14 Para exemplificar o que se deseja, a Solução deve ser um auxiliar do policial militar para a validação da prova policial, corroborando sua atuação;

6.19.15 A COP deverá permitir iniciar a gravação de forma remota, sendo esse acionamento possível por meio do DEMS ou por API de integração aos sistemas de despacho de ocorrências da PMAL (CAD, Quimera ou outros que os venham substituir). Sendo marcos na integração, a abertura de BO e o respectivo despacho de uma ocorrência para uma guarnição, momento em que se iniciará automaticamente a gravação em todos os dispositivos dos membros de uma equipe designada e encerrá-la logo após a conclusão do BO no sistema CAD sem a necessidade de intervenção direta do operador do COPOM

6.19.16 A COP deverá permitir iniciar e finalizar a gravação de forma local;

6.19.17 Deverá permitir áudio de forma bidirecional, sem causar prejuízo a outras funcionalidades requisitadas, como as gravações e transmissão ao vivo (live streaming);

6.19.18 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados em campo (número de BO, classificação do vídeo) pela própria COP ou por meio de API de dispositivo móvel,

6.19.19 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados forma remota (número de BO, classificação do vídeo) através de API na plataforma de gestão das câmeras, permitindo que o policial ou o COPOM remotamente através de integração via API possa inserir o boletim de ocorrência, classificar o vestígio e outros metadados, sendo as API compatíveis com as câmeras e sistemas de gerenciamento de ocorrência empregados na PMAL (a citar: CAD e Quimera e outros softwares que venham a substituí-los).

6.19.20 Os metadados deverão ser gravados no arquivo da câmera de forma a serem descarregados ao sistema e permitir o seu gerenciamento;

6.19.21 Nas câmeras que não possuem capacidade de inserção de metadados, os requisitos deverão ser aplicados ao app do smartphone (Android e iOS), ou por meio do DEMS, e todo o processo de inserção de metadados deverá ser realizado exigindo autenticação por usuário e senha;

6.19.22 A inserção deverá ocorrer sempre em complemento aos metadados coletados durante a gravação, ou inseridos pelo usuário, não podendo ser alterados ou suprimidos;

6.19.23 Deverá ser permitida a inserção de metadados via API com os sistemas da contratada.

6.19.24 Suportar, no mínimo, diferentes níveis de bit rate de gravação de vídeo, conforme faixa abaixo:

- 720p- 1280x720@30FPS no mínimo para vídeos INTENCIONAIS;
- Suportar resistência à água, com índice de proteção IP67;
- As entradas para conexão externa do tipo USB, HDMI, VGA, dentre outras, desta natureza, que a COP possuir não poderão permitir que as imagens e configurações da câmera sejam acessadas pelo usuário, garantindo a cadeia de custódia da prova;
- Possuir interface Wi Fi padrão 802.11 a/b/g/n (2.4GHz e 5GHz), segurança mínima WPA2-PSK;
- Possuir interface Bluetooth BT 4 + EDR, BLE 4.2 ou superior;
- Possuir GPS integrado;
- Possuir Slot para SIM Card ou outra tecnologia de transmissão de dados móveis (eSIM) dedicado ao livestreaming, acionamento remoto, posicionamento global por GPS entre outros recursos. Esse Slot deve ser localizado em ponto que dificulta a remoção do cartão, sendo necessário o uso de ferramenta para acesso ao espaço físico do cartão e caso seja acessado nos logs da câmera deverá haver um registro dessa inconformidade;
- Esse slot deve permitir a utilização de SIM CARD ou eSIM compatível com todas as faixas de frequência LTE em uso no Brasil: Banda 7 (2600 MHz); Banda 3 (1800 MHz); Banda 28 (700 MHz).

- Apresentar, na parte externa da câmera, o seu número identificador (ID da câmera), para permitir a identificação rápida e fácil da câmera pelo usuário;
- O equipamento poderá apresentar, em sua superfície externa, nome do fabricante e logomarca.
- A logomarca da Polícia será aplicada ao equipamento por meio de impressão ou adesivo autocolante pela contratada conforme layout apresentado pela PMAL;
- O equipamento deve conter número de série/ano de fabricação;
- Para equipamentos que a legislação brasileira exija homologação pelas agências nacionais reguladoras, devem ser apresentados os devidos certificados (exemplo: Homologação Anatel).
- Objetivando a possibilidade de novíssimos equipamentos em lançamento no mercado internacional que possam vir a estar sendo lançados, essa homologação da ANATEL poderá ser apresentada até o momento dos testes de bancada.

6.20 Requisitos dos acessórios de fixação da COP:

6.20.1 Possibilitar a fixação na altura dos ombros ou na parte superior do tronco;

6.20.2 Este acessório deve adequar-se ao EPI ou fardamento de forma a possibilitar sua regulação sem que o danifique, garantindo conforto e segurança para o usuário;

6.20.3 Os acessórios de fixação deverão atender condições de fixação nos uniformes de verão, inverno e na peça de sobreposição tática (coletes de proteção balística de equipes especiais);

6.20.4 Em câmeras em que a lente seja fixa, obrigatoriamente, o acessório de fixação deverá ser móvel, permitindo, no mínimo, regulação vertical de amplitude que corresponda às imagens das figuras 2, quando embarcado em veículo automotor, e figura 3 quando desembarcado;

6.20.5 Em câmeras em que a lente seja regulável, para que não seja necessário um acessório de fixação móvel, a amplitude da regulação da lente deve atender aos requisitos do item a seguir:

6.20.6 Devido à variedade de compleição física dos policiais e também dos variados tipos de serviço que prestam, um requisito básico para os acessórios de fixação é que eles permitam que a acoplagem seja feita de tal maneira que, ao estar embarcado em veículo, a visão gravada pela câmera seja a do para-brisa do veículo, conforme figura "02", e, ao estar desembarcado e em pé, a câmera possa registrar com eficiência a cena em que as pessoas interajam com os policiais, conforme o exemplo de figura "5"; para que isso seja possível, é permitida, neste certame, a apresentação, ou de câmera com lente móvel ou de câmera com lente fixa, porém com acessórios reguláveis;

6.20.7 A câmera deverá ser afixada na parte superior do tronco, isto inclui a altura dos ombros, porém o acessório deverá ser seguro o suficiente para que o equipamento não se desacople do uniforme nos casos em que o policial militar tenha que correr, saltar ou participe de interações com contatos físicos agressivos (agressões de terceiros a policiais), sem, no entanto, descaracterizar o conforto exigido para o uso do equipamento:



Figura 2 - Visão desejada quando o Policial estiver embarcado na viatura policial



Figura 3 - Visão desejada quando o Policial estiver em pé e desembarcado

6.21 REQUISITOS GERAIS DE ATENDIMENTO

6.21.1 É vedada a oferta de aparelhos de características tecnológicas e construtivas inferiores às aqui estabelecidas;

6.21.2 É de responsabilidade da CONTRATADA, a entrega, substituição ou retirada de equipamentos, programas e/ou sistema voltado à perfeita operação de todos os recursos oferecidos pelos equipamentos fornecidos aqui especificados;

6.21.3 Os equipamentos deverão ser entregues com os seus acessórios, como baterias, carregadores de baterias bivolt, manuais e demais softwares;

6.21.4 Os equipamentos devem atender às normas brasileiras em relação aos conectores de energia elétrica, sendo vedados adaptadores;

6.21.5 O fabricante colocará à disposição da Administração, a pedido, técnicos e laboratórios para prestar quaisquer informações técnicas acerca dos componentes, análises quanto ao desempenho do produto ou comprovação de características exigidas nestas especificações técnicas, cujos custos de eventuais procedimentos ficarão às expensas da licitante.

6.21.6 As Câmeras Operacionais Portáteis - COP e acessórios deverão ser entregues à PMAL na forma de comodato, com fornecimento de garantia e assistência técnica, durante a vigência contratual;

6.21.7 A CONTRATADA deverá repor qualquer aparelho utilizado pelo CONTRATANTE, na hipótese de perda ou de dano, em até 72 (setenta e duas) horas, contados da data da comunicação da ocorrência de extravio ou dano, culposo ou doloso, ou da emissão de laudo do fabricante ou da Assistência Técnica autorizada da rede credenciada em relação à natureza do dano, ficando a CONTRATADA, nesta hipótese, responsável pelo custo de reposição, considerando o preço da nota fiscal até o limite de 2% da quantidade de câmeras fornecidas;

6.21.8 Repor, às expensas da CONTRATADA, qualquer aparelho utilizado pelo CONTRATANTE, na hipótese de defeito de fabricação, em até 72 (setenta e duas) horas, a partir da comunicação da CONTRATANTE, acompanhada de laudo do fabricante ou da Assistência Técnica da rede credenciada;

6.21.9 O reparo ou substituição dos aparelhos, no caso de defeito de fabricação, não pode representar ônus para a CONTRATANTE;

6.21.10 Os aparelhos, que serão fornecidos por ocasião das reposições previstas, deverão possuir características técnicas, no mínimo, iguais ou superiores às características dos aparelhos substituídos, sujeitos à validação da PMAL, no que tange às características técnicas;

6.21.11 Não limitar a substituição de equipamentos que, comprovadamente, apresentarem defeitos de fabricação;

6.21.12 A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade de, no caso de renovação do contrato ou da disponibilização de equipamentos mais modernos no portfólio nacional ou internacional de produtos e serviços da Contratada, providenciar a substituição do parque de equipamentos por outros mais atualizados em recursos tecnológicos, sem ônus extra para CONTRATANTE, estando sujeito à validação da PMAL, no que tange às características técnicas.

6.21.13 A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos, softwares e serviços que estejam em conformidade com as legislações nacionais e normas técnicas do Brasil.

6.22 Condições de recebimento dos Bens em Comodato

6.22.1 A entrega dos equipamentos deverá ser feita nas sedes descritas no ANEXO 01 - Localização, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros, transporte, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.22.2 Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher, no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante Fiscal de Contrato, e responsável pelo recebimento;

6.22.3 Constatadas irregularidades nos equipamentos, a CONTRATANTE poderá:

6.22.4 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.22.5 Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação por escrito;

6.22.6 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.22.7 Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação por escrito.

6.23 Formas de Transferência de Conhecimento:

6.23.1 Deverá ser fornecida capacitação em centro de treinamento do fabricante ou em parceiro certificado e capacitado, para 05 (cinco) policiais indicados pelo Órgão de TIC da PMAL e ainda para 5 (cinco) policiais por unidade responsável por cada localidade constante neste projeto;

6.23.2 A transferência de conhecimento deverá ser provida no momento mais próximo possível à data do recebimento da fase de implantação da Solução;

6.23.3 A contratada poderá formalizá-lo mediante fornecimentos de vouchers oficiais de treinamento, certificados ou outro documento que comprove o fornecimento da transferência de conhecimento.

6.23.4 A capacitação será constituída, no mínimo, de dois treinamentos específicos:

- Configuração, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados;
- Operação dos dispositivos de borda.

6.23.5 Ao final da capacitação, deverá ser aplicado teste prático para avaliação dos policiais participantes;

6.23.6 Deverá ainda a CONTRATADA fornecer treinamento avançado para 12 (doze) policiais militares;

6.23.7 O treinamento avançado deverá ocorrer exclusivamente na modalidade presencial, específico para configuração e administração de todos os subsistemas da plataforma fornecida, deve prover conhecimento teórico e exercícios práticos visando a instalação, configuração e administração de toda a plataforma ofertada;

6.23.8 O local do treinamento avançado será indicado pela CONTRATADA a qual também ficará responsável por toda a logística necessária para a sua realização, após validação da CONTRATANTE;

6.23.9 Todo e qualquer custo necessário para o cumprimento da etapa de capacitação, será de obrigação exclusiva da CONTRATADA.

6.23.10 A contratada deverá ainda disponibilizar treinamento no formato de plataforma de conteúdo web contendo vídeos de treinamento de operação básicas e emprego das COP; da mesma forma disponibilizar cartilhas de operação básicas e emprego das COP.

6.24 Procedimentos de transição e finalização do contrato:

6.24.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.24.2 A Contratada, ao término do seu contrato, deverá realizar a transição contratual com transferência de dados em arquivos de vídeos tipo AVI, MP4, MPEG4 ou similar; conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, inclusive metadados e dados de log, trilha de auditoria, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou de nova empresa habilitada, caso haja, para continuar a execução dos serviços.

6.24.3 Da mesma forma, é responsabilidade da contratada realizar a transição contratual com a transferência da infraestrutura de armazenamento, em co-location, na estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Petabyte), que realiza o armazenamento do backup, anteriormente instalado no datacenter da contratante pela contratada, localizado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió/AL.

6.24.4 Ainda que, deverá ocorrer também a transferência dos ativos empregados para captura das imagens e gestões das COPs, ou seja, COPs, docas, computadores e sistemas necessários para o funcionamento do sistema.

6.24.5 Tal transferência é essencial para a adequada transição contratual tendo em vista que se trata de grande volume de dados, sensíveis, de uso exclusivo da segurança pública, em respeito à LGPD.

6.24.6 Após a transferência, atestado o recebimento completo de todos os dados, a contratada deverá realizar a destruição de dos referidos dados armazenados em nuvem.

6.24.7 Os procedimentos de transição e finalização do contrato devem ser realizados com acompanhamento da Contratante, incluindo a capacitação supracitada.

6.25 Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.25.1 Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme distribuição descrita no anexo deste Termo de Referência.

6.26 Mecanismos formais de comunicação

6.26.1 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.26.2 Ordem de Serviço;

6.26.3 Ata de Reunião;

6.26.4 Ofício;

6.26.5 Sistema de abertura de chamados;

6.26.6 E-mails e Cartas.

6.27 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.27.1 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.27.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no anexo 03.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Preposto

7.5.1 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.5.2 O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

7.5.3 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7.5.4 É vedado à Contratada, ou a seus representantes, ou parceiros comerciais, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica manter relações, atender dúvidas, marcar reuniões, executar testes, treinamentos, palestras ou aulas, realizar acordos comerciais e enviar documentos, com qualquer unidade da PMAL, sem prévio acordo entre o Gestor do Contrato e o preposto da Contratada, em pautas que possuam relações com a Solução Contratada.

7.6 Reunião Inicial

7.6.1 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6.2 A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.3 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.6.4 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.6.5 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.6.6 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.6.7 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.6.8 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

7.7 Rotinas de Fiscalização

7.7.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.8 Fiscalização Técnica

7.8.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.8.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.8.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.8.6 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: análise da disponibilidade e qualidade do serviço prestado

7.8.7 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.9 Fiscalização Administrativa

7.9.1 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.9.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.9.3 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.9.4 Análise dos relatórios apresentados mensalmente pela contratada.

7.10 Gestor do Contrato

7.10.1 Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.10.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.10.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.10.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.10.8 Receber e dar encaminhamento imediato:

7.10.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

7.10.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.11.1 Avaliação da execução:

8.11.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará medição mensal, que será realizada no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação. Para fins de medição, a Contratada deverá fornecer mensalmente, a partir da vigência contratual iniciada após a implantação, ou quando solicitado, na forma determinada pela Contratante, o demonstrativo de utilização dos serviços, por quantidade de Câmeras à disposição das sedes de onde foram instaladas e alocadas.

8.11.1.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.11.1.3 Considera-se COP disponível:

- o dispositivo que está apto a captar vídeos/ áudios, quando estiver sendo utilizado por um policial militar;
- apto para o descarregamento em nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage dos dados armazenados em sua memória interna;
- quando estiver na unidade policial, para recarregamento regular de sua bateria de energia;
- com seus acessórios de fixação em condições de uso pelo policial militar;

- A disponibilidade da COP abarca as 24 horas do dia, pois a câmera estará sempre em operação, seja sob a guarda de um policial, seja acoplada a uma doca descarregando sua memória de evidências ou ainda em carregamento de bateria interna;

8.11.1.4 Constatado que a COP não está apta para captação de dados de vídeo/ áudios ou que não está descarregando para a nuvem e replicação em co-location numa estrutura de storage seus dados internos, esta será considerada INDISPONÍVEL;

8.11.1.5 Todas as atividades serão faturadas pela quantidade de COP disponível em cada Unidade Policial onde foram instaladas e alocadas, definida neste projeto, verificando-se a pro rata, quando for o caso e, para realizar o faturamento mensal, o valor total será considerado pelas seguintes fórmulas:

DS= {(TCOPC*(DDH) - (ΣCOPIM*DDH)) *M, onde:

- DS= Disponibilidade do Sistema
- TCOPC= Total de COP do Contrato
- DDH= Disponibilidade diária de 24 horas por equipamento
- ΣCOPIM= Soma das COP Indisponíveis no Mês
- M= refere-se aos dias no mês aferido

DS= Disponibilidade do Sistema	Disponibilidade do Sistema
TCOPC= Total de COP do Contrato	Qtde de câmeras contratadas
DDH - Disponibilidade Diária em Horas	24h
COPIM - COP Indisponíveis no Mês	Σ COP Indisponíveis a ser aferido
DS = {(TCOPC*DDH) - (ΣCOPIM*DDH)} *M	Qtde Mensal de horas faturáveis

IAP= (VML/M)*(DS/24)

- VTM= Valor Total Mensal
- VML= Valor Mensal por COP Licenciada no Sistema
- DS= Disponibilidade do Sistema
- M= refere-se aos dias no mês aferido

	Solução COP
VML – Valor Mensal por COP Licenciada	R\$.....,.....
IAP= (VML/M)*(DS/24)	Índice de Atendimento no Prazo

8.11.1.6 A empresa, para efeito de faturamento, deverá entregar planilha de cálculo seguida dos relatórios de serviços expedidos por ocasião da entrega da fatura mensal, que será confrontado com as documentações e controles internos da PMAL, principalmente para efeitos do recebimento provisório, sendo que, em casos em que houver divergências, serão aplicadas as condições previstas em contrato para correções.

Em virtude de anormalidades constatadas durante o monitoramento/administração/gerenciamento das plataformas, a Contratada deverá expedir relatório técnico pormenorizado, constando, no mínimo, os seguintes itens:

- Data e hora de início e término;

- Técnico ou técnicos responsáveis, que participou(aram) e/ou elaborou(aram) a atividade, com assinatura;
- Assinatura e identificação do militar que solicitou o atendimento;
- Detalhes da causa, incidente e medidas corretivas aplicadas;
- Se houve necessidade de acionamento de manutenção preventiva e/ou corretiva para algum ativo.
- Todos os incidentes abertos devem ter sua resolução, incluindo todo o histórico do chamado, registrada na ferramenta de gerenciamento de serviços de TIC em uso na PMAL.

8.12 Recebimento

8.12.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.12.2 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.12.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.12.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.12.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.12.6 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal

8.12.7 Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12.8 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.12.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.12.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.12.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.12.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.12.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.12.14 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.12.15 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.12.16 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.12.17 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.12.18 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.12.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.12.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.12.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.13 Procedimentos de Teste e Inspeção

8.13.1 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- 8.13.2 Análise dos relatórios apresentados mensalmente pela contratada, que deverão possuir, no mínimo, requisitos para evidenciar o funcionamento completo;
- 8.13.3 Do Software de Custódia, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;
- 8.13.4 Do Armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;;
- 8.13.5 Da Infraestrutura para transmissão dos dados para a nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;;
- 8.13.6 Da COP – Câmera Operacional Portátil, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;
- 7.13.7 Do treinamento, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;

8.14 Liquidação

- 8.14.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.14.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.14.3.1 o prazo de validade;
- 8.14.3.2 a data da emissão;
- 8.14.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.14.3.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.14.3.5 o valor a pagar; e
- 8.14.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.14.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 8.14.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.14.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.14.7 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.14.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.14.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.14.10 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.14.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.15 Prazo de pagamento

- 8.15.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.15.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI de correção monetária.

8.16 Forma de pagamento

- 8.16.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.16.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.16.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.16.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.16.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.16.6 Antecipação de pagamento: a presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8.1 Reajuste

8.1.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.1.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.1.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2 Cessão de Crédito

8.2.1 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.2.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.2.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.2.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.2.5 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

9.3.1 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

<i>Id Ocorrência</i>	<i>Glosa / Sanção</i>
<i>1 Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (.....) horas úteis.</i>	<i>Multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 05 dias úteis.</i>
<i>2 Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)</i>	<i>Após o limite de 05 dias úteis, aplicar-se-á multa de 0,7% do valor total do Contrato.</i>
	<i>IAP - Atandimento conforme planilha apresentada no item 6.</i>
	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
	<i>Advertência.</i>

9.3.2 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.3.2.1 Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.3.2.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3.3 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c. der causa à inexecução total do contrato;
 - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- h. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- Multa:
Moratória, para as infrações descritas neste Termo de Referência, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.3.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.3.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.3.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.3.6 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.3.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3.8 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.3.9 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não

cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.3.10 Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante; e

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.3.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.3.13 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.3.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.3.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.16 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

10.1.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, para registro de preço, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

10.2 Regime de Execução:

10.2.1 O regime de execução do contrato será: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

10.3 Exigências de habilitação:

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

10.4 Habilitação jurídica

10.4.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.4.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no

Registro onde tem sede a matriz;

10.4.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.8 É permitida a participação em consórcio, com acréscimo de até 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira e, neste caso, compõe o rol de documentos de habilitação:

10.4.8.1 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.8.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5.9 DCCA - Declaração de Cota de Aprendizagem: Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte. Renovar, durante a vigência do contrato, a cada 6 (seis) meses, a Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

10.5.10 Deverá ser apresentada declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos moldes do art. 93, da Lei n.º 8.213/91.

10.5.11 A verificação do cumprimento da reserva de cargos será feita, preferencialmente, através de espelhamento entre a declaração apresentada pelo licitante e certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

10.5.12 Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, sob o risco de extinção contratual pela Administração Pública.

10.6 Qualificação Econômico-Financeira

10.6.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.6.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.6.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 10.6.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação pertinente.
- 10.6.5 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 10.6.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.6.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.6.8 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 10.6.9 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.7 Qualificação Técnica

- 10.7.1 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 10.7.2 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 10.7.3 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.8 Qualificação Técnico

- 10.8.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- 10.8.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

- 10.8.2 Características: execução de serviço de solução de câmeras corporais, com fornecimento de câmeras corporais e solução de gerenciamento (armazenamento, tratamento, transmissão, compartilhamento e custódia de evidências - DEMS), com funcionamento integrado.

- 10.8.3 Quantidades: no mínimo, 50% câmeras corporais nas condições estabelecidas no item anterior.

- 10.8.4 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

- 10.8.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- 10.8.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

- 10.8.7 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

- 10.8.8 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

- 10.8.9 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

- 10.8.10 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.9 Disposições gerais sobre habilitação

10.9.1 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.8.2 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8.3 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.4 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9 Documentação complementar para cooperativas

10.9.1 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.9.2 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.9.3 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.9.4 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.9.5 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.9.6 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.9.7 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.9.7.1 Ata de fundação;

10.9.7.2 Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.9.7.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.9.7.4 Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.9.7.5 Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.9.7.6 Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 96.307.200,00 (noventa e seis milhões, trezentos e sete mil e duzentos reais), para o quantitativo de 3648 câmeras, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.

11.2 Ou seja, um valor médio de R\$ 1.100,00, multiplicados por 24 meses e 3648 unidades.

11.3 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.3.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.4 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12. Na licitação por Registro de preço, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.


12.2 Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS


13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


Documento assinado digitalmente
 **JAIRISON CORREIA DE MELO**
Data: 26/02/2026 13:42:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JAIRISON CORREIA DE MELO
Membro da comissão de contratação


Documento assinado digitalmente
 **THYAGO MANOEL DAS CHAGAS COUTINHO**
Data: 26/02/2026 11:48:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THYAGO MANOEL DAS CHAGAS COUTINHO
Membro da comissão de contratação

EDIVAL LIMA DA SILVA JUNIOR
Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 18:40:59.

URIEL DELGADO DE ALMEIDA
Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 15:31:54.

ANEXO 01

LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE ITENS DE CONFIGURAÇÃO

Opm	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
5ª Seção PMAL	MACEIÓ	Praça da Independência, 67, Centro, Maceió/AL	0*
COPOM	MACEIÓ	Praça Da Independência, 67, Centro, Maceió - AL,	0*
1o BPM	MACEIÓ	Av. Senador Rui Palmeira, s/n, Vergel do Lago, Maceió-AL	80
2o BPM	UNIÃO DOS PALMARES	Rua Juvenal Mendonça, S/N, Centro-União dos Palmares/AL	40
3o BPM	ARAPIRACA	Rod AL-220 KM 2 Planalto Arapiraca-AL	100
4o BPM	MACEIÓ	Rua Goiás, 610, Farol, Maceió - AL	80
5o BPM	MACEIÓ	Av. Cachoeira do Merim, Benedito Bentes, Maceió-AL	80
6o BPM	MARAGOGI	Rod. AL-101 Norte Km 125, Patum, Maragogi/AL	40
7o BPM	SANTANA DO IPANEMA	Rod BR-316 km 87-Lagoa do Junco, Santana do Ipanema-AL	40
8o BPM	RIO LARGO	Rodovia BR-104 KM 91, S/N - Tabuleiro do Pinto, Rio Largo - AL	30
9o BPM	DELMIRO GOUVEIA	Rua Vicente de Menezes, 206, Centro, Delmiro Gouveia/AL	30
10o BPM	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Tv. Castelo Branco, S/N, Vila Maria, Palmeira dos Índios-AL	35
11o BPM	PENEDO	Av. Getúlio Vargas, 542, Centro, Penedo-AL	35
1a CPM	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	Tv. Aristides de Castro, 31, Centro São Miguel dos Campos-AL	30
14o BPM	NOVO LINO	Av. Pref. Osmário Gomes de Barros, s/nº, Conj. Antônio Celestino Lins, Joaquim Gomes/ AL	40
2a CPM	PARIPUEIRA	Av. Eugenio Costa S/N, Centro, Paripueira-AL	20
APM	MACEIÓ	Av. Assis Chateaubriand, S/N, Trapiche da Barra - Maceió – AL	40
BOPE	MACEIÓ	Av. Siqueira Campos S/N, Trapiche da Barra, Maceió – AL	40
BPA	SATUBA	Balneário do Catolé,	20

		BR 316, KM 14, C. Bom, Maceió-AL	
BPESC	MACEIÓ	R. Prof. Virgínio, 821-679 - Farol, Maceió - AL	20
12o BPM	MACEIÓ	Rua Em Projeto, S/N, BR 101, Tabuleiro – Maceió-AL	80
ROTAM	MACEIÓ	R. Princesa Isabel, 428 - Farol, Maceió - AL	80
BPTRAN	MACEIÓ	R. AUGUSTO VAZ DA SILVA, 117-1 - Prado, Maceió - AL.	60
CFAP	MACEIÓ	Av. Siqueira Campos S/N, Trapiche da Barra, Maceió – AL	40
CPRS	SANTANA DO IPANEMA	Rua José Constantino Melo, 09 - Monumento, Santana do Ipanema	10
CPRA	ARAPIRACA	Rua Presidente Tancredo Neves, nº 1111, Bairro Novo Horizonte, Arapiraca-AL	10
CPRNZM	UNIÃO DOS PALMARES	Avenida Abílio Gomes, 1, no Centro, União dos Palmares - AL	10
CPRM	MACEIÓ	Praça da Independência, 67 - Centro, Maceió - AL	10
CPFAZ	MACEIÓ	Av. Comendador Gustavo Paiva, 4860 - Cruz das Almas, Maceió - AL,	20
CPRSUL	PENEDO	Rua José Monteiro da Silva, 632 - CISP de Teotônio Vilela.	10
BPRv	MACEIÓ	R. Edgar de Góes de Monteiro, 349-409 - Clima Bom, Maceió - AL	20
RPMON	MACEIÓ	R. Marquês de Abrantes - Bebedouro, Maceió - AL	20
13o BPM	MACEIÓ	Av. Juca Sampaio, Jacintinho, s/n, Maceió/AL	80
3a CPM	ATALAIA	Av. Pedro Pereira Acioli S/N, Centro, Atalaia-AL	20
4a CPM	MARECHAL	R. Capitão Bernardino Souto S/N, Centro, Marechal Deodoro-AL	20
5a CPM	MACEIÓ	SENAI - Distrito Industrial Gov. Luiz Cavalcante, S/N - Quadra 8, Tabuleiro dos Martins,	40
6a CPM	BATALHA	Rua Afrânio Lages, s/n, Centro – AL 220 , Batalha - AL,	20
7a CPM	GIRAU DO PONCIANO	Rua Rodrigues Ferreira da Silva, 141, Res. Morada do Progresso, Girau do Ponciano - AL	20
8a CPM	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	R. Vice Pref. Dermerval Tenório de Mesquita, 113-75, São Luís	20

		do Quitunde - AL	
9a CPM	CORURIFE	AL-105, s/n - Pindorama, Coruripe - AL	20
10a CPM	CAMPO ALEGRE	Rua Padre Cícero, 793, Teotônio Vilela	20
COPEs	PÃO DE AÇUCAR	Av. Batalha, 321 - Piranhas, AL	20
CPCHOQUE	MACEIÓ	Av. Siqueira Campos S/N, Trapiche da Barra, Maceió – AL	30
RAIO	MACEIÓ	R. Princesa Isabel, 428 - Farol, Maceió - AL	20
TOTAL SSP			1500

*Local de instalação de central de monitoramento

POLCAL:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
POLCAL SEDE E INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	MACEIÓ	Rua João Pessoa, nº 290, 4º andar, CEP 57.020-070, Centro, Maceió, Alagoas	150
INSTITUTO MÉDICO LEGAL	ARAPIRACA	Avenida Governador Lamenha Filho, s/nº, no bairro Jardim Tropical, Arapiraca - AL, CEP 57.312-450	50
TOTAL ÓRGÃO			200

PMAL:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
CME Comando de Missões Especiais	Maceió - AL	CISP 3, Avenida Siqueira Campos, Trapiche da Barra, Maceió – AL	105
TOTAL ÓRGÃO			105

CBM:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
2º BBM	MARAGOGI	Loteamento Praia de Maragogi, 41, "Q" S"LT" 11 – Centro , Maragogi/AL	100

3º BBM	UNIÃO DOS PALMARES	Av Monsenhor Clóvis Duarte de Barros, 571, Centro, União dos Palmares/AL:	100
4º BBM	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Av. Sabiá, s/n - Bairro: Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios – Alagoas:	100
6º BBM	PENEDO	Rua Manoel Barreiros S/N, Santa Luzia, Penedo/AL:	100
7º BBM	ARAPIRACA	Rodovia AL 220, Km 05, Novo Horizonte, Arapiraca/AL:	100
9º BBM	SANTANA DO IPANEMA	Rua Delmiro Gouveia no. 14 – Camuxinga, Santana do Ipanema/AL:	100
BI	MACEIÓ	BR 316, km 275, Av. Deputado Serzedelo de Barros Correia, s/n – Santos Dumont – Maceió/AL;	100
BBS	MACEIÓ	Rua Nossa Sra de Fátima, s/n, Conjunto Rui Palmeira – Serraria – Maceió/AL;	100
BSE	MACEIÓ	BR 316, km 275, Av. Deputado Serzedelo de Barros Correia, s/n – Santos Dumont – Maceió/AL	100

BSA	MACEIÓ	Av. Dr. Antônio Gouveia, s/n – Pajuçara – Maceió/AL;	100
TOTAL ÓRGÃO			1.000

SERIS:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
Complexo Penitenciário de Maceió	Maceió - AL	Rodovia BR-104, KM 01. Maceió/AL.	843
TOTAL ÓRGÃO			843

ANEXO 02

ROTEIRO PARA ANÁLISE DA AMOSTRA DA COP

Esse documento tem o objetivo de descrever o formulário a ser preenchido, em fase de análise de amostras do vencedor para o presente edital.

Os testes e as análises e os respectivos critérios de aceitabilidade a serem aplicados estão descritos na tabela a seguir. A SSP/AL poderá aplicar os testes na ordem de sua maior conveniência e terminar o teste da amostra com reprovação na primeira falha encontrada.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CAPTAÇÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E GESTÃO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS – COP

1. SOFTWARE DE EVIDÊNCIA DIGITAL E ROTINAS DE TESTE

ESTRUTURA A SER CRIADA NO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CUSTÓDIA DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. Criar 08 usuários nível operacional (Sargento/Soldado);			
2. Criar 04 grupos de pelotões;			
3. Inserir 02 usuários nível operacional nos 4 grupos de pelotões;			
4. Criar 04 usuários nível supervisão (Capitão/Tenente/Sargento);			
5. Criar o grupo de supervisão operacional (Capitão/Tenente/Sargento);			
6. Inserir os usuários: Capitão/Tenente/Sargento no grupo de supervisão operacional;			
7. Criar 04 usuários: Capitão/Tenente/Sargento;			
8. Criar o grupo de supervisão do Batalhão (Capitão/Tenente);			
9. Inserir os usuários: Capitão/Tenente, no grupo supervisão do batalhão;			
10. Criar um usuário de PJM do batalhão;			
11. Criar dois usuários do Serviço de Dia;			
12. Todos os usuários e grupos acima se referem ao Batalhão A;			
13. Replicar os itens 1 a 11 para criar estrutura do Batalhão B;			
14. Criar o grupo Poder Judiciário;			
15. Criar 02 usuários do poder judiciário;			
16. Criar o grupo do Ministério Público;			
17. Criar 02 usuários do ministério público.			

USABILIDADE DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CUSTÓDIA DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. O usuário serviço de dia deve atrelar/pagar as COP aos usuários operacionais cabos e soldados;			
2. Gerar evidências por meio das COP para os usuários soldados;			
3. As evidências já devem conter os metadados exigidos nesta especificação técnica como a inserção do número do Boletim de Atendimento gerado pelo policial, da pasta gerada do SINESP/CAD, Tags e classificações;			
4. Os usuários do nível operacional dentro de um mesmo grupo de pelotão ou operacional do batalhão A e B só podem ver as evidências geradas por outros usuários no mesmo grupo. Estes usuários não podem fazer download, edição ou apagar evidências.			

5. Os usuários de nível operacional de outros pelotões ou companhias ou batalhões não podem ver as evidências geradas pelos usuários operacionais (soldados e cabos), exceto os usuários com permissão para tal;			
6. Os usuários de supervisão em nível Capitão/Tenente/Sargento devem ter visão somente dos grupos de pelotões de sua Companhia operacional;			
7. Os usuários Capitão/Tenente/Sargento devem ter visão de todas as evidências do batalhão;			
8. O usuário de PJM deve ter visão de todas as evidências do batalhão e pode fazer download, compartilhamento de evidência para usuários do sistema e compartilhamento externo (Links para download da evidência);			
9. Os usuários de supervisão Capitão/Tenente/Sargento devem ter permissão de compartilhamento de evidências para usuários internos do sistema.			
10. Selecionar um usuário Capitão/Tenente/Sargento para selecionar algumas evidências de usuários cabos e soldados e compartilhar com usuários criados para o teste, no mínimo uma evidência para usuário subordinado e uma evidência para usuário superior hierarquicamente;			
11. O usuário de PJM do batalhão deverá selecionar evidências digitais dos grupos de pelotões das Companhias e compartilhar internamente (dentro do sistema) com grupos da Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário.			
12. O usuário de PJM deverá selecionar mais de uma evidência digital dos usuários Sargentos e Soldados e gerar um link externo para envio a pessoas fora do sistema, depois fazer download de evidências e <i>redaction</i> (edição) de evidências;			
13. O usuário Capitão/Tenente/Sargento deverá selecionar uma evidência e alterar metadados inseridos pelo usuário Sargento e Soldado, fazer anotações para revisão do vídeo e selecionar e inserir tags de revisão de interesse da Polícia Militar (estas tags podem ser desenvolvidas em até três meses após assinatura do contrato, conforme consta na especificação técnica). O importante neste teste é apresentar a capacidade de alterar metadados e inserir informações de revisão de vídeos;			
14. O sistema de busca de evidências deve estar disponível para todos os usuários, até o limite de sua permissão no sistema. Deve haver busca por data, hora, mês, ano, por número de talão de ocorrência, por câmeras, por nome e identificação do policial usuário, por metadados, por anotações inseridas nas evidências digitais;			
15. O sistema de busca deve agrupar informações de metadados, por exemplo, ao pesquisar o nome de um policial, todas as evidências por ele geradas devem ser agrupadas, da mesma forma, com o número do talão e demais metadados.			

2. TESTE DE GERAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS, RELATÓRIOS DE AUDITORIA DE USUÁRIO E AUDITORIA DO SISTEMA E DE EQUIPAMENTOS.

RELATÓRIO DE REVISÃO	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. Quantidade de revisões realizadas por usuários supervisor;			

2. Quantidade de vídeos revisados por supervisores de um determinado usuário;			
3. Quantidade de vídeos por usuário, classificados por usuário supervisor, por metadados fornecidos pela Polícia (Exemplo: Quantos vídeos de um determinado usuário que foram classificados com o metadados “Orientação Verbal”);			
4. Quantidade de vídeos, por metadados de resultado de revisão, que cada usuário supervisor classificou;			
5. Relatório de classificação de resultados de revisão por usuário, possibilidade de escolha temporal (Data/Período);			
6. Quantidade de evidências digitais por usuários, grupos, Companhias operacionais, Batalhões, Grandes Comandos e total de corporação;			
7. Quantidade de acionamentos voluntários de gravação de evidência digital usuários, grupos, Companhias operacionais, Batalhões, Grandes Comandos e total de corporação;			
8. Ranking de acionamentos intencionais entre usuários. Ranking comparativo entre usuários, grupos, Companhias operacionais, Batalhões, Grandes Comandos e total de corporação.			
9. Relatório de logs de usuários no sistema que descreva todas as atividades realizadas no DEMS e na câmera, pesquisáveis no período;			
10. Relatório de evidências digitais não categorizadas/classificadas exibindo lista de evidências digitais que não foram incluídas em categoria ou classificadas por usuário e grupo de usuários;			
11. Relatório de uploads de evidências digitais. Deve apresentar uma lista com a quantidade de evidências digitais que subiram à nuvem (upload), total em horas, em tamanho de megabytes/terabytes e médias por mês;			
12. Relatório de compartilhamento de evidência digital por usuário contendo data/hora, ID do usuário e ID de destino;			
13. Relatório de Inventário de todos os dispositivos (câmeras) da Polícia. Deve exibir uma lista com as seguintes informações: Modelo do equipamento, número do equipamento, número de série, status de atribuição (atribuída a um usuário/não atribuída), ID do usuário atribuído, versão de firmware, último upload, última conexão na DOCA, ajustes de volume, luzes de indicação e ajustes de modo velado (ligado/desligado);			
14. Relatório de evidência criada. Deverá exibir uma lista com as seguintes informações: ID da evidência, status (se ativa ou apagada), grupo, data de upload, data de modificação, data/hora/segundos do início da gravação da evidência, data/hora/segundos do final da gravação da evidência, tipo de evidência (foto/vídeo/áudio), tipo de arquivo (MPEG, JPEG, etc.), tamanho em megabytes, duração da evidência em segundos, ID do usuário criador, grupo do usuário criador, ID do usuário que apagou a evidência e seu respectivo grupo, ID do usuário que fez o upload da evidência e seu respectivo grupo, coordenadas de GPS, Device ID que criou o vídeo, número de série do equipamento e Hash/Checksum (autenticação) da evidência;			

3. TESTE DO SOFTWARE DEMS, COP OU DEVICE DE STREAMING E INSERÇÃO DE METADADOS

SOTFWARE DEMS	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. Acessar o DEMS por computador e por dispositivo mobile via web;			
2. A visualização dos vídeos de conter a identificação do usuário ou câmera com inserção de marca d'água (a identificação do usuário pode ser feita a por caracteres rastreáveis). Isto vale para todas as plataformas de exibição, quer seja por meio de streaming para dispositivos mobile, acesso web ou acesso remoto.			
3. Fazer a revisão de um vídeo de um soldado PM por um usuário supervisor com anotações e resultado da avaliação e apresentar o relatório de revisão.			
4. Permitir a busca de arquivos por número de câmeras (DEVICE ID), data-hora, identificação do policial, identificação da Organização Policial, por coordenadas GPS, por logradouro, CEP, pelo próprio nome do arquivo e por metadados criados pelos usuários ou gerados pelo sistema.			
5. Apresentar a gravação de INTENCIONAL. A câmera deverá ser ligada e permanecer por 10 minutos em standby quando deverá ser acionado o botão de gravação INTENCIONAL e registrar 10 minutos e finalizar a gravação deixando a câmera em standby por mais 10 minutos; colocar a câmera na doca ou acionar o mecanismo de upload ao servidor (nuvem). O sistema deverá apresentar um arquivo INTENCIONAL;			
6. Selecionar dois arquivos, um de vídeo e um de fotografia para fazer upload ao DEMS com inserção de metadados de classificação.			
7. Realizar <i>redaction</i> de um vídeo gravado pela COP na sala de apresentação de amostras. Três pessoas ficarão de frente para a câmera, duas com a face voltada para a câmera e outra com a face virada para a direita ou esquerda. Esta cena deverá ser gravada por dois minutos. Após este tempo a câmera deve ser movimentada para a direita ou esquerda até que as três pessoas saiam do enquadramento da câmera. A gravação deve ser finalizada e a evidência deve subir ao DEMS para <i>redaction</i> . Deverão ser aplicadas máscaras <i>Blur</i> nas faces das três pessoas apresentando a capacidade de inteligência artificial do DEMS de propagar as máscaras por todos os frames acompanhando os movimentos das pessoas. Será permitido apenas pequenos ajustes de máscaras quando ocorrerem movimentos bruscos ou as faces saírem do enquadramento;			

INSERÇÃO DE METADADOS	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. A COP através de Device que a acompanha deve permitir a aplicação de tags de classificação nas evidências e inserção de metadados que identifiquem o policial, a câmera e as classificações de evidência que a Polícia Militar indicar (Estas classificações podem ser implementadas em até três meses da assinatura do contrato, conforme descrito nas especificações técnicas). O importante neste teste é apresentar a capacidade de inserir metadados nas evidências em campo, diretamente			

nos arquivos salvos na câmera antes do UPLOAD;			
2. A COP através do device que a acompanha deve permitir a exibição das evidências na respectiva tela com controles básicos de reprodução e exibição de d'água do usuário ou da câmera.			
3. Realizar a sincronização com um device externo por meio de app para visualizar e reproduzir as evidências e inserir metadados. Inserir metadados pela tela da câmera e reproduzir evidência nas câmeras com tela;			
4. Colocar a câmera em modo "stealth" (Velado) e retornar à condição anterior.			

4. TESTE DE HARDWARE DA CÂMERA E ACIONAMENTO REMOTO, LIVE STREAMING E GPS

TESTE DURAÇÃO DA BATERIA	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. Uma câmera deve ser utilizada como amostra para o teste de bateria. A câmera deve ser ligada e tendo a gravação (INTENCIONAL) iniciada deverá suportar 12 horas no mínimo.			

ACIONAMENTO REMOTO, STREAMING E LOCALIZAÇÃO GPS EM TEMPO REAL DA CÂMERA	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. Deverá ser demonstrado que a COP pode ser acionada remotamente;			
2. Deverá ser demonstrada uma transmissão ao vivo de uma COP para o local designado para os testes;			
3. Deverá ser demonstrado o posicionamento global ativo da COP no software apresentado;			
4. O Posicionamento global por satélite deve estar sincronizado com a evidência gravada. Deverá ser escolhida uma evidência com o deslocamento pela cidade e a reprodução do vídeo deve estar sincronizada com a sinalização no mapa geográfico.			

5. TESTE DE CERTIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE DA EVIDÊNCIA

CERTIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE DA EVIDÊNCIA (SHA-2, HASH, CHECKSUM)	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. Deverá ser apresentada as chaves de segurança e demonstrar que o arquivo gerado na câmera é o mesmo arquivo armazenado no sistema de armazenamento. O sistema deve gerar uma certificação eletrônica da sua autenticidade.			

6. TESTE DE FIXAÇÃO DA CÂMERA NOS UNIFORMES

FIXAÇÃO DA CÂMERA NOS UNIFORMES	ATENDE	NÃO ATENDE	OBS
1. A COP deverá ser fixada no uniforme de verão de um policial, acima da linha imaginária entre os mamilos, e gravar um vídeo sentado numa viatura policial e outro em pé desembarcado. Os vídeos devem atender ao especificado no TR.			
2. A COP deverá ser fixada no uniforme de inverno de um policial, acima da linha imaginária entre os mamilos, e gravar um vídeo sentado numa viatura policial e outro em pé desembarcado. Os vídeos devem atender ao especificado no TR).			

Neste ato, toda a documentação técnica do fabricante, as certificações legais, as homologações de órgãos reguladores (exemplo ANATEL) e certificações normativas exigidas deverão ser apresentadas para confirmação final dos itens apresentados na proposta, mesmo aquelas que já foram requisitadas no ato da proposta comercial. A equipe de avaliadores pode solicitar a apresentação de comprovação de qualquer item obrigatório constante da especificação técnica, além dos aqui solicitados no caderno de testes. A não apresentação de qualquer requisito do caderno de testes ou da especificação técnica poderá implicar em reprovação das amostras.

Serão, ainda, realizados os ensaios estabelecidos na NORMA TÉCNICA Nº 014/2024 – CÂMERAS CORPORAIS PARA EMPREGO EM SEGURANÇA PÚBLICA, conforme abaixo transcrito:

7. ENSAIOS

7.1. PRÉ-REQUISITOS BÁSICOS PARA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

- 7.1.1. Todos os ensaios previstos devem ser realizados em condições ambientais controladas, devendo ser aplicadas as condições determinadas nos ensaios.
- 7.1.2. Todos os instrumentos de metrologia devem estar devidamente calibrados, podendo ser exigido certificado de calibração emitido por organismo pertencente à Rede Brasileira de Calibração (RBC/INMETRO) ou de organismos acreditados por órgãos que sejam signatários dos acordos de reconhecimento mútuo em fóruns internacionais disponíveis no site http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/reconh_inter.asp
- 7.1.3. As amostras devem ser submetidas à inspeção de recebimento e fotografadas antes da realização dos ensaios previstos nesta norma, devendo os procedimentos adotados serem constados e anexados nos relatórios de ensaios.
- 7.1.4. Para avaliação de requisitos técnicos mínimos e ensaios de funcionalidades, o fornecedor deverá disponibilizar os *softwares* que compõe a solução de câmeras corporais para a inspeção dos Organismos de Certificação de Produtos (OCP).
- 7.1.5. Todas as falhas, paradas e ações corretivas realizadas durante os ensaios devem ser registradas.

7.2. CLASSIFICAÇÃO DAS FALHAS FUNCIONAIS

- 7.2.1. Durante a realização dos ensaios, não podem ocorrer falhas funcionais provocadas pelo mau funcionamento da câmera corporal, podendo levar ou não à incidentes com panes ou impedimentos.
- 7.2.2. As falhas funcionais devem ser avaliadas de acordo com suas consequências e formas de resolução, sendo classificadas como críticas, graves ou leves, conforme itens 4.23, 4.24 e 4.25 deste documento.
- 7.2.3. Falhas funcionais decorrentes de manuseio e tratamento inadequados pelo laboratorista não devem ser consideradas na computação da cota de falhas.
- 7.2.4. Todas as falhas funcionais devem ser registradas em formulário de controle de incidentes e apensadas aos respectivos relatórios de ensaio, sendo o Quadro 2 a quantidade admissível de falhas funcionais na somatória de todos os ensaios.
- 7.2.5. As falhas funcionais foram divididas em dois quadros com os códigos numéricos e a descrição das falhas funcionais, sendo o Quadro 3 - Classificação das falhas funcionais - Inspeção visual e metrológica e o Quadro 4. - Classificação das falhas funcionais - funcionamento, visando facilitar a visualização:

Quadro 2 - Classificação das falhas funcionais - Quantidade Admissível

TIPO DE FALHA	DESCRIÇÃO DO TIPO DE FALHA	QUANTIDADE ADMISSÍVEL
CRÍTICA	Falha funcional crítica é todo defeito/falha que pode produzir condições perigosas ou inseguras para quem usa ou mantém o produto e/ou que pode impedir o funcionamento ou o desempenho, a segurança da informação ou ainda quando há quebra da cadeia de custódia.	0
GRAVE	Falha funcional grave é todo defeito/falha que pode resultar em falha ou reduzir substancialmente a utilidade da unidade de produto para o fim a que se destina, mas que não produz condições perigosas ou inseguras para quem usa ou mantém o produto, valendo também para a segurança da informação e cadeia de custódia.	0
LEVE	Falha funcional leve é todo defeito/falha que não interfere no seu uso efetivo ou operação.	2

Fonte: CNM/CGM/TEC/DISUSP/Sensasp/MUSP

Quadro 3 - Classificação das falhas funcionais - Inspeção visual e metrológica

Nº	DESCRIÇÃO DA FALHA FUNCIONAL	CLASSIFICAÇÃO		
		CRÍTICA	GRAVE	LEVE
01	Não possuir botão de acionamento intencional de gravação de vídeo e áudio ou outra tecnologia de acionamento da gravação de fácil manuseio com apenas uma das mãos.			X
02	Possuir botão de acionamento intencional de gravação de vídeo e áudio localizado na parte traseira da câmera corporal, bem como em locais em que o suporte de fixação da câmera venha a prejudicar seu acionamento.		X	
03	Não possuir suportes que garantam a fixação da câmera corporal no substrato de fixação.			X
04	Possuir suportes que danifiquem o material substrato de fixação.	X		
05	Possuir a câmera corporal, com sua respectiva bateria, massa maior que 250g.			X
06	Não possuir autonomia mínima estabelecida nesta Norma Técnica conforme item 6.1.1.6.		X	
07	Bateria e/ou <i>SIM Card</i> (<i>Subscriber Identity Module Card</i>) se desprender da câmera corporal durante os ensaios.		X	
08	Não permitir a desabilitação do recurso da funcionalidade de visão noturna, quando aplicável.		X	
09	Não apresentar mecanismos que permitam a percepção do operador para o monitoramento, no mínimo, das indicações de nível de carga de bateria, status/modo de gravação			X
10	Utilizar mecanismos, não configuráveis ou que não permitam sua desabilitação, que informem parâmetros da câmera corporal ao operador tornando-o suscetível e/ou vulnerável quando da sua atuação. <i>Ex: Luzes de sinalização utilizado em LEDs colocando o operador em destaque em um ambiente com pouca ou nenhuma iluminação.</i>	X		
11	Permitir acesso ao <i>hardware</i> da câmera corporal sem assistência técnica especializada.		X	
12	Permitir acesso ao <i>hardware</i> das estações de carregamento e transmissão de dados sem assistência técnica especializada.		X	
13	Câmera corporal sem identificação individual do lado externo do dispositivo ou delével.		X	
14	Estações de carregamento e transmissão de dados sem identificação individual do lado externo do dispositivo ou delével.			X
15	Possuir dispositivo de armazenamento de dados da câmera corporal e das estações de carregamento e transmissão de dados, acessível para usuários e operadores.		X	
16	Possuir a câmera corporal capacidade de armazenamento total inferior a 32GB.		X	
17	Possuir a câmera corporal ângulo de campo de visão com abertura mínima horizontal inferior a 120°.		X	
18	Possuir resolução mínima inferior a 480p, taxa de <i>bit</i> de vídeo inferior a 1224 kbps ou taxa de quadros mínima inferior a de 30 fps.		X	

19	Possuir taxa de bit inferior a 3672 kbps ou taxa de quadros inferior a 30 fps, quando de gravações com resolução de 720p.		X	
20	Possuir taxa de bit inferior a 8336 kbps ou taxa de quadros inferior a 30 fps, quando de gravações com resolução de 1080p, quando aplicável.		X	
21	Possuir padrão de compressão de vídeo inferior ao H.264 ou equivalente.		X	
22	Não possuir a função de gravação contínua (gravação de rotina).		X	
23	A câmera corporal não ser capaz de capturar áudios de forma inteligível conforme disposto no item 7.4.2.		X	
24	Apresentar a câmera corporal grau de proteção inferior ao IP65.			
25	Não suportar a operação entre as faixas de temperatura estabelecidas no item 6.1.1.25.		X	
26	Não ter a câmera corporal resistência a queda de no mínimo 1,5 metro, conforme item 7.4.4.		X	
27	Câmera corporal que apresenta em sua estrutura tela/display, que sendo danificada no ensaio de queda, comprometa definitivamente a sua capacidade normal de gravação.		X	
28	Câmera corporal que apresenta em sua estrutura luzes indicadoras, que sendo danificada no ensaio de queda, comprometa a capacidade de informar parâmetros ao operador.			X
29	Possuir rachaduras, deformações, moissas, cantos vivos, rebarbas e/ou sobras de materiais, perfurações não previstas em projeto.		X	
30	Quando aplicável, botões que não possibilitam manuseio e acesso às funcionalidades.		X	
31	Ausência da ficha técnica com os dados técnicos, de manuseio e de funcionamento do produto, em português (pt-BR).			X

Quadro 4 - Classificação das falhas funcionais - Fundamento

Nº	DESCRIÇÃO DA FALHA FUNCIONAL	CLASSIFICAÇÃO		
		CRÍTICA	GRAVE	LEVE
01	Os dados gerados e coletados pela câmera corporal não apresentam metadado que vincule as mídias geradas ao número de identificação individual daquele dispositivo.		X	
02	Não possuir <i>log</i> que registre a ação ou tentativa de manipulação da memória integrada e/ou expansiva da câmera corporal ou possuir o devido <i>log</i> sem a presença dos metadados mínimos definidos nesta norma.		X	
03	Possuir formato de vídeo distinto do padrão comercial como MP4, MOV, WMV, MKV ou equivalentes.		X	
04	Os arquivos coletados e produzidos pela câmera corporal apresentam formato/extensão distinto do padrão comercial, não abertos ou proprietários, quando disponível para usuário final (<i>software</i> de acesso e reprodução dos dados).			X
05	Impossibilidade de reprodução dos arquivos coletados e produzidos pela câmera corporal em <i>softwares</i> disponíveis gratuitamente, sem a necessidade de processamento, conversão ou perda de informações dos metadados mínimos exigidos.			X

06	Não aplicar criptografia e algoritmo de integridade sobre os dados armazenados na memória da câmera corporal.	X		
07	Não possuir arquivos identificados por algoritmo de integridade considerados seguros contra colisões.		X	
08	Não utilizar criptografia de ponta a ponta, conhecida também como <i>End-to-end encryption</i> (E2EE), para os dados coletados ou produzidos, inclusive arquivos de <i>logs</i> e <i>hashs</i> de identificação de mídias na solução de câmeras corporais.		X	
09	Possuir acesso ao dado descriptografado sem a devida autenticação no sistema ou sem o nível de permissão adequado.	X		
10	Utilizar criptografia, cujo padrão não seja publicamente disponível e validado de acordo com uma norma técnica da série ISO/IEC 18033.		X	
11	Permitir acesso aos dados armazenados por meio de sistema de gestão sem estratificação de níveis de permissão ou com prejuízo da cadeia de custódia.	X		
12	Utilizar criptografia do algoritmo de integridade de forma que não seja possível a garantia da autenticidade do <i>hash</i> .		X	
13	Não apresentar detalhes sobre a criptografia usada, incluindo o tipo de chave (simétrica ou assimétrica) e o método de operação (bloco ou fluxo), juntamente com o algoritmo criptográfico específico empregado.		X	
14	Não conter <i>frame a frame</i> a exibição dos metadados exigidos no item 6.1.2.15.		X	
15	Não informar o protocolo de sincronização dos metadados mínimos, quando couber.		X	
16	Não possuir protocolo de sincronização dos metadados mínimos, quando couber.		X	
17	Não possuir sistema de gestão capaz de acessar ou habilitar/desabilitar os metadados complementares e permitir sua visualização ao lado do vídeo, quando couber.			X
18	Exibir metadados nos frames de modo que inviabilize ou dificulte a análise do vídeo.		X	
19	Ausência dos metadados mínimos definidos nesta norma técnica nos arquivos de <i>logs</i> produzidos pela solução de câmeras corporais.		X	
20	Ausência de <i>logs</i> dos eventos ocorridos a nível de <i>hardware</i> , <i>firmware</i> e <i>software</i> da solução de câmeras corporais.		X	
21	Não possuir mecanismo ou <i>log</i> de identificação da origem dos metadados inseridos.		X	
22	O sistema de gestão da solução de câmeras corporais não possui capacidade de comunicação ou monitoramento das câmeras corporais quando conectadas a uma rede <i>internet</i> , <i>ethernet</i> ou estação de carregamento e transmissão de dados.		X	
23	O sistema de gestão da solução de câmeras corporais não possui capacidade de verificação da disponibilidade operacional das câmeras corporais quando conectadas a uma rede <i>internet</i> , <i>ethernet</i> ou estação de carregamento e transmissão de dados.		X	
24	O sistema de gestão da solução de câmeras corporais não possui capacidade verificar e atualizar automaticamente os <i>softwares</i> e <i>firmwares</i> da câmera corporal quando conectadas a uma rede <i>internet</i> , <i>ethernet</i> ou estação de carregamento e transmissão de dados.		X	

25	Haver corrompimento ou perda de dados da memória da câmera corporal quando da perda de conectividade ou por qualquer outro motivo em que a câmera corporal tenha comprometido seu correto funcionamento.		X	
26	Não possuir mecanismo de múltiplo fator de autenticação para acesso aos sistemas da solução de câmeras corporais.	X		
27	Sistema de gestão não tem mecanismos de garantia da autenticidade e integridade dos dados originais armazenados no servidor de dados, quando da permissão da visualização por usuários externos.		X	
28	Sistema de gestão não tem mecanismo de identificação do usuário/órgão em posse do direito de visualização do dado solicitado, bem como os <i>logs</i> referentes ao trânsito do interessado no sistema.		X	
29	Não possuir sistema de gestão com recurso tecnológico que permita realizar distorções/borraduras na cópia das imagens do arquivo original.		X	
30	Sistema de gestão não possuir mecanismo de registro da passagem de custódia para o usuário/órgão requisitante.	X		
31	Sistema de gestão sem mecanismo de configuração de níveis de permissão parametrizável, em desacordo com o princípio do menor privilégio ou incapacidade de monitoramento, revisão e auditoria dos níveis de permissão.	X		
32	Não possuir sistema de gestão com capacidade de instalação local, provido de todas as funcionalidades previstas nessa norma técnica que não dependam de conexão com a internet.		X	

Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/Senasp/MUSP

7.3. CLASSIFICAÇÃO E PLANO DE ENSAIOS

7.3.1. Classificação

7.3.1.1. Baseada nas normas dispostas no item 3, deste documento, tendo como premissa o cumprimento dos requisitos estabelecidos na regulamentação em vigor, a NT-Senasp contempla ensaios não-destrutivos e destrutivos, numerados e nominados, conforme Tabela 1.

7.3.2. Plano de ensaios

7.3.2.1. Para a realização dos ensaios obrigatórios é necessário, no mínimo, o fornecimento de um quantitativo amostral composto por um total de 08 (oito) unidades de amostras, distribuídas conforme plano de ensaios a seguir, considerando 01 (uma) amostra de controle. Para a realização do ensaio opcional de impacto de arma de fogo é necessário, no mínimo, o fornecimento de um quantitativo amostral composto por um total de 12 (doze) unidades de amostras, distribuídas conforme plano de ensaios a seguir, considerando 01 (uma) amostra de controle.

7.3.2.2. O plano previsto nesta NT-Senasp contempla 10 ensaios obrigatórios e 01 ensaio opcional, estando a letra "E" representando a designação "Ensaio" seguida do número de ordem de realização, conforme legenda abaixo:

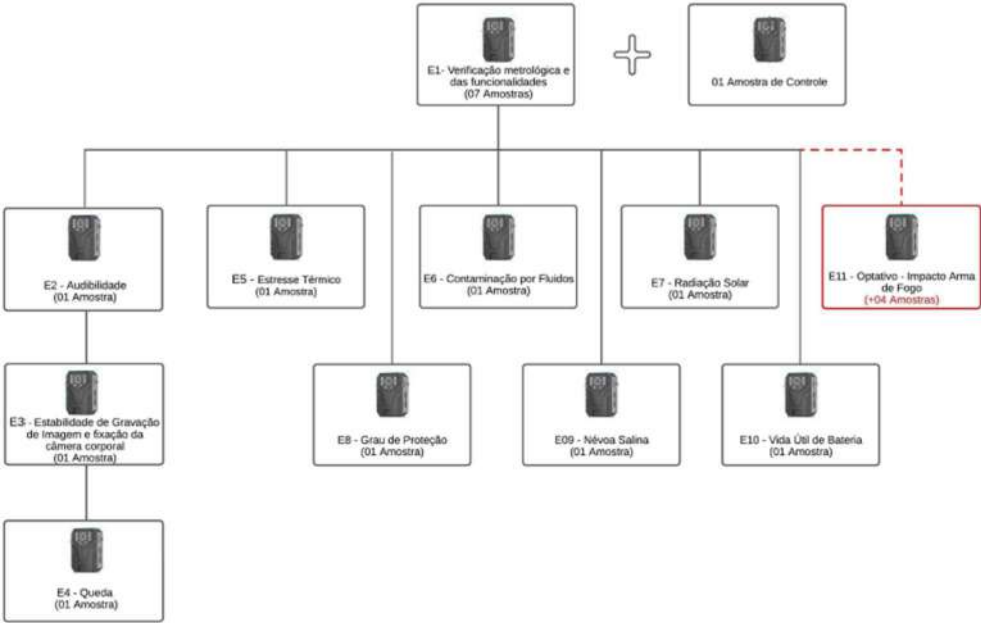
Tabela 1 - Código, legenda e classificação dos ensaios

CÓDIGO	LEGENDA	IDENTIFICAÇÃO DO ENSAIO	CLASSIFICAÇÃO
E1	Ensaio 1	Ensaio de verificação metrológica e de funcionalidades	Não-Destrutivo
E2	Ensaio 2	Ensaio de audibilidade	Não-Destrutivo
E3	Ensaio 3	Ensaio de estabilidade de gravação de imagem e fixação da câmera corporal	Não-Destrutivo
E4	Ensaio 4	Ensaio de queda	Destrutivo
E5	Ensaio 5	Ensaio de estresse térmico	Destrutivo
E6	Ensaio 6	Ensaio de contaminação por fluidos	Destrutivo
E7	Ensaio 7	Ensaio de radiação solar	Destrutivo
E8	Ensaio 8	Ensaio de grau de proteção	Destrutivo
E9	Ensaio 9	Ensaio de névoa salina	Destrutivo
E10	Ensaio 10	Ensaio de vida útil de bateria	Destrutivo
E11	Ensaio 11 - Optativo	Ensaio de impacto de arma de fogo	Destrutivo

Fonte: OIM/CGM/TEC/DGUSP/Senasp/MUSP

7.3.2.3. A distribuição das amostras deve visar a maior economicidade, fidedignidade e razoabilidade dos ensaios planejados, conforme o plano de ensaios abaixo:

Figura 1 - Plano de ensaios



Fonte: OIM/CGM/TEC/DGUSP/Senasp/MUSP

7.3.2.4. O protocolo de ensaios inicia com a aplicação do ensaio E1 (verificação metrológica e de funcionalidades) reservando 01 (uma) amostra de controle.

7.3.2.5. As amostras oriundas do E1 devem ser divididas para os demais ensaios, sendo 01 (uma) amostra para os ensaios E2, E3 e E4, 01 (uma) amostra para o ensaio E5, 01 (uma) amostra para o ensaio E6, 01 (uma) amostra para o ensaio E7, 01 (uma) amostra para o ensaio E8, 01 (uma) amostra para os ensaios E09, 01 (uma) amostra para o ensaio E10, restando 01 (uma) amostra de controle, para casos de averiguação de funcionalidades. Caso seja realizado o ensaio opcional de impacto de arma de fogo serão adicionadas 04 (quatro) amostras para a realização do ensaio E11.

7.3.2.6. Salienta-se que as amostras somente são consideradas APROVADAS se atenderem a todos os requisitos dos ensaios obrigatórios contidos nesta norma, não sendo possível a reivindicação de aprovação parcial.

7.4. ENSAIOS POR ESPÉCIE

7.4.1. Ensaio de verificação metrológica e de funcionalidades

7.4.1.1. Objetivo: verificação metrológica e das funcionalidades conforme requisitos técnicos mínimos e análise das funcionalidades da amostra.

7.4.1.2. Amostra: composta de 07 unidades.

7.4.1.3. Roteiro:

- I - esse ensaio deve ser executado a uma temperatura ambiente de 25 ± 5 °C;
- II - a câmera corporal deve estar ligada para realização do ensaio e, com no mínimo, 90% de carga na bateria e com memória disponível, sendo retiradas as películas de transporte quando novas para uso operacional;
- III - a amostra deve ser verificada metrologicamente: massa total, comprimento, largura, espessura e/ou diâmetro, quando couber;
- IV - a amostra deve ser submetida a inspeção visual, verificando-se as características técnicas estabelecidas pelo fabricante, certificando-se do atendimento aos requisitos técnicos mínimos previstos nesta norma técnica descritos no item 6.1.1;
- V - a amostra deve ser submetida a inspeção de funcionalidades, verificando-se as características técnicas estabelecidas pelo fabricante, certificando-se do atendimento aos requisitos técnicos mínimos previstos nesta norma técnica descritos no item 6.1.2;
- VI - para a verificação da autonomia da bateria, a câmera corporal deverá iniciar a gravação com resolução mínima em HD (720p) e após 4 horas nesta resolução, em ato contínuo, a gravação seguirá em resolução mínima de 480p até o descarregamento total da bateria;
- VII - a autonomia da bateria aferida no ensaio deverá ser documentada sendo registrado o tempo total de autonomia, os tempos de gravação em cada nível de resolução e a descrição dos recursos ativos conforme previsto no item 6.1.1.6 desta norma técnica.

7.4.1.4. Critérios de aceitação:

- I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;
- II - presença integral dos requisitos técnicos mínimos observáveis nesta norma técnica de acordo com o item 6.1;
- III - a amostra deve apresentar uma tolerância de $\pm 10\%$ do valor apresentado pelo fabricante, no que concerne à massa total ou qualquer medida averiguada neste ensaio;
- IV - se o tempo de autonomia for inferior ao previsto no item 6.1.1.6 a amostra será considerada reprovada.

7.4.2. Ensaio de audibilidade

7.4.2.1. Objetivo: verificar a capacidade de obtenção de áudios inteligíveis quando da captação de som.

7.4.2.2. Amostras: composta de 01 unidade oriunda do ensaio de verificação metrológica e de funcionalidades.

7.4.2.3. Roteiro:

- I - esse ensaio deve ser executado a uma temperatura ambiente de 25 ± 5 °C;
- II - a câmera corporal deve estar ligada para realização do ensaio e, com no mínimo, 90% de carga na bateria e com memória disponível;
- III - o som deve ser emitido por equipamento amplificador com controle da intensidade sonora;
- IV - o equipamento amplificador deve ser posicionado frontalmente à câmera corporal a $1,00 \pm 0,02$ m de distância, estando a base inferior da fonte emissora a $0,15 \pm 0,02$ m da linha da base da câmera corporal;
- V - o equipamento amplificador deve reproduzir um áudio contendo 50 palavras na voz masculina e 50 palavras na voz feminina, colhidas randomicamente das 200 previstas no Anexo I, reproduzidas em intervalos de, no mínimo, 5 segundos entre cada palavra;
- VI - os áudios podem ser gravados por um audiodescritor narrador ou por voz sintetizada, tendo alguns modelos no *link disponível na portaria* de publicidade nesta Norma;
- VII - os áudios devem ser reproduzidos nas frequências de vozes masculina e feminina com intensidade sonora de 60 dB, podendo variar $\pm 15\%$;
- VIII - o equipamento amplificador deve iniciar a reprodução do áudio 10 segundos após iniciada a gravação da câmera corporal;
- IX - após encerrada a reprodução dos áudios, a gravação será finalizada;
- X - a gravação deve ser reproduzida no *software* padrão da solução de câmeras corporais disponibilizada pelo fabricante;
- XI - individualmente, 3 ouvintes devem ouvir as gravações capturadas pela câmera corporal e repetir verbalmente todas as palavras reproduzidas na voz masculina e na voz feminina;
- XII - cada ouvinte terá acesso ao áudio apenas uma vez e somente durante a realização do ensaio;
- XIII - um laboratorista registrará o número de palavras repetidas corretamente pelos ouvintes;
- XIV - os ouvintes devem apresentar laudo de profissional habilitado que ateste capacidade auditiva normal.

7.4.2.4. Critérios de aceitação:

- I - A somatória de palavras reconhecidas corretamente pelos ouvintes não pode ser inferior a 80% do total de palavras reproduzidas nos ensaios.

7.4.3. Ensaio de estabilidade de gravação de imagem e fixação da câmera corporal

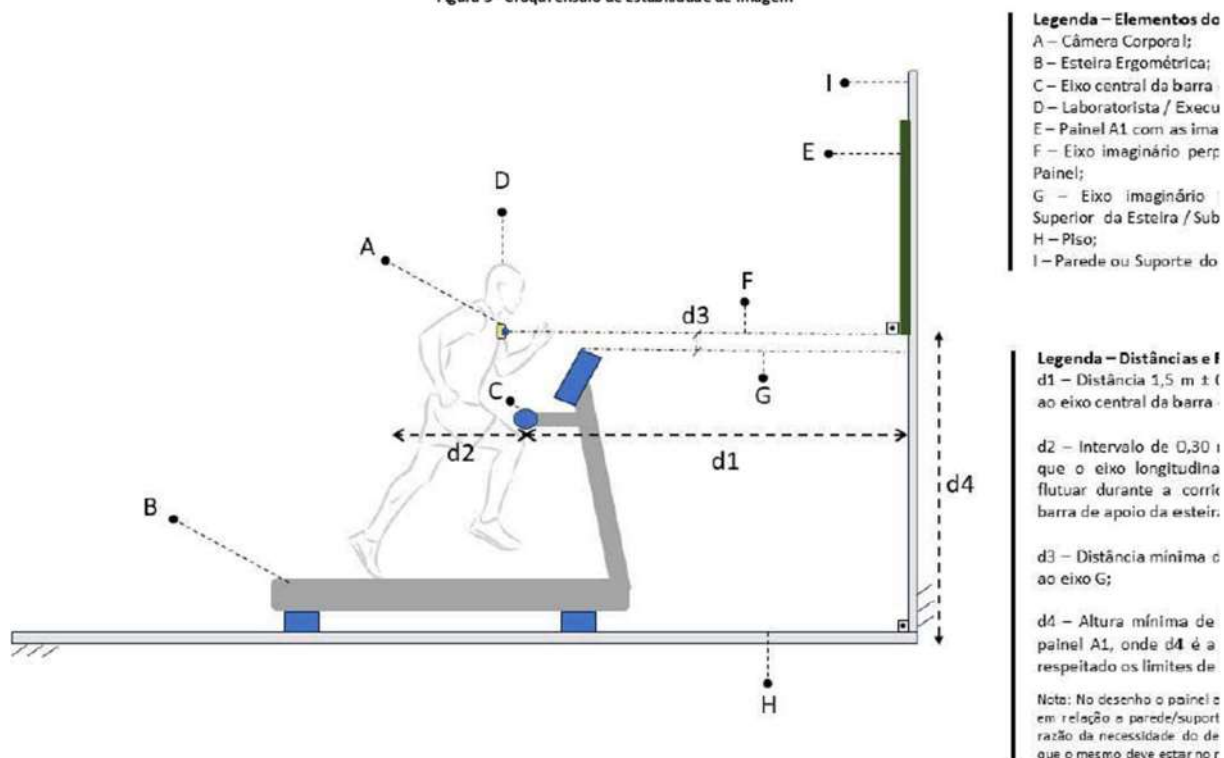
7.4.3.1. Objetivo: realizado para verificar a qualidade e nitidez das imagens, considerando movimentos que podem ocorrer quando da atuação do profissional de segurança pública.

7.4.3.2. Amostras: composta de 1 unidade oriunda do ensaio de audibilidade com todos os seus suportes disponíveis.

7.4.3.3. Roteiro:

- I - esse ensaio deverá ser executado a uma temperatura entre 10° C e 40° C;
- II - a câmera corporal deve estar ligada para realização do ensaio, com o estabilizador de imagem ativado quando couber e, com no mínimo, 90% de carga na bateria e com memória disponível;
- III - a esteira pode apresentar uma variação com tolerância de 10% em sua velocidade;
- IV - o ensaio de estabilidade de gravação de imagem e fixação deve ser executado com a câmera corporal com cada suporte disponível, posicionada em seu ponto de operação na vestimenta ou equipamento adequado para o tipo de fixação utilizada, alinhada perpendicularmente à direção a um alvo fixo com desenhos diversos, pretos e brancos e coloridos nas cores primárias e secundárias, em 4 quadrantes da folha A3 (Anexo II) compondo uma folha A1, a uma distância de $1,50 \pm 0,02$ m, considerando a posição central e perpendicular da barra de apoio da esteira;
- V - a disposição dos elementos do ensaio bem como as distâncias a serem cumpridas se encontram no esquema da figura 3

Figura 3 - Croqui ensaio de Estabilidade de imagem



Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/SENASP/MSP

I - a vestimenta a ser utilizada no ensaio deve estar de acordo com cada tipo de suporte de fixação, sendo que, no caso de coletes de proteção balística, estes devem conter também os painéis balísticos;

II - após a fixação da câmera no substrato de fixação e iniciado o ensaio, a câmera corporal não poderá ser mais ajustada;

III - o laboratorista não pode segurar a câmera corporal e/ou substrato de fixação durante a realização do ensaio;

IV - deve ser iniciada a gravação intencional da câmera corporal;

V - após esta ação, deve ser iniciada a execução baseada no Protocolo de Bruce de teste ergométrico, da seguinte forma

Tabela 2 - Parâmetros para o Ensaio de estabilidade

Etapa	Minutos	Inclinação	km/h
1	1	0%	2,7
2	1	0%	4,0
3	1	0%	5,4
4	1	0%	6,7
5	1	0%	8,0
6	1	0%	8,8
7	1	0%	9,6

Fonte: CNM/CGMTEC/DSUSP/SENASP/MSP

- VI - o ensaio deve ser realizado, no mínimo, 1 minuto em cada velocidade;
- VII - após a execução do protocolo acima, deve ser desacionada a gravação intencional;
- VIII - a reprodução do registro das gravações é realizada através do *software* disponibilizado pelo fabricante;
- IX - durante a reprodução dos vídeos para a análise, para cada minuto do ensaio, em cada velocidade, o vídeo deverá ser pausado nos seguintes instantes de 15 s, 30 s e 45 s, obtendo-se 3 frames a cada minuto, totalizando 21 frames;
- X - os frames obtidos nos instantes descritos no inciso anterior serão avaliados por 3 avaliadores, os quais deverão realizar uma análise quali-quantitativa de nitidez e qualidade da imagem e classificá-las em uma escala de notas de 1 a 3, onde:
 - a) Nota 1 (um) - Imagem de qualidade indesejável - Não é possível identificar mais de 2 (excluindo este valor) dos elementos / figuras que compõem a imagem do Anexo II em cada frame de análise;
 - b) Nota 2 (dois) - Imagem de qualidade regular - Não é possível identificar no máximo 2 (incluindo este valor) dos elementos / figuras que compõem a imagem do Anexo II em cada frame de análise;
 - c) Nota 3 (três) - Imagem de qualidade desejável - É possível identificar todos elementos / figuras que compõem a imagem do Anexo II em cada frame de análise.

7.4.3.4. Critérios de aceitação:

- I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;
- II - considerando que serão analisados 3 frames por etapa, conforme a tabela 2, serão 21 frames analisados por cada avaliador, totalizando 63 notas, sendo considerada a câmera aprovada aquela que obter nota acima de 21, incluindo este valor - o valor obtido deve constar no Certificado de Conformidade;
- III - a câmera corporal não pode se desprender do suporte de fixação;
- IV - o suporte de fixação não pode se desprender do substrato de fixação;
- V - não pode haver alterações das funcionalidades iniciais após o retorno às condições ambiente padrão.

7.4.4. Ensaio de queda

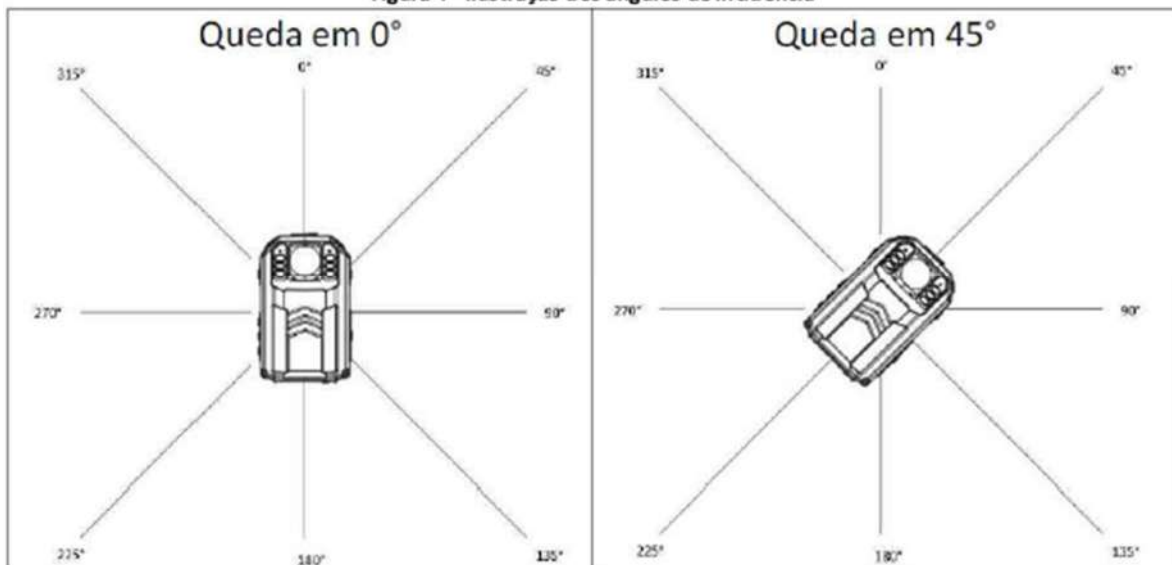
7.4.4.1. Objetivo: comprovar que o produto possa suportar fisicamente e funcionalmente aos impactos relativamente infrequentes e não repetitivos encontrados nos ambientes de operação, transporte e manuseio, resistindo à queda de 1,5 m, no mínimo;

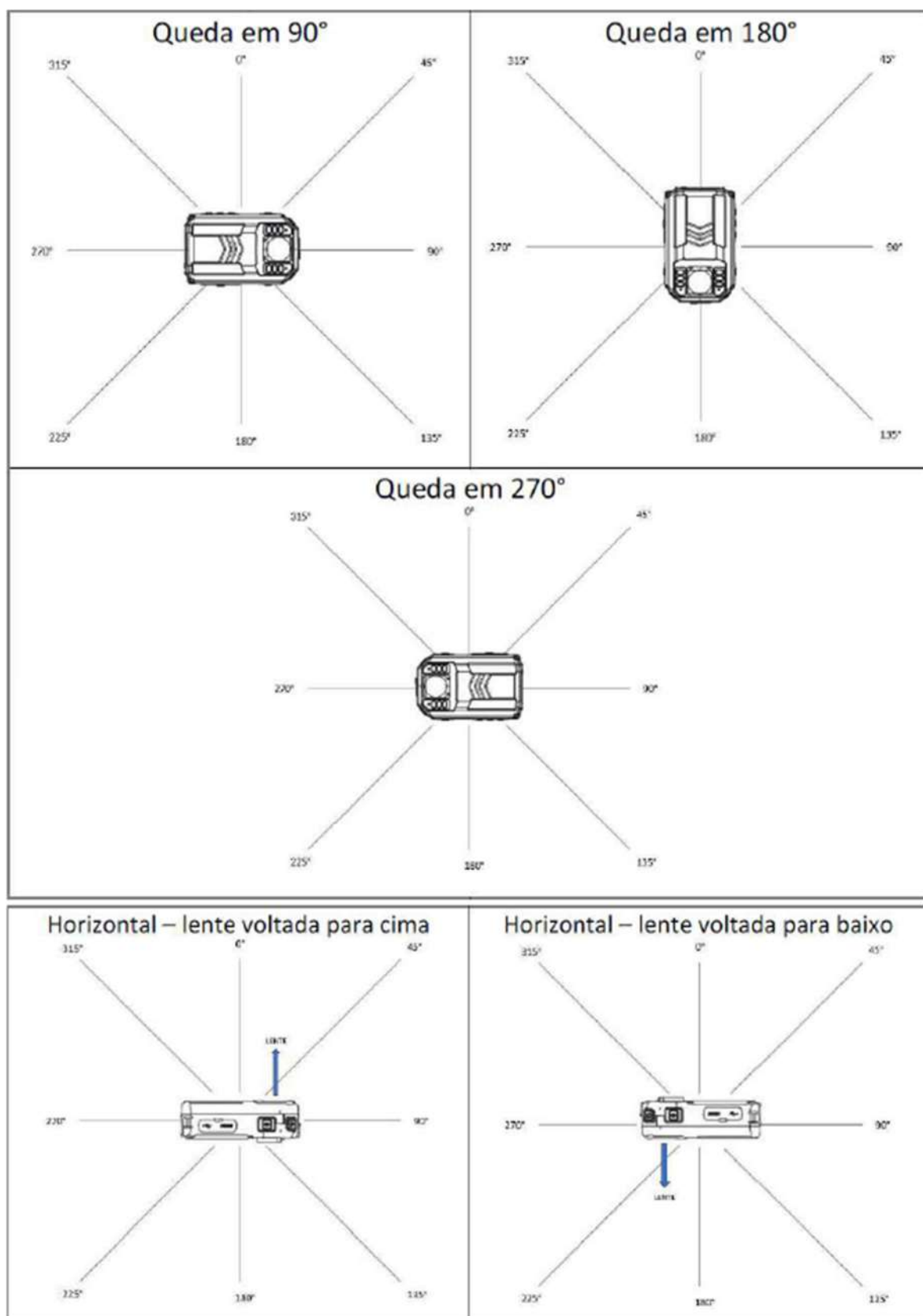
7.4.4.2. Amostra: composta de 01 (uma) unidade oriunda do ensaio de estabilidade de gravação de imagem.

7.4.4.3. Roteiro:

- I - Esse ensaio deverá ser executado a uma temperatura entre 10° C e 40° C;
- II - a câmera corporal deve estar ligada para realização do ensaio e, com no mínimo, 90% de carga na bateria e com memória disponível;
- III - A amostra deverá estar configurada de modo que estejam com a gravação em andamento e com as funcionalidades estabelecidas como requisitos mínimos ativos, antes de serem posicionadas no dispositivo de queda;
- IV - Deve ser utilizado no ensaio dispositivo mecânico que possibilite a fixação e queda livre de influências externas, podendo ser utilizado dispositivo com atrito desprezível visando a garantir que o impacto ocorra no ângulo previsto de fixação da câmera corporal conforme abaixo:

Figura 4 - Ilustração dos ângulos de incidência





Fonte: CNM/COMTEC/INSP/SENACSP/MISQ

V - As câmeras corporais devem cair em cada uma das faces de impacto previstas, diretamente sobre um piso de concreto liso com espessura mínima de 76 mm (3 polegadas), de forma que o ponto mais baixo da amostra esteja a uma altura de 1,5 m em relação ao solo. Recomenda-se que a resistência mínima da composição do concreto de cimento seja de 15 Mpa (2500 PSI);

VI - após cada queda, a amostra deve ser examinada quanto a danos, a continuidade de suas funcionalidades, incluindo a permanência de gravação;

- VII - durante as quedas e dependendo do modelo da câmera a ser ensaiada, assim como da posição de acionamento do modo gravação, poderá ocorrer a interrupção da gravação, não sendo este um critério de reprovação, desde que o acionamento possa ser reiniciado imediatamente após a queda e seja possível avaliar o registro das gravações através do software disponibilizado pelo fabricante;
- VIII - após a última queda do ensaio deve-se avaliar se houve o registro das gravações através do software disponibilizado pelo fabricante, devendo ser submetida ao roteiro 7.4.1.3. nos incisos III e IV;
- IX - os resultados dos ensaios de queda e a avaliação decorrente devem ser documentados, devendo ser registradas as condições de aptidão de funcionamento após os respectivos ensaios de queda.

7.4.4.4. Critérios de aceitação:

- I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;
- II - a bateria e/ou SIM Card deve permanecer acoplada à câmera corporal;
- III - no caso de câmeras corporais que possuem telas, botões e luzes indicadoras, estes podem ser danificados ou sofrerem avarias porém a câmera corporal não pode perder a funcionalidade de gravação de vídeo e áudio, devendo manter íntegros os vídeos, áudios e logs já contidos em sua memória;
- IV - a câmera corporal pode desligar após a queda, porém deve ser capaz de ligar e iniciar a gravação, sem qualquer tipo de manipulação na bateria;
- V - não pode haver alterações das funcionalidades iniciais após o retorno às condições ambiente padrão, considerando causar mau funcionamento elétrico e qualquer corrosão quanto aos seus efeitos imediatos e potenciais de longo prazo no funcionamento adequado e integridade estrutural do item avaliado.

7.4.5. Ensaio de estresse térmico

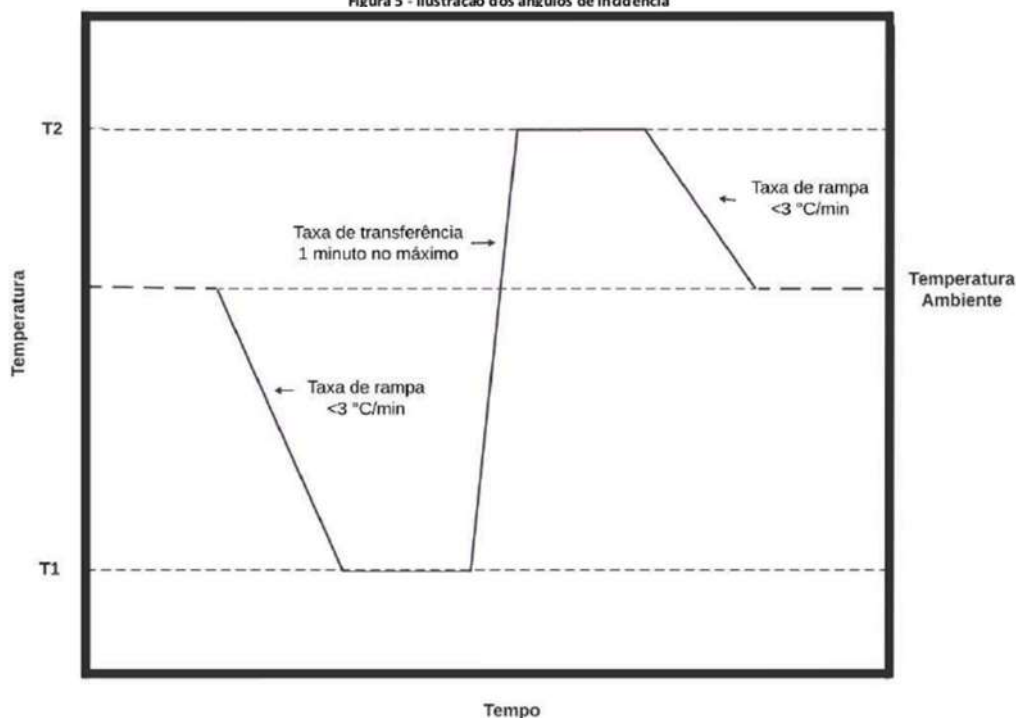
7.4.5.1. Objetivo: verificar se a câmera corporal pode suportar mudanças súbitas de temperatura no ambiente circundante sem sofrer danos físicos ou deterioração no desempenho.

7.4.5.2. Amostra: composta de 01 (uma) unidade oriunda do ensaio de verificação metrológica e funcionalidades.

7.4.5.3. Roteiro:

- I - a amostra deve estar acondicionada em temperatura de 25 ± 1 °C;
- II - a câmera corporal deve estar ligada para realização do ensaio e, com no mínimo, 90% de carga na bateria e com memória disponível;
- III - a amostra deve ser alocada em uma câmara apropriada, que deve atingir uma temperatura de -10 ± 1 °C (T1) à taxa de rampa inferior a 3 °C/min a partir da temperatura de 25 ± 1 °C;
- IV - a amostra deve permanecer na câmara até que atinja a temperatura de valor -10 ± 1 °C, para que ocorra a sua estabilidade térmica na temperatura T1;
- V - após a sua estabilização térmica, a amostra deve ser transferida em no máximo 1 minuto para uma outra câmara que esteja na temperatura de 50 ± 1 °C (T2);
- VI - a amostra deve permanecer na câmara até que atinja a temperatura de valor 50 ± 1 °C, para que ocorra a sua estabilidade térmica na temperatura T2;
- VII - após a sua estabilização térmica, a temperatura da câmara deve ser reduzida à taxa de rampa inferior a 3 °C/min, até que atinja a temperatura de 25 ± 1 °C;
- VIII - a amostra deve ser monitorada por instrumento de medição adequado;
- IX - amostra submetida ao ensaio de estresse térmico deve ser submetida aos procedimentos estabelecidos nos incisos III e IV do item 7.4.1.3.

Figura 5 - Ilustração dos ângulos de incidência



Fonte: MIL-STD-883C-4.4.2.1.1-A - One-way Shocks from Constant Extreme Temperature.

- 7.4.5.4. Critério de aceitação:
- I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;
 - II - não pode haver alterações das funcionalidades iniciais após o retorno às condições ambiente padrão, considerando causar mau funcionamento elétrico e qualquer corrosão quanto aos seus efeitos imediatos e potenciais de longo prazo no funcionamento adequado e integridade estrutural do item avaliado.
- 7.4.6. **Ensaio de contaminação por fluidos**
- 7.4.6.1. Objetivo: verificar se o produto é afetado pela exposição temporária ao fluido contaminante álcool líquido 70" (padrão comercial) que pode ser encontrado e aplicado ocasionalmente durante seu ciclo de vida.
- 7.4.6.2. Amostra: composta de 01 (uma) unidade oriunda do ensaio de verificação metrológica e funcionalidades.
- 7.4.6.3. Roteiro:
- I - esse ensaio deve ser executado a uma temperatura ambiente de 25 ± 5 °C;
 - II - a amostra e o fluido contaminante devem estar condicionados na temperatura ambiente de 25 ± 5 °C;
 - III - a câmera corporal deve estar ligada para realização do ensaio e, com no mínimo, 90% de carga na bateria e com arquivos na memória;
 - IV - deve ser borrifado em toda a superfície da amostra 10 ml do fluido especificado, com tolerância de +1 ml, nas angulações verticais entre -60°, 0° e +60° em relação à linha de centro horizontal imaginária relativa ao centro geométrico da amostra;
 - V - após a aplicação do fluido, a amostra deve drenar e/ou evaporar o fluido borrifado naturalmente por 10 minutos, não sendo permitido agitar, limpar ou enxugar a amostra;
 - VI - a amostra submetida ao ensaio de contaminação por fluidos deve ser submetida aos procedimentos estabelecidos nos incisos III e IV do item 7.4.1.3.
- 7.4.6.4. Critério de aceitação:
- I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;
 - II - não pode haver alterações das funcionalidades iniciais após o retorno às condições ambiente padrão, considerando causar mau funcionamento elétrico e qualquer corrosão quanto aos seus efeitos imediatos e potenciais de longo prazo no funcionamento adequado e integridade estrutural do item avaliado.
- 7.4.7. **Ensaio de radiação solar**
- 7.4.7.1. Objetivo: verificar os efeitos do aquecimento da radiação solar direta no material.
- 7.4.7.2. Amostra: composta de 01 (uma) unidade oriunda do ensaio de verificação metrológica e funcionalidades.
- 7.4.7.3. Roteiro:
- I - a câmera corporal deve estar desligada para realização do ensaio e, com no mínimo, 90% de carga na bateria e com arquivos na memória;
 - II - o ensaio deve ser realizado de acordo com os procedimentos descritos na norma técnica ISO 4892-3:2016, método A - *Artificial accelerated weathering with UVA-340 lamps* (Intemperismo acelerado artificial com lâmpadas UVA-340), em uma câmara utilizando uma lâmpada tipo UVA-340 (tipo 1A);
 - III - amostra submetida ao ensaio de radiação solar deve ser submetida aos procedimentos estabelecidos nos incisos III e IV do item 7.4.1.3.
- 7.4.7.4. Critérios de aceitação:
- I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;
 - II - não pode haver alterações das funcionalidades iniciais após o retorno às condições ambiente padrão, considerando causar mau funcionamento elétrico e qualquer corrosão quanto aos seus efeitos imediatos e potenciais de longo prazo no funcionamento adequado e integridade estrutural do item avaliado.
- 7.4.8. **Ensaio de grau de proteção (Proteção contra objetos sólidos estranhos e contra água)**
- 7.4.8.1. Objetivo: avaliar a capacidade do produto em resistir aos efeitos da poeira, que pode obstruir aberturas, penetrar em rachaduras, fendas, sem degradar o desempenho, eficácia, confiabilidade e manutenibilidade, bem como, determinar a eficácia de capas de proteção, estojos e vedantes na prevenção da penetração de água no material, a capacidade do material de atender aos seus requisitos de desempenho durante e após a exposição à jatos d'água moderados e multidirecionais conforme grau de proteção IP65.
- 7.4.8.2. Amostra: composta de 01 (uma) unidade oriunda do ensaio de verificação metrológica e funcionalidades.
- 7.4.8.3. Roteiro:
- I - conforme procedimentos estabelecidos na norma técnica ISO/IEC 60529:2017 para grau de proteção IP65, ou superior por solicitação do fornecedor;
 - II - amostra submetida ao ensaio de grau de proteção deve ser submetida aos procedimentos estabelecidos nos incisos III e IV do item 7.4.1.3.
- 7.4.8.4. Critérios de aceitação:
- I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;
 - II - não pode haver alterações das funcionalidades iniciais após o retorno às condições ambiente padrão, considerando causar mau funcionamento elétrico e qualquer corrosão quanto aos seus efeitos imediatos e potenciais de longo prazo no funcionamento adequado e integridade estrutural do item avaliado;
 - III - deve obter grau de aceitação em nível de proteção de, no mínimo, IP65, conforme norma técnica ISO/IEC 60529:2017.

7.4.9. Ensaio de névoa salina

7.4.9.1. Objetivo: realizado para determinar a eficácia de revestimentos protetores e acabamentos em produtos quanto a exposição as intempéries em área litorânea. Também pode ser aplicado para determinar os efeitos dos depósitos de sal nos aspectos físicos e elétricos.

7.4.9.2. Amostras: composta de 1 (uma) unidade oriunda do ensaio de verificação metrológica e funcionalidades.

7.4.9.3. Roteiro:

I - o ensaio deverá ser executado conforme norma técnica ABNT NBR 17088:2023 com solução de névoa salina neutra, com exposição de um período de 24 horas;

II - amostra submetida ao ensaio de névoa salina deve ser submetida aos procedimentos estabelecidos nos incisos III e IV do item 7.4.1.3.

7.4.9.4. Critérios de aceitação:

I - se ocorrerem falhas graves ou críticas durante o ensaio, este deve ser interrompido e a amostra será considerada reprovada;

II - não pode haver alterações das funcionalidades iniciais após o retorno às condições ambiente padrão, considerando causar mau funcionamento elétrico e qualquer corrosão quanto aos seus efeitos imediatos e potenciais de longo prazo no funcionamento adequado e integridade estrutural do item avaliado;

III - como critério de aceitação somente serão admitidos corrosões/pontos de oxidação (normalmente perceptível pela cor vermelho alaranjado) que possam ser removidos e a câmera corporal restabelecida às condições normais de uso.

7.4.10. Ensaio de vida útil de bateria

7.4.10.1. Objetivo: verificar a vida útil da bateria utilizada como fonte de alimentação da câmera corporal.

7.4.10.2. Amostras: composta de 1 (uma) unidade oriunda do ensaio de verificação metrológica e funcionalidades.

7.4.10.3. Roteiro:

I - conforme procedimentos estabelecidos de acordo com o item 7.6.2 ou o item 7.6.3 da norma técnica IEC 61960-3:2017.

7.4.10.4. Critérios de aceitação:

I - conforme os critérios de aceitação estabelecidos pela norma técnica IEC 61960-3:2017, de acordo com o procedimento utilizado.

7.4.11. Ensaio de impacto de arma de fogo (optativo)

7.4.11.1. Objetivo: verificar o desempenho da câmera ao ser alvejada por projétil, simulando um acidente e avaliando o risco ao usuário ou a pessoas próximas de serem atingidas por estilhaços e fragmentos.

7.4.11.2. Amostra: composta de 04 (quatro) unidades oriunda do ensaio de verificação metrológica e funcionalidades.

7.4.11.3. Roteiro:

I - as munições utilizadas devem atender aos requisitos técnicos da norma SAAMI Z 299.3:2022:

a) Ameaça Nº 1 - 9x19mm / 147 gr, podendo ser projétil (ponta) hollow point ou FMJ (ogival) / Velocidade de 323 ± 27 m/s;

b) Ameaça Nº 2 - .40 S&W / 180 gr, podendo ser projétil (ponta) hollow point ou FMJ (ogival) / Velocidade de 323 ± 27 m/s;

II - a câmera corporal deve ser posicionada em painel, ou dispositivo, ou substrato adequado para o tipo de suporte de fixação da câmera corporal;

III - a tela testemunho deve ser posicionada a 15 cm do centro de massa da câmera, para detectar presença de lançamento de detritos (acima, abaixo, direita e esquerda da câmera corporal);

IV - a tela de testemunho deve ser de alumínio, liga 8011, de têmpera O, com espessura de 0,05 mm e tolerância ± 5 %, sobre o valor nominal, e densidade de área de $135,2 \text{ g/m}^2$, conforme exigido no item 8.6.2a da ABNT NBR 15000-2:2020;

V - o painel com a câmera corporal fixada e o material de apoio devem ser posicionados dentro de um ambiente balístico a uma distância de $5,0 \text{ m} \pm 0,1 \text{ m}$ da ponta do provete fixo em estativa, conforme exigido no item 6.2.5.3. Norma Técnica NT-Senasp nº 003/2021 - Coletes de Proteção Balística;

VI - deve ser efetuado 1 (um) disparo da Ameaça Nº 1 no centro geométrico (área de maior massa) sobre a marcação do primeiro disparo (#1) da primeira amostra de câmera fixada;

VII - deve ser efetuado 1 (um) disparo da Ameaça Nº 1 na lente da segunda amostra de câmera fixada;

VIII - deve ser efetuado 1 (um) disparo da Ameaça Nº 2 no centro geométrico (área de maior massa) sobre a marcação do primeiro disparo (#1) da terceira amostra de câmera fixada;

IX - deve ser efetuado 1 (um) disparo da Ameaça Nº 2 na lente da quarta amostra de câmera fixada;

X - devem ser realizadas e registradas medições e imagens de alta resolução dos possíveis impactos registrados na tela de testemunho.

7.4.11.4. Critérios de aceitação:

I - A câmera corporal será considerada reprovada caso haja a ocorrência de:

a) projeção de estilhaços ou detritos que perfuram a tela de testemunho;

b) explosão e/ou início de reação de combustão com ou sem propagação de chama.

ANEXO 3

TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

1. Comprometo-me a manter o sigilo com relação a toda a documentação e toda a informação obtida durante a visita técnica realizada na sede da SSP/AL e PMAL, oriunda de qualquer pessoa física, jurídica, ou de terceiros vinculados de alguma forma, concordando em:

1.1. Não divulgar, a qualquer pessoa, o conteúdo de qualquer informação;
1.2. Não permitir, a nenhuma pessoa, o manuseio de qualquer documentação física ou eletrônica que componha ou tenha resultado de atividades daquele órgão;

1.3. Não explorar, em benefício próprio ou de outras pessoas, informações e documentos adquiridos por meio da participação em atividades daquele órgão.

2. Estou ciente de que a SSP/AL e PMAL se reserva o direito de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam estas informações.

3. Estou ciente também de que os termos contidos neste TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO se estendem por tempo indeterminado, e independem de vínculo profissional com qualquer dos órgãos.

Maceió, _____ de _____ de 2025.

Assinatura: _____

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

ANEXO 4

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

ATESTAMOS, para fins de participação na licitação referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CAPTAÇÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E GESTÃO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS NAS ATIVIDADES POLICIAIS, que a empresa abaixo, por intermédio de seu representante infra-assinado, realizou a visita técnica, nesta data, na SSP/A, situado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió/AL, tomando conhecimento dos detalhes e condições inerentes à referida licitação, para adequar a elaboração das propostas às peculiaridades do objeto pretendido, dirimir dúvidas e dar pleno conhecimento das instalações e necessidades.

Maceió, ____ de _____ de 2025

Nome:

CPF:

Função:

EMPRESA INTERESSADA:

Nome da empresa:

CNPJ:

Declaro que, nesta oportunidade, assinei o Termo de Manutenção de Sigilo, pois tive acesso às informações da Brigada Militar, necessárias à elaboração da proposta para participação no certame, e fui informado de que demais esclarecimentos serão prestados em publicação no Diário Oficial do Estado.

NOME COMPLETO:

RG:

FUNÇÃO NA EMPRESA:

ANEXO 05

PLANILHA DE DECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

	Solução de prestação de serviço em captação e armazenamento de imagens com Câmera Operacional Portátil - COP
TL – Total de Licenças	600
VML - Valor Mensal por Licença	R\$ VML
VTM - Valor total mensal $VTM = \sum(VISE)$	<i>Valor total mensal</i>
VTA – Valor Total Anual $VTA = VTM \times 12$	<i>Valor Total Anual</i>

- O prazo de validade da proposta será de 60 dias

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL

Estudo Técnico Preliminar 228/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: E:02100.0000002753/2025

2. Descrição da necessidade**Implementação de soluções de câmeras corporais**

2.1 A presente contratação está fundamentada na necessidade de aprimoramento e melhoria contínua dos serviços prestados pela Polícia Militar do Estado de Alagoas.

2.2 Motivação/Justificativa:

2.2.1 Relevância Social e Institucional:

2.2.1.1 A Secretaria da Segurança Pública, ao longo dos anos, em cumprimento ao preceituado em suas atribuições institucionais, vem prospectando e implementando na atividade de segurança pública, novas tecnologias com o fito de contribuir para uma maior efetividade nas entregas à sociedade alagoana, oriundas do fruto do trabalho das Instituições que compõe seu orgânico.

2.2.1.2 O uso de câmeras corporais por forças policiais e bombeiros no país está em plena fase de expansão face aos seus aspectos positivos que corroboram para a proteção do agente e do aprimoramento na prestação do serviço, estados como São Paulo, Santa Catarina e Rondônia já utilizam câmeras corporais e o Rio de Janeiro se encontra em fase de planejamento da contratação. Da mesma forma o estado de Alagoas empenha esforços para implementar essa tecnologia à segurança pública;

2.2.1.3 Proteção aos policiais e agentes nos casos de falsa acusação;

2.2.1.4 Aumento da transparência e da fiscalização das ações policiais e do uso proporcional da força;

2.2.1.5 Qualificação do conjunto probatório de práticas ilícitas, contribuindo para a efetividade da persecução criminal;

2.2.1.6 Contribuição para solução rápida de crises, permitindo a emissão de parecer sobre a atuação evitando crises.

2.2.2 Destarte, com a motivação, importância e resultados esperados apresentados, torna-se explícita a relevância para segurança pública da contratação ora pretendida.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefia Especial de Projetos e Convênios	Uriel Delgado de Almeida

4. Necessidades de Negócio

4.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

4.2 Os serviços requeridos contemplam a contratação de empresa que forneça uma SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS – COP (BODY-WORN CÂMERA) NAS ATIVIDADES POLICIAIS da Polícia Militar do Estado de Alagoas.

4.3 O Contratado deverá fornecer armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Petabyte) , às custas da contratada, a ser instalado no datacenter da contratante, localizado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió/AL.

4.4 A transferência de dados para o backup em co-location numa estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Petabyte) deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da criação da captura do vídeo/imagem.

4.5 Definição geral dos serviços prestados:

4.5.1 Os serviços prestados podem ser descritos como conjunto de atividades e ações para o gerenciamento e manutenção preventiva dos ativos de hardware e software que compõem a solução, os quais são caracterizados pela junção de práticas e padrões que possuem o objetivo de manter os softwares e, quando cabível, os firmwares dos dispositivos atualizados, as atividades de mensuração, análises de desempenho, geração de relatórios gerenciais, atualizações, expansões, substituições, revisões de arquitetura e outras atividades visando, principalmente, garantir a segurança, desempenho, integridade e continuidade dos serviços.

4.5.2 Para a execução dos serviços que constam neste Termo de Referência, os hardwares e softwares, quando houver necessidade de substituição ou atualizações, ficarão a cargo da contratada.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1 Prestação do Serviço de captação, transmissão, armazenamento, custódia, compartilhamento e gestão de evidências digitais (Software DEMS - Digital Evidence Management System – que na Polícia recebe a denominação de Sistema de Gerenciamento, Custódia e Compartilhamento de Evidências Digitais) e fornecimento de sons e imagens (dados) tomados por policiais militares durante suas atividades operacionais, utilizando tecnologia digital, mediante o fornecimento de Body-Worn Câmera (Câmera Operacional Portátil), sob a forma de comodato;

5.2 A solução deve permitir os acionamentos remotos da gravação por meio de computadores e dispositivos móveis, bem como a transmissão por live streaming de cada câmera para computadores e dispositivos móveis sem limite de licença ou de usuários;

5.3 A contratada deve realizar instalar central de monitoramento e efetivar as adequações necessárias para transmissão das imagens (ao vivo ou não) aos sistemas de painel visual (videowall) já existentes da Contratante que se encontram instalados no COPOM/PMAL. A contratada também deve realizar a instalação de central de monitoramento do Sistema na 5ª seção da PMAL;

5.4 O fornecimento da solução, englobando infraestrutura, equipamentos, armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, plano de dados para conectividade das câmeras e licenças de uso de softwares (Software DEMS – Digital Evidence Management System), ocorrerá a título de comodato;

A infraestrutura constitui-se da instalação de todo o equipamento necessário para o estabelecimento de links de dados que possibilite o acesso armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, acionamento remoto e live streaming, docas para carregamento de baterias e descarga de dados e computadores para acesso ao sistema.

5.5 Salienta-se que essa conectividade é independente da Infraestrutura da Corporação. Inclui-se ainda, no conceito de infraestrutura, toda a adaptação da rede de energia elétrica necessária ao funcionamento do sistema em cada sede descrita neste documento. Deverá ser fornecido mobiliário, incluindo armários, mesas e cadeiras, observando critérios sanitários e ergonomia.

5.6 Apesar da permissão de participação de consórcios, o Software DEMS e a Câmera Operacional Portátil devem ter total integração, aproveitando-se todo o potencial de software e hardware desenvolvidos um para o outro e, principalmente, segurança nas operações entre a câmera e o software DEMS. Fator esse que deve ser comprovado através de documentação do desenvolvedor, do integrador e do fornecedor;

5.7 A contratada deverá fornecer os SIM CARD ou eSIM, bem como o contrato com operadoras de telefonia e dados para habilitar a conectividade da câmera para acionamento remoto, live streaming, GPS e outros recursos presentes na câmera que dependam de rede de dados;

5.8 Cada sede indicada neste documento deverá ser dotada de 02 (dois) desktops com nobreaks individuais (01 para a reserva de armamento, 01 para a administração e para acesso dos supervisores de serviço), com configuração capaz de suportar toda a operação do software de custódia e gestão de evidências digitais. Isto inclui redaction (aplicação de sombras em elementos de

identificação de uma cena) de vídeos, gravação de mídias, acesso à Internet por rede com e sem fio, monitor de alta resolução de, no mínimo, 23 polegadas e sistema operacional compatível com o software de custódia e gestão de evidências digitais na versão disponível do mercado, e compatível com o ambiente de domínio de rede de dados da organização contratante, atualmente Microsoft Windows para desktop na versão Windows 11 profissional ou superior);

5.9 As sedes devem receber o material necessário para acomodar as docas, câmeras e equipamentos de infraestrutura no local indicado pela PMAL, de forma a permitir amplo acesso às câmeras e facilitar a operação do sistema. Os tipos de equipamentos ficam à escolha da contratada. A PMAL avaliará a eficácia e aprovará ou não a solução encontrada para cada imóvel constante da relação anexa ao Termo de Referência;

5.10 O prazo mínimo de guarda e acesso aos arquivos será de 12 meses, a contar da gravação do arquivo no armazenamento.

5.11 Customização do software de custódia para adequação do sistema à realidade policial brasileira (metadados) com tags de classificação de evidências, revisão, codificação de ocorrências (conforme normatização da PMAL), identificação dos tipos de vídeo, Número de Boletim de Ocorrência (BO), Comunicação de Ocorrência Policial (COP) ou Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) (Identificador), inclusão de marca d'água identificadora do usuário ou câmera nos frames, durante a exibição dos vídeos no software de custódia;

5.12 O sistema deve incluir marca d'água exibida em cada frame com identificação do usuário, câmera (device) e grupo data/hora de gravação, a fim de prevenir gravação da tela de computadores e dispositivos móveis permitindo controle sobre vazamentos ilegais. Os aplicativos para dispositivos móveis de exibição e reprodução dos vídeos devem ter recurso que impeça "printscreen" (cópia da tela como arquivo de imagem) da tela e gravação da tela de exibição, bem como os players de vídeo nos computadores devem dificultar tal ação.

5.13 Se o tamanho e posição da marca d'água não atenderem ao esperado pela Polícia Militar de Alagoas (PMAL), a contratada terá o prazo de 3 (três) meses para desenvolvimento, a partir da notificação pela PMAL. No entanto, é obrigatório que o sistema possua marca d'água no player de exibição do DEMS e dispositivo de reprodução já na apresentação das amostras, não importando o tamanho ou posição;

5.14 O software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais (DEMS) bem como o Firmware da Câmera deverão ser capazes de marcar os períodos que correspondem às interações ou ocorrências policiais e permitir a inserção dos respectivos metadados (talão de ocorrência, codificação de ocorrências da PMAL classificação de ocorrências entre outros a serem informados).

5.15 Para as gravações evidência de interesse policial, a resolução deve seguir o estabelecido nesta especificação técnica (720p a 30 fps ou superior).

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1 Descrição das atividades de suporte técnico preventivo:

6.2 A contratada deverá manter suporte técnico preventivo para o gerenciamento das atividades correlatas a toda a Solução fornecida:

6.3 Gerenciamento da solução:

6.3.1 Monitoramento, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema;

6.3.2 A atividade de gerenciamento é responsável pela melhoria do sistema, incluindo atualizações de versão de software e revisão da arquitetura geral da solução;

6.3.3 Solucionar e mitigar as não conformidades apresentadas à Central de Serviços da contratante;

6.3.4 Aperfeiçoar as rotinas e propor medidas de saneamento e desenvolvimento do sistema;

6.3.5 Prestar contas dos serviços contratados;

6.3.6 Liderar as atividades dos funcionários da prestadora na contratante;

6.3.7 Realizar as interações, quando necessário, com suporte dos fabricantes para resolução de problemas

6.4 Atribuições adicionais

- 6.4.1 A CONTRATADA, para a prestação do serviço de SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS NAS ATIVIDADES POLICIAIS, deverá atender aos requisitos mínimos de serviços especificados a seguir:
- 6.4.2 Executar os serviços contratados, em conformidade com as especificações e condições discriminadas neste Termo de Referência, dentro de elevados padrões de qualidade, observando as normas legais e regulamentares, cumprindo as responsabilidades resultantes do contrato;
- 6.4.3 Manter o sigilo e a inviolabilidade dos serviços, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais;
- 6.4.4 Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- 6.4.5 As notas fiscais faturadas pela empresa deverão ser encaminhadas à contratante após validação dos relatórios de serviços prestados. A empresa deverá emitir a Nota Fiscal após a conferência dos serviços prestados, conforme prazos definidos em contrato;
- 6.4.6 Comunicar, ao representante da CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 6.4.7 Emitir mensalmente relatório detalhado dos serviços cobrados, incluindo, no mínimo, as seguintes informações:
- 6.4.8 Serviços prestados no período; a indicação do(s) período(s) de eventual inoperância do portal de gerenciamento das mídias;
- 6.4.9 COP disponíveis para emprego nas sedes onde foram instaladas;
- 6.4.10 Histórico dos chamados, contendo a quantidade de chamados cadastrados no mês, quantidade de chamados resolvidos, quantidades de chamados que permaneceram sem resolução;
- 6.4.11 Quantitativo de horas que as COP ficaram indisponíveis em cada sede onde foram instaladas, a fim de aferir a cobrança correta dos serviços;
- 6.4.12 Manutenções realizadas;
- 6.4.13 Substituição de equipamentos;
- 6.4.14 Quantitativo de Horas de vídeo;
- 6.4.15 Quantitativo de arquivos de mídia;
- 6.4.16 Quantitativo de download de mídias;
- 6.4.17 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços que prestar, arcando com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;
- 6.4.18 Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, toda a competente e indispensável mão de obra habilitada adequadamente, atendidas sempre e regularmente todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes;
- 6.4.19 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, especialmente pelos encargos salariais, trabalhistas, fiscais e previdenciários, relativos a seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto do contrato;

6.4.20 Assegurar o acesso do gestor indicado pelo CONTRATANTE aos serviços em execução e à documentação pertinente, atendendo prontamente às solicitações e exigências por ele apresentadas;

6.4.21 Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que ocorrer na execução dos serviços;

6.4.22 Registrar eventuais falhas na área de cobertura dos serviços com indicação da data, horário, localização e tempo de duração;

6.4.23 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;

6.4.24 Guardar sigilo sobre os estudos, projetos e demais documentos pertencentes ao CONTRATANTE, a PMAL, dos quais tiver conhecimento, para o cumprimento do objeto do contrato;

6.4.25 Atender as solicitações de regularização dos serviços, reprogramação de aparelhos, e demais serviços solicitados pelo CONTRATANTE, por meio de seu preposto;

6.4.26 Disponibilizar soluções que mantenham atualizadas a segurança e qualidade em comunicações e modernidade de equipamentos;

6.4.27 Disponibilizar informações sobre a utilização de terminais, em consonância com a legislação em vigor.

6.5 Responsabilidade sobre atualização de BDGC

6.5.1 A contratada deve manter atualizado o BDGC - Banco de Dados de Gerência de Configurações e o cadastro patrimonial dos bens sob sua responsabilidade direta de manutenção, bem como revisar semestralmente todos estes itens, contemplando:

6.5.2 Arquitetura dos sistemas, com respectivo relacionamento dos itens de configuração, mantendo atualizado documento da arquitetura da solução, identificando todos os itens com, no mínimo, os seguintes atributos: Identificação IP, diagrama para funcionamento e interdependência e relacionamentos, tabela de regras de liberação de firewall quando houver integração com outros sistemas e serviços da PMAL ou de órgãos externos;

6.5.3 Local de instalação de cada equipamento acompanhado de relatório fotográfico de cada local e de cada equipamento;

6.5.4 Número de série físico (etiqueta do fabricante), número de série eletrônico (identificador eletrônico dos equipamentos – quando existentes);

6.5.5 Fornecer etiquetas apropriadas, previamente aprovadas pelo Gestor do Contrato, resistentes a intempéries, para cada material e etiquetar os ativos do sistema, conferindo e completando a cada inventário.

6.6 Atualização tecnológica

6.6.1 Em virtude da constante alteração e evolução das tecnologias utilizadas para operação do serviço, cabe à contratada prover, aos seus integrantes, os treinamentos e certificações necessárias para atender, na íntegra, o escopo do serviço contratado.

6.6.2 Cabe à contratada, por meio de notificação, informar eventual alteração de itens de configuração do sistema ou serviço escopo da contratada, desde que isso não altere o escopo do contrato.

6.7 Da substituição de pessoal

6.7.1 Em caso de necessidade de substituição de algum técnico da empresa, deverá ser alocado novo técnico, imediatamente, mesmo que de forma temporária, em comum acordo com o Gestor Contratual, de forma a não haver solução de continuidade.

6.8 Designação de gerente contratual

6.8.1 Designar, por escrito e no ato da assinatura deste Contrato e a expensas da contratada, o preposto responsável pela fiel execução do objeto, outorgando-lhe poderes para a resolução de quaisquer ocorrências durante o período de vigência contratual, além do recebimento de notificações e para garantir o cumprimento do disposto em contrato.

6.8.2 Softwares de gestão de serviços de TIC em uso na Polícia Militar para abertura de chamados

6.8.3 A empresa deverá assegurar que os funcionários de seu quadro, que estiverem à disposição da PMAL, tenham familiaridade com a ferramenta de abertura de chamados da PMAL.

6.8.4 A empresa, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, juntamente com o gestor do contrato, deverá apresentar todos os processos operacionais que sustentam a solução e inseri-los no software de gestão de serviços de TIC em uso na PMAL.

6.9 Da prestação de suporte técnico

6.9.1 Descrição das atividades de suporte técnico preventivo:

6.9.2 A contratada deverá manter suporte técnico preventivo para o gerenciamento das atividades correlatas a toda a Solução fornecida:

6.9.3 Gerenciamento da solução:

6.9.4 Monitoramento, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados, garantindo o perfeito funcionamento do sistema;

6.9.5 A atividade de gerenciamento é responsável pela melhoria do sistema, incluindo atualizações de versão de software e revisão da arquitetura geral da solução;

6.9.6 Solucionar e mitigar as não conformidades apresentadas à Central de Serviços da contratante;

6.9.7 Aperfeiçoar as rotinas e propor medidas de saneamento e desenvolvimento do sistema;

6.9.8 Prestar contas dos serviços contratados;

6.9.9 Liderar as atividades dos funcionários da prestadora na contratante;

6.9.10 Realizar as interações, quando necessário, com suporte dos fabricantes para resolução de problemas

6.9.11 No caso de extravio, panes, falhas, não-conformidades técnicas, defeitos, danos intencionais ou não, ou mau funcionamento, que sejam prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, a contratada deverá:

6.9.12 Providenciar a reposição dos equipamentos instalados e/ou fornecidos conforme contrato, na Unidade Policial Militar, efetuando o reparo ou a substituição por outro da mesma marca e modelo ou, na impossibilidade, por equipamento com características superiores ao equipamento original, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da abertura de chamado técnico no sistema da PMAL, adotando as providências para assegurar a continuidade dos serviços;

6.9.13 Para os casos de extravio ou mau uso deliberado dos equipamentos, a unidade da PMAL beneficiada pela prestação do serviço, realizará a apuração do fato por procedimento administrativo legal, cujo resultado será comunicado à contratada, a fim de ressarcimento, quando devido. No caso de extravios de câmeras, a contratada deve substituir os equipamentos sem custos até o limite de 2% da quantidade total do contrato.

- 6.9.14 No caso de interrupção ou degradação do desempenho do serviço de conectividade de dados (fornecido pela contratada), instalado pela Contratada em cada Unidade Policial, o serviço deverá ser normalizado, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado no sistema de chamados da PMAL;
- 6.9.15 O reparo ou substituição dos equipamentos que venham a apresentar panes, falhas ou não- conformidades técnicas prejudiciais ao uso, funcionamento e desempenho dos equipamentos, defeitos, ou mau funcionamento, não gerarão qualquer ônus para a PMAL, incluindo custos de retirada e entrega na Unidade Policial;
- 6.9.16 A Contratada tratará dos chamados técnicos registrados e encaminhados pela Central de Serviços da PMAL, a qual concentra o recebimento dos chamados técnicos de TIC da instituição;
- 6.9.17 Fornecer, na forma solicitada pela CONTRATANTE, demonstrativo de utilização dos serviços contratados, relatórios gerenciais, via software, acerca das soluções de COP, no primeiro dia útil do mês subsequente, após o encerramento do mês do serviço prestado, para aferição dos valores serem pagos.
- 6.9.18 O Coordenador de Serviços COP deverá manter atualizada a ferramenta de gestão de serviços de TIC da PMAL, sobre o andamento de todas as atividades técnicas, durante todo o ciclo de vida do chamado;
- 6.9.19 É permitida a manutenção programada em horários e datas que não comprometam a prestação de serviços. As interrupções na prestação dos serviços nestas condições e pelo tempo previamente acordado não incidirão em responsabilização da contratada.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

- 7.1 O Decreto 90381/2023 do Estado de Alagoas estabelece diretrizes para a aquisição de bens e serviços, visando a eficiência e a otimização dos recursos públicos. Nesse contexto, a justificativa para a contratação de serviços Fornecimento de solução de câmeras corporais, conforme Nota Técnica SENASP nº 14/2024 é embasada na necessidade de equipar os agentes de segurança pública com itens relevantes para o desempenho de suas funções.
- 7.2 Esse serviço potencializará o combate à criminalidade devido a sua capacidade de produção probatória. Portanto, ao contratar esse serviço, estamos atendendo às diretrizes do Decreto 90381/2023, que preconiza a contratação de serviços que contribuam para o adequado funcionamento e a eficácia dos serviços públicos, neste caso, a segurança pública em Alagoas. Os critérios de medição, utilizados para se definir as quantidades dos itens a serem adquiridos, foram os quantitativos de policiais lotados nas unidades que serão disponibilizadas, conforme necessidade operacional.
- 7.3 A necessidade INICIAL foi de 1.500 câmeras, com distribuição que contempla a possibilidade de atender as unidades operacionais da PMAL, conforme prevê a Lei de Organização Básica da Polícia Militar de Alagoas, através do decreto Nº 93.446, 04 de setembro de 2024:

Opm	Localização	Número de câmeras proposto para cada unidade
5ª Seção PMAL	MACEIÓ	0*
COPOM	MACEIÓ	0*
1o BPM	MACEIÓ	80
2o BPM	UNIÃO DOS PALMARES	40
3o BPM	ARAPIRACA	100

4o BPM	MACEIÓ	80
5o BPM	MACEIÓ	80
6o BPM	MARAGOGI	40
7o BPM	SANTANA DO IPANEMA	40
8o BPM	RIO LARGO	30
9o BPM	DELMIRO GOUVEIA	30
10o BPM	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	35
11o BPM	PENEDO	35
1a CPM	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	30
14o BPM	NOVO LINO	40
2a CPM	PARIPUEIRA	20
APM	MACEIÓ	40
BOPE	MACEIÓ	40
BPA	SATUBA	20
BPESC	MACEIÓ	20
12o BPM	MACEIÓ	80
ROTAM	MACEIÓ	80
BPTRAN	MACEIÓ	60
CFAP	MACEIÓ	40
CPRS	SANTANA DO IPANEMA	10
CPRA	ARAPIRACA	10
CPRNZM	UNIÃO DOS PALMARES	10
CPRM	MACEIÓ	10

CPFAZ	MACEIÓ	20
CPRSUL	PENEDO	10
BPRv	MACEIÓ	20
RPMON	MACEIÓ	20
13o BPM	MACEIÓ	80
3a CPM	ATALAIA	20
4a CPM	MARECHAL	20
5a CPM	MACEIÓ	40
6a CPM	BATALHA	20
7a CPM	GIRAU DO PONCIANO	20
8a CPM	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	20
9a CPM	CORURIBE	20
10a CPM	CAMPO ALEGRE	20
COPEs	PÃO DE AÇUCAR	20
CPCHOQUE	MACEIÓ	30
RAIO	MACEIÓ	20
TOTAL PMAL		1500

7.4 Entretanto, por estratégia de planejamento e orçamento, será feita requisição inicial de no mínimo 600, preservando a escalabilidade via registro de preços. Da mesma forma, permitirá que outros órgãos o estado manifestem interesse em indicar a necessidade de câmeras, vindo a participar da ata com quantitativo registrado da mesma forma.

7.5 Soma-se, então, a demanda apresentada pelos órgãos:

7.5.1. Polícia Científica de Alagoas:

Unidade	Cidade	Número de câmeras proposto para cada unidade
POLCAL SEDE E INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	MACEIÓ	150

INSTITUO MÉDICO LEGAL	ARAPIRACA	50
TOTAL ÓRGÃO		200

7.5.2. Polícia Militar do Estado de Alagoas:

Unidade	Cidade	Número de câmeras proposto para cada unidade
CME Comando de Missões Especiais	Maceió - AL	105
TOTAL ÓRGÃO		105

7.5.3. Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
2º BBM	MARAGOGI	Loteamento Praia de Maragogi, 41, “Q” S” LT” 11 – Centro , Maragogi/AL	100
3º BBM	UNIÃO DOS PALMARES	Av Monsenhor Clóvis Duarte de Barros, 571, Centro, União dos Palmares/AL:	100
4º BBM	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Av. Sabiá, s/n - Bairro: Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios – Alagoas:	100
6º BBM	PENEDO	Rua Manoel Barreiros S/N, Santa Luzia, Penedo/AL:	100

7º BBM	ARAPIRACA	Rodovia AL 220, Km 05, Novo Horizonte, Arapiraca /AL:	100
9º BBM	SANTANA DO IPANEMA	Rua Delmiro Gouveia no. 14 – Camuxinga, Santana do Ipanema/AL:	100
BI	MACEIÓ	BR 316, km 275, Av. Deputado Serzedelo de Barros Correia, s/n – Santos Dumont – Maceió/AL;	100
BBS	MACEIÓ	Rua Nossa Sra de Fátima, s/n, Conjunto Rui Palmeira – Serraria – Maceió/AL;	100
BSE	MACEIÓ	BR 316, km 275, Av. Deputado Serzedelo de Barros Correia, s/n – Santos Dumont – Maceió/AL	100
BSA	MACEIÓ	Av. Dr. Antônio Gouveia, s/n – Pajuçara – Maceió/AL;	100
TOTAL ÓRGÃO			1.000

7.5.4. Secretaria de Estado de Ressocialização e Inslusão Social:

Unidade	Cidade	Número de câmeras proposto para cada unidade
COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE MACEIÓ	MACEIÓ	843

Desta maneira, a necessidade deste processo ficou definida em foi de 3.648 câmeras, com distribuição que contempla a possibilidade de atender as unidades operacionais da PMAL.

TEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS A SEREM REGISTRADOS	UNIDADE DE COMPRA	CÓDIGO CAT MAT	CBMAL	PMAL	POLCAL	SERIS	SSP	TOTAL
01	Gravação - Degravação - Imagem / Som / Dados Descrição complementar: Fornecimento de solução de câmeras corporais *Demais especificações do serviço constam no ETP e TR.	Unidade	13749	1.000	105	200	843	1.500	3.648

8. Levantamento de soluções

8.1 Considerando o princípio de uma contratação pública de selecionar a melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda, foram levantadas as seguintes soluções relacionadas:

8.1.1 SOLUÇÃO I: Adoção de câmeras, tipo gopro, fixadas no uniforme do servidor. As câmeras do tipo/modelo possuem características e qualidades de câmeras semiprofissionais sendo versátil para ser utilizada em esportes variados como surf, paraquedismo, automobilismo, montanhismo, motocross. Já utilizadas em veículos, incluindo viaturas policiais, o equipamento faz captura de imagens e de vídeo de forma contínua e em alta qualidade.

8.1SOLUÇÃO II: Contratação de empresa especializada em solução tecnológica para geração de imagem audiovisual A contratação de empresa de monitoramento especializada em geração de imagem por meio de câmeras acopladas no uniforme do agente com software integrado para gerenciamento e demais controle é uma forma de prover o serviço.

9. Análise comparativa de soluções

9.1 Foi, então, realizada análise dentre as soluções levantadas acerca do que possam atender às necessidades da contratação, considerando as possibilidades descritas abaixo, em alinhamento ao inciso II, do art. 11, da Lei nº 14.133/2021:

9.1.1 Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas;

9.1.2 As alternativas do mercado;

9.1.3 A existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações;

9.1.4 As políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;

9.1.5 As necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual (exemplo: mobiliário, instalação elétrica, espaço adequado para prestação do serviço, etc);

9.1.6 Os diferentes modelos de prestação do serviço;

9.1.7 Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;

9.1.8 A ampliação ou substituição da solução implantada; e

9.1.9 As diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento.

9.2 Análise Comparativa de soluções sob os aspectos qualitativos:

REQUISITOS		CENÁRIOS	
		SOLUÇÃO I	SOLUÇÃO II
Negócio	Capturar imagens a partir do agente em atividade	Não atende	Atende
	Transmitir ao vivo as imagens capturadas, para acompanhamento online pela área de controle e despacho	Não atende	Atende
	Transmitir os dados gerados através de uma base alocada na unidade física da Contratante	Não atende	Atende
	Gerenciar, tratar e compartilhar dados e imagens recebidas	Não atende	Atende
	Captura de evidências em forma de vídeos na visão do agente;	Não atende	Atende
	Transmissão ao vivo (live streaming) a partir visão do agente	Não atende	Atende

9.3 Acerca do procedimento licitatório a ser empregado, então, realizada análise dentre as soluções levantadas acerca do que possam atender às necessidades da contratação, considerando as possibilidades descritas abaixo, em alinhamento ao inciso II, do art. 11, da Lei nº 14.133/2021:

9.4 Ainda, seguindo as exigências do Art. 7º inciso III do decreto 90.381/23, identifica-se a contratação de fornecimento de solução de câmeras corporais, conforme Nota Técnica SENASP nº 14/2024 como alternativa mais adequada para o objeto, nesse contexto as soluções de mercados mais viáveis estão apresentadas na tabela abaixo:

Numeração	N ° da Solução	Apresentação da Solução
1	Processo licitatório para contratação do serviço - Pregão Eletrônico	<p>Quanto a contratação do serviço por meio da modalidade Pregão na sua forma eletrônica, temos como vantagens e desvantagens:</p> <p>Vantagens: Possibilita a Administração Pública definir o quantitativo exato do item a ser contratados</p> <p>Desvantagens: Com a possibilidade de futura ampliação e de que outras unidades gestoras realizem a mesma contratação, essas possibilidade não poderiam ser contempladas.</p> <p>Nesse sentido, considerando que as desvantagens se sobressaem as vantagens, na medida em que pode-se não obter êxito na contratação do objeto correto, entende-se que a opção, no momento é inviável.</p>
2	Adesão a Ata de Registro de Preços válida	<p>Quanto ao segundo cenário analisado, qual seja, Adesão a Ata de Registro de Preços - ARP de órgãos em vigor, visando atender a demanda apresentada, destaca-se.</p> <p>Vantagens: A celeridade no processo, visto que a etapa seguinte seria apenas a solicitação de adesão ao órgão gerenciador e, em caso da resposta positiva, o órgão gerenciador encaminharia a cópia da Ata de Registro de Preços e do Edital de origem para o pleno cumprimento "adesão" pelo órgão interessado, visto que os demais artefatos já estão produzidos.</p> <p>Desvantagens: Quanto ao óbice neste segundo cenário podemos destacar a dificuldade em encontrar uma que ATA contemple os quantitativos e especificações de forma que atenda as demandas do órgão gerenciador.</p> <p>Nesse sentido, entende-se a utilização deste cenário como inviável para o atendimento à demanda, no momento</p>
3	Sistema de Registro de Preços	<p>Em um terceiro cenário temos a possibilidade de adquirir os objetos por meio de Sistema de Registro de preços - SRP.</p> <p>Vantagens: Destaca-se como vantagem a possibilidade do processo licitatório atingir melhores valores, uma vez que uma das etapas previstas para o Registro de Preços é a abertura para as Intenção de Registro de Preços - IRP, o que aumentaria consideravelmente o quantitativo a ser adquirido, atendendo eventual expansão do sistema e eventuais outras unidades gestoras.</p> <p>Desvantagens: A desvantagem dessa modalidade seria o surgimento de novos produtos, o que poderia ocorrer uma variação nos preços de mercado.</p>
4	Contratação por Inexigibilidade de licitação	<p>O quarto cenário traz a possibilidade da contratação por Inexigibilidade de licitação.</p>

		<p>Vantagens: contratação ocorre de maneira mais célere tendo em vista, que o processo licitatório em sua forma ordinária prevê a existência de competitividade entre as empresas Licitantes, assim, por se tratar de uma contratação com apenas um fornecedor/fornecedor exclusivo o rito processual tende a caminhar mais rápido.</p> <p>Envolve um estudo mais detalhado sobre o objeto pretendido no que diz respeito a pesquisa de fornecedores, qualidade do produto e o atendimento da necessidade da Administração Pública.</p> <p>Desvantagens: A ausência da disputa em um certame licitatório pode, tornar a contratação do objeto menos econômica para a administração.</p>
--	--	---

9.5 Diante dos cenários apresentados, vale destacar, que a competitividade entre os pretensos fornecedores é de crucial importância, cujo objetivo é atender as necessidades da Administração Pública com produtos de qualidade e de menor custo.

9.6 Em análise de opções menos onerosas para Administração, como locação, prestação de serviço ou chamamentos públicos de doação e permuta, estas não se aplicam pois tratam-se de materiais de alto valor agregado e com data de validade estabelecidos.

9.7 Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços tem se mostrado mais vantajoso economicamente, visto que ele compreende as demandas de várias unidades da PMAL, reduzindo o número de licitações redundantes, proporcionando rapidez na contratação e a total liberdade para o órgão público, que pode ou não efetuar a contratação.

9.8 Ainda que, há relevância na implementação do projeto de várias unidades da polícia militar alagoana, até mesmo noutras secretarias de estado, a citar: Secretaria de Estado da Ressocialização e Secretaria de Prevenção. Entretanto, há recurso disponibilizado e definido para implantação imediata de 600 bodycams, portanto, vislumbrando a possibilidade de ampliação e atendimento a outras unidades gestores opta-se pelo registro de preço.

9.9 Conclui-se, pois, pela escolha da Solução Nº 3, Sistema de Registro de Preços, tratar-se da opção mais vantajosa para a Administração, cujo mercado, considerados produtos, fabricantes e fornecedores, não apresenta restrições, revelando-se competitivo.

9.10 Funda-se ainda a opção pelo Sistema de Registro de Preços no art. 3º, inciso III, do Decreto Estadual 95.019/2023:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

[...]

III – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

9.11 Assim sendo, o Sistema de Registro de Preços se manifesta enquanto melhor opção para atendimento de eventual expansão do projeto, bem como, eventual atendimento de outros órgãos do estado.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1 SOLUÇÃO I:

10.1.1 Adoção de câmeras, tipo *gopro* fixadas no uniforme do servidor

10.1.2 A solução é voltada para esportes variados, como surf, paraquedismo, automobilismo, montanhismo, motocross, entre outros.

10.1.3 Sua utilização mostra certa compatibilidade com o requisito de uso, no entanto, carece de componentes e de serviços para a custódia.

10.1.4 Tratando-se de aquisição, os custos seriam extremamente elevados.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 Essa tabela apresenta uma visão detalhada dos custos de aquisição, infraestrutura, manutenção, suporte técnico e operação para cada alternativa avaliada.

Critério	Solução I	Solução II
Custo de Aquisição do Dispositivo	R\$ 2.000,00 - R\$ 2.900,00 por unidade	R\$ 666,67/mês por unidade
Custo de Infraestrutura	Alto (adequações físicas e lógicas em todas as unidades operacionais)	Nenhum (tudo por conta a contratada)
Custo de Manutenção	Alto (troca de dispositivos com defeito, atualização de software), após a garantia de 12 meses	Nenhum (tudo por conta a contratada)
Custo de Suporte Técnico	Alto (suporte técnico remoto e presencial conforme necessidade)	Nenhum (tudo por conta a contratada)
Custo Operacional (plano de dados, redes, etc.)	Alto (plano de dados para conectividade, R\$ 2.000,00/mês/unidade operacional)	Nenhum (tudo por conta a contratada)
Custo Total Estimado (por unidade)	Mínimo de R\$ 48.000,00/mês + R\$ 2.000,00/equipamento (considerando aquisição + operação por 2 anos)	R\$ 16.000,08/unidade (considerando operação por 2 anos)

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1 A Solução contempla todos os softwares e hardwares necessários para seu perfeito funcionamento, cuja composição macro está dividida em:

12.1.2 Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais com respectivo acesso de usuários (Digital Evidence Management System - DEMS);

12.1.3 Armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage;

12.1.4 Infraestrutura para transmissão dos dados das COP para datacenter em Cloud Storage e docas para carregamento de baterias;

12.1.5 Infraestrutura para acionamento remoto das câmeras por computadores e dispositivos móveis; Tecnologia para livestreaming para computadores e dispositivos móveis;

12.1.6 COP - Câmera Operacional Portátil com conectividade à rede de dados e acessório de fixação no uniforme.

12.2 Os tópicos trazem as especificações técnicas mínimas dos itens para atendimento das necessidades operacionais da PMAL:

12.3 Software de Gerenciamento e Custódia de Evidências Digitais – DEMS (DIGITAL EVIDENCE MANAGEMENT SYSTEM):

12.3.1 Sistema que controlará os dados produzidos pelas COP e outros sistemas de produção de evidência digitais, desde a sua tomada no local dos fatos até o seu compartilhamento ou envio definitivo a outros órgãos ou expurgo do sistema. O texto abaixo descreve, como um todo, os requisitos do software de gerenciamento e custódia de evidências digitais (DEMS – Digital Evidence Management System) de forma didática para nos itens seguintes descrevê-los com maior detalhe. Cabe esclarecer que os conteúdos dos itens abaixo também são requisitos do software DEMS:

12.3.2 O software deve ser especializado no gerenciamento, compartilhamento e custódia de evidências digitais para departamentos de polícia. Isto significa que deve haver rigoroso controle sobre a cadeia de custódia já a partir da criação do arquivo na câmera e por todo período de custódia estabelecido no contrato;

12.3.3 O software deve permitir que sejam criadas instâncias independentes para as diversas estruturas da PMAL, cada entidade receberá uma instância individualizada do software de Gestão de Evidências, podendo administrá-la isoladamente sem custo adicional a CONTRATANTE.

12.3.4 O sistema deve garantir que os arquivos gerados pelas câmeras serão os mesmos custodiados no software até seu emprego como prova pelo Poder Judiciário ou órgãos administrativos;

12.3.5 Deve haver certificação no software atestando que o arquivo gerado na câmera é idêntico ao custodiado no sistema, bit a bit, por meio de certificações eletrônicas mediante algoritmo de integridade (hash) do tipo SHA-2 ou superior;

12.3.6 O software deve possuir sistema de busca complexo que abranja pesquisas por identificação do policial, talão de ocorrência, intervalo de datas e horas e minutos, data de expurgo, tags e classificações criadas pela PMAL no software (metadados), tipo de arquivo e número do equipamento;

12.3.7 Os metadados, tanto inseridos nas câmeras como no software, devem ser pesquisáveis, filtráveis e buscáveis;

12.3.8 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados em campo (rua, local da operação) pela própria COP ou por meio de API de dispositivo móvel,

12.3.9 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados forma remota (rua, local da operação) através de API na plataforma de gestão das câmeras, permitindo que o policial ou o COPOM remotamente através de integração via API possa inserir o boletim de ocorrência, classificar o vestígio e outros metadados, sendo as API compatíveis com as câmeras e sistemas de gerenciamento de ocorrência empregados na PMAL (a citar: CAD e Quimera e outros softwares que venham as substituí-los).

12.3.10 Os metadados deverão ser gravados no arquivo da câmera de forma a serem descarregados ao sistema e permitir o seu gerenciamento;

12.3.11 Não serão aceitas soluções que, por meio da câmera, do sistema, por aplicativo, ou qualquer outro meio, permita a alteração dos metadados gerados pela câmera no momento da coleta dos vestígios, ou seja, se houver a necessidade de inserção de metadados após a gravação realizada, este deverá ser adicionado em campo específico e como informação complementar, não podendo ser deletados ou alterados após serem salvos, devendo as retificações ocorrer sempre em complemento.

12.3.12 Nas câmeras que não possuem capacidade de inserção de metadados, os requisitos deverão ser aplicados ao app do smartphone (Android e iOS), ou por meio do DEMS, e todo o processo de inserção de metadados deverá ser realizado exigindo autenticação por usuário e senha;

12.3.13 A inserção deverá ocorrer sempre em complemento aos metadados coletados durante a gravação, ou inseridos pelo usuário, não podendo ser alterados ou suprimidos;

12.3.14 Deverá ser permitida a inserção de metadados via API com os sistemas da contratante (Quimera e CAD).

12.3.15 A estrutura de usuários e grupos deve permitir que a PMAL possam representar sua estrutura hierárquica com permissões atribuíveis de maneira como o serviço se organiza pela cultura institucional. Isto significa que usuários ou grupos possam ser configurados a atender o nível de execução, nível de supervisão, nível gerencial, nível administrador do sistema, administrador de usuários, administrador de equipamentos;

12.3.16 O software deve permitir a revisão eletrônica das evidências, no mínimo, pelo nível supervisão e gerencial com ferramentas de anotações da fiscalização e resultado da revisão. Os usuários, previamente habilitados para essa função, poderão revisar evidências digitais e avaliar os serviços prestados por seus subordinados. Assim, o DEMS deve possuir ferramentas para anotações das observações do supervisor e lista de resultado a ser escolhida pelo usuário nesta função.

12.3.17 Quantidade de vídeos por usuário, classificados por usuário supervisor, por metadados fornecidos pela CONTRATANTE. (Exemplo: Quantos vídeos de um determinado usuário que foram classificados com o metadado "Orientação Verbal").

12.3.18 Relatório de classificação de resultados de revisão por usuário com possibilidade de escolha temporal (Data /Período);

12.3.19 Os metadados para classificação da revisão dos vídeos serão fornecidos pela PMAL. A contratada terá 3 (três) meses, a partir do recebimento da ordem de serviço, para produzir as alterações necessárias ao funcionamento do recurso no software. Ressalta-se que o prazo de 3 meses é apenas para incluir os metadados que serão fornecidos pela PMAL, no entanto, os recursos de revisão deverão estar presentes no software na apresentação das amostras e para execução do caderno de testes;

12.3.20 O software deve gerar relatórios de auditoria gerais sobre usuários, grupos, câmeras, evidências, acessos e utilização do sistema, a fim de que se tenha um registro pesquisável sobre tudo o que um usuário ou grupo de usuários fez no sistema, bem como de atividades realizadas na câmera e que o próprio DEMS executa e gerencia. Abaixo, segue uma lista de relatórios obrigatórios:

12.3.21 Quantidade de evidências digitais por usuários, grupos, Companhias PM, Batalhões, Grandes Comandos e Geral no caso da PMAL.

12.3.22 Relatório de logs de usuários no sistema que descreve todas as atividades realizadas no DEMS e na câmera pesquisáveis por período;

12.3.23 Relatório de evidências digitais não categorizadas/classificadas exibindo lista de evidências digitais que não foram incluídas em categoria ou classificadas por usuário e grupo de usuários;

12.3.24 Relatório de uploads de evidências digitais. Deve apresentar uma lista com a quantidade de evidências digitais que subiram à nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage (upload), total em horas, em tamanho de megabytes/terabytes e médias por mês;

12.3.25 Relatório de compartilhamento de evidência digital por usuário contendo data/hora, ID do usuário e ID de destino;

12.3.26 Relatório de Inventário de todos os dispositivos (câmeras) da PMAL. Deve exibir uma lista com as seguintes informações: Modelo do equipamento, número do equipamento, número de série, status de atribuição (atribuída a um usuário/não atribuída), ID do usuário atribuído, versão de firmware, último upload, última conexão na doca, ajustes de volume, luzes de indicação e ajustes de modo velado (ligado/desligado);

12.3.27 Relatório de evidência criado. Deverá exibir uma lista com as seguintes informações: ID da evidência, status (se ativa ou apagada), grupo, data de upload, data de modificação, data/hora/segundos do início da gravação da evidência, data/hora/segundos do final da gravação da evidência, tipo de evidência (foto/vídeo/áudio), tipo de arquivo (MPEG, JPEG, etc.), tamanho em megabytes, duração da evidência em segundos, ID do usuário criador, grupo do usuário criador, ID do usuário que apagou a evidência e seu respectivo grupo, ID do usuário que fez upload da evidência e seu respectivo grupo, coordenadas de GPS, Device ID que criou o vídeo, número de série do equipamento e Hash/Checksum (autenticação) da evidência;

12.3.28 Relatório auditoria da câmera;

12.3.29 Relatório auditoria do usuário; 12.3.30
Relatório auditoria da evidência;

12.3.31 O software DEMS deve possuir o recurso de pesquisa de evidências por coordenadas de GPS em um mapa geográfico. O recurso deve funcionar da seguinte forma ou semelhante: Ao se determinar uma pesquisa por um endereço, CEP ou um zoom no mapa do estado de Alagoas todas as evidências num determinado período e área devem aparecer posicionadas no mapa por meio das coordenadas de GPS do arquivo. As evidências encontradas devem ser acessíveis à visualização. Este recurso é de extrema importância para relacionar evidências digitais a uma ocorrência policial ocorrida permitindo à investigação ferramenta ágil para pesquisar toda a prova em vídeo produzida pela polícia em determinada área. As evidências encontradas devem permitir seleção para inclusão em casos ou serem compartilhadas. Este recurso é obrigatório e fará parte do caderno de testes. Não se admitirá prazo para desenvolvimento durante o contrato;

12.3.32 O software deve possuir recurso para unificar as evidências de um evento. Por exemplo, há sistemas que reúnem todas as evidências de um evento produzidas por mais de um policial por meio de localização geográfica e há sistemas que se utilizam de um ID do incidente inserido pelo policial com metadado para unificar as evidências num mesmo evento. O importante é que o sistema possa unificar todas as evidências geradas pelos policiais em uma mesma ocorrência policial de forma automática por inteligência do software ou pela inserção em campo (na rua, no local da operação) pelo policial de metadados, sem que haja necessidade de intervenção de outros policiais administrativos para fazê-lo. Imagine-se uma ocorrência policial em que muitos policiais comparecem para o atendimento. Apenas um policial será o responsável por escriturar o fato. Este fato recebe do COUm número de protocolo único no dia para todo o estado de Alagoas. Porém todos os policiais que compareceram na ocorrência em apoio ao policial responsável também produziram evidências digitais do evento. A exigência descrita se aplica a este exemplo;

12.3.33 O software deve unificar as evidências produzidas de forma automática e inteligente ou permitir que os policiais insiram, em campo (na rua, no local da operação), o número do talão do COPOM como metadado e assim permita a busca e a visão de todas as evidências de um fato. Isto é imprescindível pois a premissa é de que a implantação das Câmeras Operacionais Portáteis não pode impactar o efetivo operacional e muito menos empregar policiais em funções administrativas para gerir e organizar o storage;

12.3.34 A unificação ou agrupamento de evidência, quer seja por busca, filtro ou agrupamento é muito importante para o compartilhamento das provas de um evento com os órgãos que orbitam os serviços prestados pela PMAL;

12.3.35 O player de vídeo no software deve permitir zoom na imagem em movimento, congelamento de imagem, avanço e retrocesso com controle de velocidade, maximização da janela para reprodução em tela cheia e capacidade para exibir frame a frame;

12.3.36 O software DEMS deve possuir ferramentas integradas de redaction (edição de vídeo) com capacidade de inserir máscaras de “desfoque” com inteligência artificial de busca por face ou objeto (placas de carro e telas de computador, no mínimo) de forma a agilizar o processo de edição de evidências para publicação à sociedade quando necessário. O referido software deverá ter a capacidade de processar os frames em lote. Isto significa que, ao aplicar uma máscara sobre a face de uma pessoa ou a placa de um carro, está se propague por todos os frames do vídeo. (Serão admitidos pequenos ajustes manuais quando por movimentos rápidos do objeto ou quando da entrada e saída do objeto do frame);

12.3.37 Óbvio salientar que a edição de uma evidência deve ser feita em uma cópia gerada pelo sistema, a fim de preservar a evidência original intacta;

12.3.38 O Software DEMS deve permitir a criação de clipes de vídeos dentro da ferramenta redaction a fim de permitir que se extraiam partes de evidências digitais com momentos de interesse. Estes clipes devem ser cópias do arquivo original, a fim de não comprometer ou destruir a evidência registrada e arquivada no sistema;

12.3.39 O software deve estar preparado para utilizar as câmeras por escala de serviço e que deve haver um módulo específico para que policiais do serviço de dia (policial responsável pela entrega e recebimento do equipamento) ou supervisores possam atribuir câmeras aos policiais em dada escala de serviço;

12.3.40 O software deve oferecer um recurso de upload de imagem, vídeo ou áudio para que possam ser arquivadas evidências coletadas em campo pelos policiais, dados colhidos de Drones, imageador de aeronaves policiais e videomonitoração da ordem de 50 Terabytes por ano;

12.3.41 O software deve oferecer a possibilidade de classificar, inserir número de talão de ocorrência do COPOM e outros metadados, para permitir a unificação das evidências coletadas em campo com aquelas produzidas pelas câmeras operacionais portáteis (muitas vezes, para um mesmo evento, temos imagens captadas por sistemas privados de segurança, celulares de vítimas e testemunhas, além de outros serviços da polícia como o helicóptero, os drones e as câmeras fixas da PMAL). Estes dados também são evidências que precisam ser custodiadas. No entanto, a recorrência desse fenômeno é baixa, razão pela qual foi apresentado o cálculo de 50 Terabytes de storage por ano;

12.3.42 As licenças de usuários do software que não gerem upload de dados devem ser ilimitadas. As licenças que gerem upload ficam limitadas (exceção feita aos usuários de câmeras operacionais portáteis) aos 50 Terabytes anuais descritos no item anterior;

12.3.43 Em função da necessidade dos serviços, o sistema deverá atender aos seguintes requisitos básicos dentro de um Plano Corporativo:

12.3.43.1 Acesso ao software nas sedes descritas neste projeto, acesso remoto, via web e por meio de aplicativo em plataformas mobile, a todos usuários cadastrados no sistema;

12.3.43.2 Fornecimento de solução de gerenciamento dos serviços contratados (gestor on-line), disponível na Rede Internet, com acesso via Web Browser, que possibilite a administração de todos os dados gerados pelas câmeras, em tempo real, disponível 24 horas por dia, 07 dias por semana, gerenciado pela Polícia Militar do Estado de Alagoas;

12.3.44 As licenças de software necessárias para o funcionamento da solução devem ser fornecidas pela contratada. Não poderão ser cobradas licenças de usuários internos ou externos à Polícia que não tenham autoridade para realizar upload de dados. A inserção de usuários sem capacidade de upload de dados deve ser ilimitada;

12.3.45 Usuários com capacidade de upload de fonte externa (as COP não são consideradas usuários) ficam restritos a 50 Terabytes por ano de contrato;

12.3.46 O software deve permitir que dados enviados a usuários sejam totalmente rastreáveis e identificáveis (exemplos: Hash, CheckSUM, SHA-2, etc.);

12.3.47 A visualização dos vídeos deve conter a identificação do usuário ou câmera com inserção de marca d'água (a identificação do usuário pode ser feita por caracteres rastreáveis). Isto vale para todas as plataformas de exibição, quer seja por meio de streaming para dispositivos mobile ou acesso web.

12.3.48 Importante ressaltar que a identificação do usuário na reprodução da evidência digital não pode produzir alteração no arquivo original, pois é fundamental para a manutenção da cadeia de legitimidade da prova junto ao poder judiciário. O software deve garantir, por meio de relatório de controle e segurança, que a evidência digital é original e não foi alterada, a fim de garantir prova legítima, sem necessidade de perícia autenticadora. Caso a PMAL entenda que a marca d'água apresentada necessite alteração para atender às suas necessidades, será concedido prazo de até 3 (três) meses, após o recebimento da Ordem de Serviço, para alteração do formato.

12.3.49 O software de GERENCIAMENTO, COMPARTILHAMENTO E CUSTÓDIA DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS (DEMS) deverá possuir as seguintes características mínimas de funcionamento, sendo instalado na nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, juntamente com o armazenamento;

12.3.50 Deverá ter controle de acesso ao software, por meio de autenticação de usuários;

12.3.51 Possibilitar execução de serviços de autonomia para expurgo de dados armazenados, com periodicidade configurável;

12.3.52 Permitir a reprodução dos vídeos catalogados;

12.3.53 Permitir a gravação de trechos selecionados;

12.3.54 Permitir a conversão ou a reprodução dos arquivos nos formatos mais comumente reconhecidos pelos reprodutores de vídeo: mp4, avi, H264 - MPEG4;

12.3.55 Possibilitar a inserção de metadados na geração do arquivo (Talão de ocorrência, ID do policial);

12.3.56 Permitir identificação do policial, por meio de Registro Estatístico em metadados, possibilitando pesquisa no arquivo via software;

12.3.57 Permitir interligação e troca de informação entre o sistema de armazenamento em nuvem e backup em co- location numa estrutura de storage da CONTRATADA e equipamento de gravação (COP);

12.3.58 Permitir o gerenciamento personalizado com adição de administradores e níveis de acesso a usuários, revisão, exclusão, bloqueios e logs de operação;

12.3.59 Os perfis de gerenciamento acima descritos devem ser aderentes a matriz organizacional da CONTRATANTE, a fim de permitir gestão por grupos de usuários;

12.3.60 Permitir a realização, na própria plataforma, da revisão dos vídeos a serem feitas por policiais em níveis de supervisão e gerenciamento.

12.3.61 Permitir a busca de arquivos por número de câmeras (Device ID), data-hora, identificação do policial, identificação da OPM, por coordenadas GPS, por logradouro, CEP, pelo próprio nome do arquivo e por metadados criados pelos usuários ou gerados pelo sistema;

12.3.62 Permitir o envio de dados por meio de link URL (Uniform Resource Locator) obrigatoriamente. A contratada poderá oferecer outros métodos de gravação (SDCard, PenDrive ou outro meio físico externo) que se somarão aos requisitos obrigatórios;

12.3.63 O software ofertado também deve possibilitar o armazenamento de mídias geradas de fontes diversas da COP que acompanha a Solução, ou seja, deve permitir que dados de vídeo/áudio/foto geradas por outros dispositivos possam ser armazenados de forma automatizada ou por ação de um operador do sistema até o limite de 50 Terabytes por ano. A proponente deverá considerar como formato de vídeo/áudio/foto os seguintes: avi, mp4, H264-MPEG4 (ou superior) /WMA, AAC, WAV/JPEG, consequentemente.

12.4 ACIONAMENTO REMOTO, livestreaming e POSICIONAMENTO GLOBAL POR GPS:

12.4.1 A solução apresentada deve permitir a transmissão ao vivo de qualquer COP para o COPOM da Polícia, computadores ou dispositivos móveis. A transmissão online pode ser realizada em baixa resolução, adaptável à disponibilidade de banda no momento da transmissão, no entanto, o arquivo original deve ser gravado na memória da COP e na resolução estabelecida nestas especificações;

12.4.2 A CONTRATADA deve fornecer o SIM Card ou eSIM e o respectivo plano de dados para o acionamento remoto, livestreaming e GPS ativo para toda a vigência do contrato;

12.4.3 A solução apresentada deverá permitir a transmissão pela COP remotamente, a partir de um Centro de Operações da Polícia - COPOM, computadores e dispositivos móveis. O acionamento remoto e o livestreaming devem estar disponíveis a qualquer momento;

12.4.4 Não poderá haver limitação ou cobrança de licenças para acesso remoto ou livestreaming. Os recursos devem estar disponíveis para a quantidade de câmeras contratadas e para a quantidade de usuários que a PMAL atribuir tal permissão.

12.5 Armazenamento:

12.5.1 Os arquivos gerados pelas câmeras deverão ser armazenados em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Petabyte), às custas da contratada, a ser instalado no datacenter da contratante, localizado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió/AL.

12.5.2 Todo o hardware e software para o armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage é de responsabilidade da CONTRADA;

12.5.3 Referente à co-location nas instalações da contratante todo o hardware e a infraestrutura necessária, exceto obras de alvenaria, para alocação dos servidores e para o storage são de responsabilidade da CONTRATADA; a CONTRATANTE deverá disponibilizar somente espaço físico nas suas dependências para instalação do servidor DEMS/sistema e do storage.

12.5.4 Para armazenamento, seja em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, os arquivos devem estar disponíveis para visualização imediata (hot storage) durante 30 (trinta) dias, com no máximo 120 segundos de tempo de espera entre a requisição e o recebimento do arquivo;

12.5.5 Atingido o prazo de 30 dias, os vídeos, metadados e demais informações referentes aos vídeos poderão ser movidos para uma área fria de armazenamento, permanecendo até o prazo máximo exigido de armazenamento.

12.5.6 O sistema deverá obrigatoriamente permitir a configuração de políticas de expurgo de dados e arquivos com no mínimo os critérios baseados em tempo, classificação dos arquivos conforme os tipos (vestígio, evidência, prova) definidos pela Contratante;

12.5.7 Todos os dados marcados para exclusão, devem ser excluídos de forma que não possam ser recuperados; A exclusão deve seguir as definições da Lei Geral de Proteção de Dados;

12.5.8 O Sistema deverá gerar relatórios comprovando a exclusão dos arquivos do armazenamento, indicando se houve compartilhamento para qualquer outro local.

12.5.9 As trilhas de auditoria das exclusões deverão ser armazenadas no sistema da contratante;

12.5.10 Os meios de transmissão de dados serão de total responsabilidade da Contratada, observando a obrigatoriedade de que esta deverá comportar a quantidade/volume de dados de forma estável, ou seja, na máxima resolução, sem falhas, do local em que o ponto de coleta de imagens se encontra instalado;

12.5.11 Em caso de interrupção do link, os ativos digitais deverão permanecer na memória interna da câmera, e tão logo o link seja recuperado, os ativos digitais deverão ser transmitidos imediatamente, devendo ser excluídos da memória interna apenas após total transmissão;

12.5.12 Os dados coletados e que estiverem compondo procedimentos apuratórios ou processos judiciais serão descartados conforme previsão da política de expurgo deste Termo de Referência;

12.5.13 Após a entrega oficial dos dados para a Contratante com a confirmação de recebimento, a Contratada deverá destruir toda e qualquer informação gerada pelo Sistema que esteja em sua posse, devendo encaminhar comprovação à Contratante;

12.5.14 O armazenamento deverá garantir total segurança e confidencialidade dos dados no tocante ao acesso dos usuários;

12.5.15 O armazenamento em nuvem deverá estar localizado em datacenter com certificação mínima Tier III, que deverá ser comprovado por meio de certificação.

12.5.16 Independente do download realizado, os dados originais deverão ser mantidos no armazenamento até o prazo de seu descarte, não podendo haver alteração em suas certificações eletrônicas;

12.5.17 Em caso de download, original ou editado, o log/auditoria deverá identificá-lo com a certificação eletrônica, devendo esta ser demonstrada bit a bit;

12.5.18 Os relatórios de auditoria deverão ser armazenados até o final do Contrato, devendo ser entregues à Contratante.

12.5.19 As imagens deverão permanecer arquivadas e geridas pelo DEMS durante a vigência contratual com acesso imediato on time (vídeos de acionamento voluntário (INTENCIONAL) por 365 dias.

12.5.20 O armazenamento em nuvem deve garantir total segurança e confidencialidade dos dados no tocante ao acesso aos usuários, com criptografia dos dados armazenados;

12.5.21 Deverá permitir o emprego de software de inteligência artificial;

12.5.22 Para garantir a disponibilidade dos serviços, a nuvem deve estar localizada em Data Center com certificações mínimas: ISO 27001, ISO 27017 e ISO 27018 ou suas variantes nacionais ABNT NBR nominais ao fabricante da Plataforma de Gestão de Evidências;

12.5.23 Alta disponibilidade garantida por SLA, conforme níveis definidos neste Termo de Referência;

12.5.24 Possuir Firewall, antivírus, anti-malware;

12.5.25 Possuir armazenamento de alta performance;

12.5.26 Para confidencialidade e alta segurança, os dados armazenados no servidor de armazenamento em nuvem deverão ser protegidos com acesso através de usuário e senha de no mínimo 6 (seis) dígitos alfanuméricos, além de autenticação de duplo fator através de códigos descartáveis (one-time password) enviado via e-mail, SMS ou aplicativo de autenticação.

12.6 Requisitos para Dock Stations (Docas):

12.6.1 Para cada sede descrita neste documento, a infraestrutura deverá garantir que os dados das COP de um turno de serviço de 12 (doze) horas sejam transferidos para o armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, em, no máximo, 8 (oito) horas. Ao mesmo tempo, as baterias devem ser totalmente recarregadas em, no máximo, 8 (oito) horas.

12.6.2 A infraestrutura deve ser instalada adotando-se todas as providências para adequação da rede elétrica para o seu funcionamento e segurança;

12.6.3 A adequação da infraestrutura compreende também a instalação de quadros de energia, disjuntores, fiação elétrica e tomadas, a fim de propiciar um layout consonante com o melhor acondicionamento dos equipamentos e melhor facilidade de manuseio;

12.6.4 Para recarregamento das baterias não serão aceitos carregadores individuais pois as sedes têm apenas um ou dois pontos de energia elétrica e não é razoável fornecer carregadores individuais para que cada um seja ligado a uma tomada. A contratada deve oferecer um método de recarregamento de todas as baterias eficiente e seguro dentro dos prazos previstos neste Termo de Referência;

12.6.5 O volume de dados do Cloud Storage deve ser suficiente para atender a solução contratada com as especificação de qualidade e prazo de armazenamento. A contratada deverá usar as suas métricas (tamanho dos arquivos por hora) para ajustar os cálculos à sua realidade;

12.6.6 A política de retenção de evidências digitais para este sistema é de 1 ano. Significa dizer que há que considerar no cálculo que as evidências digitais só poderão ser expurgadas após um ano no storage.

12.6.7 Os links de transmissão de dados para a nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage e para a operação do software de custódia deverão ser fornecidos pela contratada, pois fazem parte da solução;

12.6.8 Os sistemas de transmissão de dados para acionamento remoto das COP e transmissão ao vivo (livestreaming) para computadores e dispositivos móveis deverão ser fornecidos pela CONTRATADA como parte da solução (SIM CARD ou eSIM com respectivo plano de dados em operadora que tenha área de cobertura em todo estado de Alagoas, podendo ainda ser utilizado mais de uma operadora M2M);

12.6.9 Não será utilizada a rede pública (governo) para esta solução.

12.7 Software da Câmera Operacional Portátil:

12.7.1 Deve permitir a visualização, no display de informações básicas, da carga da bateria;

12.7.2 O software da COP ou o device que a acompanha deve permitir que o policial classifique os dados antes de upload ao storage;

12.7.3 Permitir a fácil e célere classificação dos vídeos/áudios, por inserção de metadados, conforme as categorias estabelecidas pela PMAL. Como exemplo:

12.7.3.1 Polícia Judiciária Militar;

12.7.3.2 Polícia Judiciária (PJ);

12.7.3.3 Polícia Administrativa (PA);

12.7.3.4 Teste (T);

12.7.3.5 Acidental (Ac);

12.7.3.6 Treinamento (Tr);

12.7.3.7 Notificação de trânsito;

12.7.3.8 Abordagem/Fiscalização;

12.7.3.9 Orientação ao Público.

12.7.4 Permitir a inserção do ID do incidente (Código de ocorrência ou pasta do COPOM);

12.7.5 Permitir a inserção de metadados do Manual de Codificação da PMAL;

12.7.6 A customização acima descrita deverá ser realizada no prazo de até 03 meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

12.7.7 Os requisitos deverão ser aplicados através de app no smartphone (Android e iOS);

12.7.8 O nome do arquivo ou código não deve ser alterado quando o vídeo for transferido da Câmera Operacional Portátil para o sistema de armazenagem em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage. A composição do nome do arquivo deve carregar informações que permitam a consulta, a fim de identificar o usuário, data e hora;

12.7.9 O arquivo, obrigatoriamente, deverá carregar as seguintes informações consultáveis que podem ser em metadados: identificação da câmera, identificação do policial militar, data, hora, minutos, segundos e o número do arquivo;

12.7.10 O nome do arquivo deverá constituir-se de um número único, como também para a identificação do equipamento (não poderá haver nenhuma COP com mesma numeração e nenhum arquivo com mesmo nome);

12.7.11 Os caracteres no nome do arquivo ou o código deve indicar quando uma única gravação foi dividida em mais de um arquivo;

12.7.12 Os arquivos já gravados na câmera não deverão ser perdidos por falha na alimentação de energia (Bateria esgotada);

12.7.13 Permitir reprodução de vídeo/áudio do conteúdo com avanço/retrocesso controlável, pausa e todas as operações básicas de reprodução de vídeos/áudios, com exceção do comando apagar, copiar, duplicar, editar ou qualquer outro que possa comprometer a segurança da cadeia de custódia, quando acessado diretamente a câmera por dispositivo auxiliar;

12.7.14 O software da COP deve permitir o modo velado (stealth), ou seja, que todas as emissões de som e luz sejam desabilitadas e, mesmo assim, garanta a gravação de dados;

12.7.15 O modo velado deve possuir recurso que evite o acionamento acidental. Pode, por exemplo, ser por botão físico exclusivo ou não, pressionando-o por mais de 3 segundos;

12.7.16 Alarmes de áudios bem como função vibração para as funções de liga/desliga, gravar, pausar/finalizar gravação, indicação de gravação em curso, bateria fraca e memória reduzida;

12.7.17 Garantir que os arquivos sejam registrados, codificados e protegidos, sem a possibilidade de exclusão no equipamento, para garantir a cadeia de custódia da prova;

12.7.18 Gerar arquivos de LOGs com o histórico de utilização da COP, para possibilitar a informação precisa do que aconteceu com a COP, contribuindo para auditar comandos realizados no equipamento, além de permitir a associação dos dados da COP com as ocorrências.

12.7.19 O Sistema operacional e Firmware da COP devem ser do mesmo fabricante do Hardware da COP, comprovado através de documentação fornecida pelo fabricante.

12.8 COP - Câmera Operacional Portátil:

12.8.1 As Câmeras Operacionais Portáteis deverão ser fornecidas com todos os acessórios necessários para operação na PMAL, com as características descritas abaixo:

12.8.2 O ângulo do campo de visão da lente deve ser de, no mínimo, 120° na horizontal e 65° na vertical ou no mínimo 140° diagonal;

12.8.3 Em todos os tipos de câmera deverá haver luzes dedicadas a informar ao cidadão (frente da câmera) que o equipamento está gravando uma cena. As luzes devem ser fortes e de tamanho suficiente para que uma pessoa perceba o recurso de dia e a uma distância mínima de 5 metros, quando em pé e defronte a um Policial. Não serão aceitas luzes de indicação para o operador da câmera (leds que indicam ao operador se o equipamento está gravando ou em modo de espera etc.) ou reconfiguração de leds destinados originalmente a outra finalidade. A luz de indicação ao cidadão deve ser projetada para essa finalidade. Deve haver luzes de indicação ao operador diferente daquelas destinadas a informar aos cidadãos que a cena está sendo gravada;

12.8.4 As lentes e sensores da câmera devem fazer parte do corpo do equipamento. Isso significa que não serão admitidos lentes ou sensores acoplados ao corpo principal por fios, cabos ou conexões sem-fio, em razão de se tratar de equipamento para missões críticas policiais. Exemplo: equipamentos em que o gravador se compõe por um corpo e a lente por outro, unidos por um cabo ou conexão sem fio;

12.8.5 Pre Recorder Buffer: recurso para a gravação de, no mínimo, 60 segundos anteriores ao acionamento manual do botão de Gravação de imagem com áudio opcional. Ao ser acionado o botão do modo gravação, os 60 segundos precedentes são deslocados da memória temporária e serão efetivamente salvos. A COP deverá disponibilizar a possibilidade de o buffer ser configurado com ou sem áudio;

12.8.6 Na tecnologia exigida neste Termo de Referência, significa que o pre-buffer registrará os mesmos 60 segundos finais do vídeo imediatamente anterior ao que está sendo gravado (INTENCIONAL);

12.8.7 Botão Liga/Desliga, de fácil operação, com recurso que evite seu acionamento acidental e que permita ao policial acioná-lo rapidamente. Ao acionar o botão de gravação, a câmera começará a gravar automaticamente, com a certeza de início de gravação, além de indicativo sonoro e luz intermitente, ou vibração;

12.8.8 A câmera operacional portátil deve gravar ininterruptamente, no mínimo, 12 horas com uma única bateria. Não serão aceitos equipamentos que necessitem de mais de uma bateria para cobrir as 12 horas de gravação;

12.8.9 O prescrito no item anterior não se aplica nos casos em que a câmera estiver transmitindo em livestreaming. Caso a transmissão em livestreaming seja longa, ao se esgotar a bateria, outra câmera será entregue ao policial. Nesta condição, a bateria deve durar pelo menos 3 horas;

12.8.10 Capacidade de Armazenamento interno e não removível de , no mínimo, 64 gigabytes, excetuando o necessário para o sistema operacional da câmera;

12.8.11 A memória de armazenamento de evidências digitais na câmera deve ser fixa na placa de circuitos evitando que possa ser removida, sendo do tipo eMMC (Embedded MultiMedia Card) ou garantir que a memória de armazenamento não seja removida por ação externa.

12.8.12 Não serão aceitos equipamentos que ampliem a capacidade de gravação acima da percepção humana, como altíssima resolução (ex: 4K/8K), infravermelho, visão noturna e afins.

12.8.13 Caso o equipamento já possua esses recursos oriundos de fábrica, deverá haver a opção para que o administrador (Gestor do Contrato) possa desabilitá-los sem que outros usuários possam reabilitá-los. Este procedimento deverá ser demonstrado na análise de amostra;

12.8.14 Para exemplificar o que se deseja, a Solução deve ser um auxiliar do policial militar para a validação da prova policial, corroborando sua atuação;

12.8.15 A COP deverá permitir iniciar e finalizar a gravação de forma remota, sendo esse acionamento possível por meio do DEMS ou por API de integração aos sistemas de despacho de ocorrências da PMAL (CAD, Quimera ou outros que os venham substituir). Sendo marcos na integração, a abertura de BO e o respectivo despacho de uma ocorrência para uma guarnição, momento em que se iniciará automaticamente a gravação em todos os dispositivos dos membros de uma equipe designada e encerrá-la logo após a conclusão do BO no sistema CAD sem a necessidade de intervenção direta do operador do COPOM

12.8.16 A COP deverá permitir iniciar e finalizar a gravação de forma local;

12.8.17 Deverá permitir áudio de forma bidirecional, sem causar prejuízo a outras funcionalidades requisitadas, como as gravações e transmissão ao vivo (live streaming);

12.8.18 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados em campo (rua, local da operação) pela própria COP ou por meio de API de dispositivo móvel,

12.8.19 O Sistemas devem permitir a inserção de metadados forma remota (rua, local da operação) através de API na plataforma de gestão das câmeras, permitindo que o policial ou o COPOM remotamente através de integração via API possa inserir o boletim de ocorrência de ocorrência, classificar o vestígio e outros metadados, sendo as API compatíveis com as câmeras e sistemas de gerenciamento de ocorrência empregados na PMAL (a citar: CAD e Quimera e outros softwares que venham as substituí-los).

12.8.20 Os metadados deverão ser gravados no arquivo da câmera de forma a serem descarregados ao sistema e permitir o seu gerenciamento;

12.8.21 Não serão aceitas soluções que, por meio da câmera, do sistema, por aplicativo, ou qualquer outro meio, permita a alteração dos metadados gerados pela câmera no momento da coleta dos vestígios, ou seja, se houver a necessidade de inserção de metadados após a gravação realizada, este deverá ser adicionado em campo específico e como informação complementar, não podendo ser deletados ou alterados após serem salvos, devendo as retificações ocorrer sempre em complemento.

12.8.22 Nas câmeras que não possuem capacidade de inserção de metadados, os requisitos deverão ser aplicados ao app do smartphone (Android e iOS), ou por meio do DEMS, e todo o processo de inserção de metadados deverá ser realizado exigindo autenticação por usuário e senha;

12.8.23 A inserção deverá ocorrer sempre em complemento aos metadados coletados durante a gravação, ou inseridos pelo usuário, não podendo ser alterados ou suprimidos;

12.8.24 Deverá ser permitida a inserção de metadados via API com os sistemas da contratada. 12.8.25 Suportar, no mínimo, diferentes níveis de bit rate de gravação de vídeo, conforme faixa abaixo:

12.8.25.1 720p- 1280x720@30FPS no mínimo para vídeos INTENCIONAIS;

12.8.25.2 Suportar resistência à água, com índice de proteção IP67;

12.8.25.3 Gravar vídeo, no mínimo, em formato H264 - MPEG4; 12.8.25.4 Gravar áudio, no mínimo, em formato WMA ou AAC;

12.8.26 As entradas para conexão externa do tipo USB, HDMI, VGA, dentre outras, desta natureza, que a COP possuir não poderão permitir que as imagens e configurações da câmera sejam acessadas pelo usuário, garantindo a cadeia de custódia da prova;

12.8.27 Possuir interface Wi Fi padrão 802.11 a/b/g/n (2.4GHz e 5GHz), segurança mínima WPA2-PSK;

12.8.28 Possuir interface Bluetooth BT 4 + EDR, BLE 4.2 ou superior;

12.8.29 Possuir GPS integrado;

12.8.30 Possuir Slot para SIM Card ou outra tecnologia de transmissão de dados móveis (eSIM) dedicado ao livestreaming, acionamento remoto, posicionamento global por GPS entre outros recursos. Esse Slot deve ser localizado em ponto que dificulta a remoção do cartão, sendo necessário o uso de ferramenta para acesso ao espaço físico do cartão e caso seja acessado nos logs da câmera deverá haver um registro dessa inconformidade;

12.8.30.1 Esse slot deve permitir a utilização de SIM CARD ou eSIM compatível com todas as faixas de frequência LTE em uso no Brasil: Banda 7 (2600 MHz); Banda 3 (1800 MHz); Banda 28 (700 MHz).

12.8.31 Apresentar, na parte externa da câmera, o seu número identificador (ID da câmera), para permitir a identificação rápida e fácil da câmera pelo usuário;

12.8.32 O equipamento poderá apresentar, em sua superfície externa, nome do fabricante e logomarca.

12.8.33 A logomarca da Polícia será aplicada ao equipamento por meio de impressão ou adesivo autocolante pela contratada conforme layout apresentado pela PMAL;

12.8.34 O equipamento deve conter número de série/ano de fabricação;

12.8.35 Para equipamentos que a legislação brasileira exija homologação pelas agências nacionais reguladoras, devem ser apresentados os devidos certificados (exemplo: Homologação Anatel).

12.8.36 Objetivando a possibilidade de novíssimos equipamentos em lançamento no mercado internacional que possam vir a estar sendo lançados, essa homologação da ANATEL poderá ser apresentada até o momento dos testes de bancada.

12.9 Requisitos dos acessórios de fixação da COP:

12.9.1 Possibilitar a fixação na altura dos ombros ou na parte superior do tronco;

12.9.2 Este acessório deve adequar-se ao EPI ou fardamento de forma a possibilitar sua regulagem sem que o danifique, garantindo conforto e segurança para o usuário;

12.9.3 Os acessórios de fixação deverão atender condições de fixação nos uniformes de verão, inverno e na peça de sobreposição tática (coletes de proteção balística de equipes especiais);

12.9.4 Em câmeras em que a lente seja fixa, obrigatoriamente, o acessório de fixação deverá ser móvel, permitindo, no mínimo, regulagem vertical de amplitude que corresponda às imagens das figuras 2, quando embarcado em veículo automotor, e figura 3 quando desembarcado;

12.9.5 Em câmeras em que a lente seja regulável, para que não seja necessário um acessório de fixação móvel, a amplitude da regulagem da lente deve atender aos requisitos do item a seguir:

12.9.6 Devido à variedade de compleição física dos policiais e também dos variados tipos de serviço que prestam, um requisito básico para os acessórios de fixação é que eles permitam que a acoplagem seja feita de tal maneira que, ao estar embarcado em veículo, a

visão gravada pela câmera seja a do para-brisa do veículo, conforme figura “02”, e, ao estar desembarcado e em pé, a câmera possa registrar com eficiência a cena em que as pessoas interajam com os policiais, conforme o exemplo de figura “5”; para que isso seja possível, é permitida, neste certame, a apresentação, ou de câmera com lente móvel ou de câmera com lente fixa, porém com acessórios reguláveis;

12.9.7 A câmera deverá ser afixada na parte superior do tronco, isto inclui a altura dos ombros, porém o acessório deverá ser seguro o suficiente para que o equipamento não se desacople do uniforme nos casos em que o policial militar tenha que correr, saltar ou participe de interações com contatos físicos agressivos (agressões de terceiros a policiais), sem, no entanto, descaracterizar o conforto exigido para o uso do equipamento:

12.10 REQUISITOS GERAIS DE ATENDIMENTO

12.10.1 É vedada a oferta de aparelhos de características tecnológicas e construtivas inferiores às aqui estabelecidas;

12.10.2 É de responsabilidade da CONTRATADA, a entrega, substituição ou retirada de equipamentos, programas e/ou sistema voltado à perfeita operação de todos os recursos oferecidos pelos equipamentos fornecidos aqui especificados;

12.10.3 Os equipamentos deverão ser entregues com os seus acessórios, como baterias, carregadores de baterias bivolt, manuais e demais softwares;

12.10.4 Os equipamentos devem atender às normas brasileiras em relação aos conectores de energia elétrica, sendo vedados adaptadores;

12.10.5 As Câmeras Operacionais Portáteis - COP e acessórios deverão ser entregues à PMAL na forma de comodato, com fornecimento de garantia e assistência técnica, durante a vigência contratual;

12.10.6 A CONTRATADA deverá repor qualquer aparelho utilizado pelo CONTRATANTE, na hipótese de perda ou de dano, em até 72 (setenta e duas) horas, contados da data da comunicação da ocorrência de extravio ou dano, culposo ou doloso, ou da emissão de laudo do fabricante ou da Assistência Técnica autorizada da rede credenciada em relação à natureza do dano, ficando a CONTRATADA, nesta hipótese, responsável pelo custo de reposição, considerando o preço da nota fiscal até o limite de 2% da quantidade de câmeras fornecidas;

12.10.7 Repor, às expensas da CONTRATADA, qualquer aparelho utilizado pelo CONTRATANTE, na hipótese de defeito de fabricação, em até 72 (setenta e duas) horas, a partir da comunicação da CONTRATANTE, acompanhada de laudo do fabricante ou da Assistência Técnica da rede credenciada;

12.10.8 O reparo ou substituição dos aparelhos, no caso de defeito de fabricação, não pode representar ônus para a CONTRATANTE;

12.10.9 Os aparelhos, que serão fornecidos por ocasião das reposições previstas, deverão possuir características técnicas, no mínimo, iguais ou superiores às características dos aparelhos substituídos, sujeitos à validação da PMAL, no que tange às características técnicas;

12.10.10 Não limitar a substituição de equipamentos que, comprovadamente, apresentarem defeitos de fabricação;

12.10.11 A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade de, no caso de renovação do contrato ou da disponibilização de equipamentos mais modernos no portfólio nacional ou internacional de produtos e serviços da Contratada, providenciar a substituição do parque de equipamentos por outros mais atualizados em recursos tecnológicos, sem ônus extra para CONTRATANTE, estando sujeito à validação da PMAL, no que tange às características técnicas.

12.10.12 A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos, softwares e serviços que estejam em conformidade com as legislações nacionais e normas técnicas do Brasil.

12.11 Transferência de Conhecimento:

12.11.1 Deverá ser fornecida capacitação em centro de treinamento do fabricante ou em parceiro certificado e capacitado, para 05 (cinco) policiais indicados pelo Órgão de TIC da PMAL e ainda para 5 (cinco) policiais por unidade responsável por cada localidade constante neste projeto;

12.11.2 A transferência de conhecimento deverá ser provida no momento mais próximo possível à data do recebimento da fase de implantação da Solução;

12.11.3 A contratada poderá formalizá-lo mediante fornecimentos de vouchers oficiais de treinamento, certificados ou outro documento que comprove o fornecimento da transferência de conhecimento.

12.11.4 A capacitação será constituída, no mínimo, de dois treinamentos específicos:

12.11.5 Configuração, administração e gerenciamento da plataforma de equipamentos e softwares, incluindo dispositivos de borda e link de dados;

12.11.6 Operação dos dispositivos de borda.

12.11.7 Ao final da capacitação, deverá ser aplicado teste prático para avaliação dos policiais participantes; Deverá ainda a CONTRATADA fornecer treinamento avançado para 12 (doze) policiais militares;

12.11.8 O treinamento avançado deverá ocorrer exclusivamente na modalidade presencial, específico para configuração e administração de todos os subsistemas da plataforma fornecida, deve prover conhecimento teórico e exercícios práticos visando a instalação, configuração e administração de toda a plataforma ofertada;

12.11.9 O local do treinamento avançado será indicado pela CONTRATADA a qual também ficará responsável por toda a logística necessária para a sua realização, após validação da CONTRATANTE;

12.11.10 Todo e qualquer custo necessário para o cumprimento da etapa de capacitação, será de obrigação exclusiva da CONTRATADA.

12.11.11 A contratada deverá ainda disponibilizar treinamento no formato de plataforma de conteúdo web contendo vídeos de treinamento de operação básicas e emprego das COP; da mesma forma disponibilizar cartilhas de operação básicas e emprego das COP.

12.12 REQUISITOS DE PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.12.1 O objeto do presente Termo de Referência deverá ser realizado conforme as descrições nele estabelecidas, correndo, por conta da CONTRATADA, as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação dos serviços;

12.12.2 A CONTRATADA deverá fornecer as câmeras operacionais portáteis em regime de comodato, com as características técnicas descritas nesta especificação técnica;

12.12.3 Todos os aparelhos necessários ao funcionamento da solução, deverão ser entregues e instalados nos locais previstos neste projeto, conforme cronograma;

12.12.4 A implantação da solução deverá iniciar em até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da aprovação do cronograma, sendo que todos os aparelhos deverão estar ativos e em condições de uso, ao término da implantação;

12.12.5 Trocar os aparelhos disponibilizados a título de Comodato, em caso de prorrogação contratual, devendo ser substituídos por outros equipamentos novos e mais atualizados em recursos tecnológicos, que possuam as mesmas ou superiores características técnicas e serviços, sem custos adicionais; Sendo identificado, a qualquer tempo, que qualquer equipamento pertencente à Solução apresentada, não esteja cumprindo os requisitos deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá substituí-lo em um prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contados da comunicação da irregularidade, por outro equipamento igual ou, na falta deste, por de características superiores ao contratado.

12.12.6 Se estiverem em conformidade ao solicitado, os membros da comissão de exame de materiais, realizarão o recebimento definitivo do objeto licitado, sendo a CONTRATADA notificada formalmente desse ato;

12.12.7 Caso as exigências técnicas não sejam plenamente satisfeitas, o Gestor Contratual será informado, pelo Fiscal de Contrato, da existência e natureza da(s) inconformidade(s) detectada(s), e providenciará o encaminhamento de tal comunicação à empresa CONTRATADA, bem como a disponibilização do objeto para sua retirada e adequação, tendo a empresa CONTRATADA o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir dessa comunicação formal, para sanar a inconformidade detectada;

12.12.8 Caberá à CONTRATADA a responsabilidade e custeio do equipamento e seu envio para reposição por via Sedex ou similar;

12.12.9 Para efeito inicial da prestação ou para faturamento do serviço contratado, serão consideradas as quantidades já implantadas, conforme o período de implantação da solução estabelecido neste Termo de Referência, cabendo à CONTRATADA:

12.12.10 Num prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o recebimento da ordem de execução, apresentar cronograma de implantação, contemplando todas as unidades policiais constantes neste projeto, bem como caderno de testes para o recebimento;

12.12.11 Instalar todos os ativos, software e hardware, em, no máximo, 90 (noventa) dias da aprovação do cronograma.

12.12.12 O pagamento dos serviços prestados pela contratada, serão realizados, proporcionalmente, e após comprovação do pleno funcionamento dos serviços ao final de cada período.

12.12.13 O caderno de teste, a ser apresentado pela CONTRATADA, deverá possuir, no mínimo, requisitos para evidenciar o funcionamento completo:

12.12.13.1 Do Software de Custódia, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;

12.12.13.2 Do Armazenamento em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;;

12.12.13.3 Da Infraestrutura para transmissão dos dados para a nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;;

12.12.13.4 Da COP – Câmera Operacional Portátil, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;;

12.12.13.5 Do treinamento, comprovando todas as exigências descritas neste Termo de Referência;.

12.12.14 O preço da contraprestação mensal a ser paga pela Administração Pública Estadual, compreendendo todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas, bem como os custos, tributos, encargos e taxas de qualquer natureza e demais insumos incidentes sobre o projeto licitado, terá sua vigência somente após total implantação total e operacionalização efetiva da solução.

12.13 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

12.13.1 A demanda do órgão ou entidade tem como base as seguintes características:

12.13.2 Contratação de empresa especializada em SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO, CAPTAÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, CUSTÓDIA E COMPARTILHAMENTO DE VESTÍGIOS DIGITAIS POR CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS – COP (BODYWORN CAMERA) NAS ATIVIDADES POLICIAIS:

12.13.3 O serviço inclui o fornecimento dos links de dados, dos equipamentos necessários para estabelecer conexão com o sistema de armazenamento da contratada em nuvem e backup em co-location numa estrutura de storage e posteriormente ao sistema de armazenamento da PMAL, os recursos tecnológicos necessários para acionamento remoto da câmera e transmissão por live streaming via browser web, plano de dados para conectividade das câmeras, infraestrutura nas instalações físicas da Polícia Militar do Estado de Alagoas, o sistema de gerenciamento e custódia de vestígios digitais (DEMS), configurações, manutenções, atualizações, correções de software, hardware e suporte técnico, bem como acessórios dos equipamentos e suporte técnico para toda solução, incluindo garantia total, para uso dos policiais militares durante as atividades operacionais.

12.13.4 A contratada deverá fornecer as câmeras mais recentes existentes em seu portfólio, bem como os sistemas de montagem no uniforme descritos pela Polícia Militar, um software de custódia de vestígios digitais com licenças ilimitadas para toda a operação do sistema, deve realizar a transmissão ao vivo de dados pela internet, em áudio e vídeo (live streaming).

12.13.5 As inovações tecnológicas disponibilizadas no portfólio de produtos da contratada, no âmbito nacional ou internacional, deverão ser oferecidas à PMAL sem custos adicionais, enquanto perdurar o contrato, garantindo-se o treinamento e o funcionamento da solução.

12.13.6 O serviço será prestado em unidades policiais da Polícia Militar do Estado de Alagoas e realizado por meio de câmeras distribuídas e conectadas por interface aberta de vídeo em rede e com transferência contínua de dados em tempo real, a um sistema central que disponibilizará as imagens por intermédio de monitores e realizará a gravação e armazenamento destes registros, visando maior eficiência no atendimento aos cidadãos, transparência à ação de segurança pública, provendo suporte à fiscalização, controle, vigilância, segurança e policiamento remoto nas dependências da Polícia Militar do Estado de Alagoas.

12.14 Especificação da garantia do serviço:

12.14.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12.14.2 Procedimentos de transição e finalização do contrato:

12.14.3 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

12.14.4 A Contratada, ao término do seu contrato, deverá realizar a transição contratual com transferência de dados em arquivos de vídeos tipo AVI, MP4, MPEG4 ou similar; conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, inclusive metadados e dados de log, trilha de auditoria, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou de nova empresa habilitada, caso haja, para continuar a execução dos serviços.

12.14.5 Da mesma forma, é responsabilidade da contratada realizar a transição contratual com a transferência da infraestrutura de armazenamento, em co-location, na estrutura de storage de, no mínimo, 01 PB (Um Pentabyte), que realiza o armazenamento do backup, anteriormente instalado no datacenter da contratante pela contratada, localizado na Rua Zadir Índio, 213. Centro. Maceió/AL.

12.14.6 Ainda que, deverá ocorrer também a transferência dos ativos empregados para captura das imagens e gestões das COPs, ou seja, COPs, docas, computadores e sistemas necessários para o funcionamento do sistema.

12.14.7 Tal transferência é essencial para a adequada transição contratual tendo em vista que se trata de grande volume de dados, sensíveis, de uso exclusivo da segurança pública, em respeito à LGPD.

12.14.8 Após a transferência, atestado o recebimento completo de todos os dados, a contratada deverá realizar a destruição de dos referidos dados armazenados em nuvem.

12.14.9 Os procedimentos de transição e finalização do contrato devem ser realizados com acompanhamento da Contratante, incluindo a capacitação supracitada.

12.15 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)[A1]

12.15.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12.14.2 ANS - Acordo de Nível Serviço:

12.14.3 O ANS - Acordo de Nível Serviço define as principais metas e responsabilidades da Contratada no atendimento de chamados técnicos e na prestação dos serviços de suporte técnico classificados por grau de severidade e devem ser prestados, observadas as classificações de severidade de 1 a 3:

12.14.4 Severidade 1 (S1): o equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não-conformidade técnica que torna o serviço total ou parcialmente inoperante. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 01 (uma) hora e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 12 (doze) horas, contados da abertura do chamado técnico.

12.14.5 Severidade 2 (S2): o equipamento, acessório, periférico ou software que apresente pane, falha ou não-conformidade técnica que prejudique a prestação dos serviços, uso ou acesso de função(ões) básica(s). O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) horas, contados da abertura do chamado técnico.

12.14.6 Severidade 3 (S3): o equipamento, acessório, periférico ou software apresenta pane, falha ou não-conformidade técnica que causa restrições de operação de funções acessórias. O atendimento do chamado técnico pela Contratada deve ser realizado em, no máximo, 02 (duas) horas e a solução técnica, definitiva ou de contorno, não poderá exceder a 120 (cento e vinte) horas, contados da abertura do chamado técnico.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 96.307.200,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	MÊS	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
1	Descrição: Gravação - Degravação - Imagem / Som / Dados Descrição complementar: Fornecimento de solução de câmeras corporais	13749	Un.	24	3648	R\$ 1.100,00	R\$ 96.307.200,00	600	3648

13.1 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

13.2 O prazo de vigência do contrato é de 36 meses contados da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. A distribuição prevista é: 3 meses para início da operação e 24 meses de efetiva execução (perfazendo 24 parcelas a serem pagas ao fornecedor - NÃO há previsão de pagamento nos 3 meses da fase de implantação). Os meses restantes para completar o prazo de vigência de 36 meses são empregados os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas, recebimento de relatórios e pagamentos finais.

13.3 O objeto não permite parcelamento em lotes devido à necessidade de contratação da solução como um todo, o qual precisa ser integralmente compatível.

13.4 Essa necessidade de agrupar todos os serviços em um único lote se dá por variados motivos, dentre eles destacam-se:

13.4.1 Garantia de integração e compatibilidade entre os diferentes componentes do sistema, mitigando problemas de incompatibilidade entre softwares, hardware e outros elementos do sistema;

13.4.2 Facilidade de Gerenciamento, pois a aquisição e gestão de diferentes componentes de um sistema complexo pode ser simplificada quando tratados como um único pacote, facilitando o gerenciamento e a coordenação dos serviços, permitindo uma implementação mais eficiente e rápida.

13.4.3 Ao ter um único fornecedor contratado, responsável por todos os aspectos do sistema, há uma clareza na atribuição de responsabilidades em caso de problemas. Isso evita disputas entre diferentes fornecedores sobre quem é responsável por falhas ou deficiências no sistema.

13.4.4 Consolidar todos os serviços em um único item pode levar a economias de escala, pois os licitantes podem oferecer preços mais competitivos ao fornecer um pacote completo de serviços. Isso pode resultar em custos totais mais baixos para a aquisição e implementação do sistema.

13.5 Ao agrupar os itens em único processo licitatório, tem-se que todo o processo caminha junto, não havendo a possibilidade de um item ser adjudicado enquanto outro ainda está em disputa ou em fase de recurso, garantido assim que ao final do processo, todos os itens necessários estão contratados ao mesmo tempo.

13.6 Ao tratar todos os elementos como um conjunto integrado, a licitação é projetada para avaliar o desempenho global do sistema, em vez de avaliar cada componente separadamente.

13.7 Isso é especialmente relevante pois a eficácia do sistema depende da interação harmoniosa de vários elementos.

13.8 Por fim, ao agrupar os serviços em um único lote é possível estabelecer padrões e requisitos uniformes para todos os componentes do sistema, garantindo conformidade com as normas, regulamentos e legislações relevantes.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1 FINALIDADE E RELEVÂNCIA

14.1.1 A presente justificativa visa fundamentar tecnicamente a necessidade de contratação de serviço de locação de câmeras corporais (bodycams) para uso da Polícia Militar, com o objetivo de proporcionar maior transparência nas ações policiais, resguardar os direitos dos cidadãos e garantir segurança jurídica aos agentes de segurança. Trata-se de um recurso tecnológico moderno e eficaz, amplamente utilizado por forças policiais nacionais e internacionais, que contribui significativamente para a melhoria da atuação policial.

14.2 BENEFÍCIOS OPERACIONAIS

14.2.1 Registro fiel e em tempo real das abordagens e ocorrências policiais;

14.2.2 Aumento da transparência das ações policiais perante a sociedade;

14.2.3 Redução de conflitos e de eventuais denúncias infundadas;

14.2.4 Proteção legal para os policiais em caso de ações contestadas;

14.2.5 Subsídio para apuração de eventuais desvios de conduta;

14.2.6 Melhoria dos treinamentos operacionais com base na análise de situações reais;

14.2.7 Promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

14.3 JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE DE LOCAÇÃO

14.3.1 A opção pela locação, em detrimento da aquisição definitiva, se justifica pelos seguintes fatores:

14.3.1.1 Permite atualização tecnológica constante, evitando obsolescência;

14.3.1.2 Inclui serviços de manutenção corretiva e preventiva, evitando paradas operacionais;

14.3.1.3 Garante suporte técnico especializado e reposição de equipamentos defeituosos;

14.3.1.4 Possibilita o armazenamento seguro de dados em nuvem, com rastreabilidade e controle de acesso, respeitando a LGPD;

14.3.1.5 Reduz custos com infraestrutura de TI e servidores locais;

14.3.1.6 Proporciona flexibilidade para ampliação ou redução do número de equipamentos conforme a necessidade;

14.3.1.7 Facilita o planejamento orçamentário por meio de valores fixos mensais.

14.3.1.8 Trata-se de uma execução do Convênio n.º 972940/2025. O objetivo desse convênio é fortalecer a Polícia Militar do Estado de Alagoas mediante a implementação do projeto de câmeras corporais, dentro do contexto de desenvolvimento de políticas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade, com a previsão de contratação de empresa especializada para realizar a Implantação de solução de câmeras corporais, num quantitativo de 600 câmeras. E, conforme plano de trabalho, a natureza de despesa pactuada foi de serviço de locação.

14.4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E TÉCNICA

14.4.1 A utilização de bodycams está alinhada com as diretrizes de transparência, legalidade e controle das atividades policiais, conforme recomendações de órgãos como o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

14.4.2 Ademais, a locação de equipamentos, notadamente soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC), é modalidade prevista e incentivada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019, que orienta sobre o planejamento da contratação de soluções de TIC na Administração Pública.

14.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

14.5.1 Diante do exposto, a contratação de serviços Fornecimento de solução de câmeras corporais, conforme Nota Técnica SENASP nº 14/2024 se revela uma solução tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e socialmente desejável. A medida contribuirá para o aperfeiçoamento da atividade policial, para o fortalecimento da confiança da sociedade na Polícia Militar e para a promoção de uma cultura institucional baseada na ética, na legalidade e no respeito às garantias fundamentais.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1 Consoante cálculos e justificativas presentes no item de Análise Comparativa De Custos, apresentamos as justificativas econômicas para a escolha da solução:

15.2 Análise de soluções e de custos:

15.2.1 A contratação integral da solução se mostra financeiramente mais interessante e, ademais, como já demonstrado, a opção pela solução de contratação por serviço se mostrou mais viável econômica e logisticamente.

15.3 Modelo de pagamento flexível:

15.3.1 A contratação do serviço será com pagamento por unidade em uso, ou seja, baseada em um modelo de pagamento conforme o uso (pay-as-you-go).

15.3.2 Isso significa que o Órgão paga apenas pelos recursos que se encontram disponíveis para uso.

15.4 Redução de custos operacionais:

15.4.1 Com a contratação em forma de serviço, o Órgão não precisa se preocupar com a manutenção física e atualização de infraestrutura, o que resulta em economia de custos operacionais a longo prazo.

15.4.2 As equipes de TI podem concentrar seus esforços em projetos estratégicos em vez de tarefas de rotina.

15.5 Escalabilidade sob demanda:

15.5.1 A infraestrutura fornecida pela contratada permite que o Órgão aumente ou diminua rapidamente a capacidade dos recursos de TI de acordo com as necessidades do negócio.

15.5.2 Essa escalabilidade sob demanda evita gastos excessivos com recursos ociosos e garante que a infraestrutura esteja ajustada às demandas reais.

15.6 Atualizações e inovações constantes:

15.6.1 A contratada deve oferecer tecnologias de ponta sem que o Órgão precise fazer grandes investimentos em atualizações de hardware e software, de forma a fornecer e manter os índices e as acurácias exigidas, trazendo economia em escala para a Administração.

15.6.2 Os fornecedores estão constantemente aprimorando seus serviços, o que permite que os clientes se beneficiem das últimas inovações tecnológicas sem custos adicionais.

15.7 Redução de riscos financeiros:

15.7.1 Com a infraestrutura fornecida pela Contratada, o Órgão não se torna responsável por riscos como obsolescência tecnológica, falhas de hardware ou problemas de segurança.

15.7.2 Ao optar pela contratação em forma de serviço com disponibilidade, parte desses riscos é transferida para a Contratada, que é especializada em solução de captura de imagens, de segurança e de proteção dos dados.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1 Aumento da Transparência e Confiança Pública: A utilização de câmeras corporais pode aumentar a transparência nas ações policiais, o que pode melhorar a percepção da sociedade em relação ao trabalho da polícia, gerando maior confiança da população nas forças de segurança.

16.2 Prevenção de Abusos e Abuso de Poder: Ao documentar as interações policiais, as câmeras corporais podem reduzir os casos de abuso de poder e uso excessivo da força, pois os policiais estarão mais conscientes de que suas ações estão sendo registradas, o que pode inibir comportamentos inadequados.

16.3 Evidências Objetivas em Caso de Conflitos: As gravações fornecem provas claras e imparciais de eventos, ajudando a resolver disputas entre policiais e civis. Em caso de denúncias, as imagens podem servir como uma ferramenta para confirmar ou refutar alegações, ajudando a assegurar que as investigações sejam justas e precisas.

16.4 Melhoria nas Relações Polícia-Comunidade: Com a implementação das câmeras, a polícia pode demonstrar compromisso com a responsabilidade e com a proteção dos direitos humanos, o que pode levar a uma maior colaboração entre as forças de segurança e as comunidades.

16.5 Redução de Denúncias Falsas contra Policiais: A gravação das interações pode ajudar a proteger os policiais contra denúncias falsas ou injustas, pois o vídeo pode comprovar a correção de suas ações em determinadas situações.

16.6 Capacitação e Treinamento Contínuo: Se tratando de uma nova forma de atuação e controle, será necessário que se realize treinamentos contínuos com a tropa, afim de capacita-los cada vez mais aos tipos de ocorrências que se deparem. Serão usados para esse aperfeiçoamento o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e a Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello.

17. Providências a serem Adotadas

17.1 Não se aplica, pois todas as providências a serem adotadas em relação a ajustes físicos e de infraestrutura elétrica e lógica serão adotadas pela CONTRATADA.

17.2 Atesta-se, sob nossa responsabilidade funcional, que o Estudo Técnico Preliminar - ETP elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive quanto às especificações do objeto, sua descrição, unidade de medida e quantidade sendo seguidos os parâmetros estabelecidos no Decreto Estadual nº 90.381/2023.

18. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade


A documentação atende a necessidade para a contratação

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


Documento assinado digitalmente
 **JAIRISON CORREIA DE MELO**
Data: 26/02/2026 13:42:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JAIRISON CORREIA DE MELO
Membro da comissão de contratação


Documento assinado digitalmente
 **THYAGO MANOEL DAS CHAGAS COUTINHO**
Data: 26/02/2026 11:48:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THYAGO MANOEL DAS CHAGAS COUTINHO
Membro da comissão de contratação

EDIVAL LIMA DA SILVA JUNIOR
Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 18:39:33.

URIEL DELGADO DE ALMEIDA
Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 15:14:18.

ANEXO 01

LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE ITENS DE CONFIGURAÇÃO

Opm	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
5ª Seção PMAL	MACEIÓ	Praça da Independência, 67, Centro, Maceió/AL	0*
COPOM	MACEIÓ	Praça Da Independência, 67, Centro, Maceió - AL,	0*
1o BPM	MACEIÓ	Av. Senador Rui Palmeira, s/n, Vergel do Lago, Maceió-AL	80
2o BPM	UNIÃO DOS PALMARES	Rua Juvenal Mendonça, S/N, Centro-União dos Palmares/AL	40
3o BPM	ARAPIRACA	Rod AL-220 KM 2 Planalto Arapiraca-AL	100
4o BPM	MACEIÓ	Rua Goiás, 610, Farol, Maceió - AL	80
5o BPM	MACEIÓ	Av. Cachoeira do Merim, Benedito Bentes, Maceió-AL	80
6o BPM	MARAGOGI	Rod. AL-101 Norte Km 125, Patum, Maragogi/AL	40
7o BPM	SANTANA DO IPANEMA	Rod BR-316 km 87-Lagoa do Junco, Santana do Ipanema-AL	40
8o BPM	RIO LARGO	Rodovia BR-104 KM 91, S/N - Tabuleiro do Pinto, Rio Largo - AL	30
9o BPM	DELMIRO GOUVEIA	Rua Vicente de Menezes, 206, Centro, Delmiro Gouveia/AL	30
10o BPM	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Tv. Castelo Branco, S/N, Vila Maria, Palmeira dos Índios-AL	35
11o BPM	PENEDO	Av. Getúlio Vargas, 542, Centro, Penedo-AL	35
1a CPM	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	Tv. Aristides de Castro, 31, Centro São Miguel dos Campos-AL	30
14o BPM	NOVO LINO	Av. Pref. Osmário Gomes de Barros, s/nº, Conj. Antônio Celestino Lins, Joaquim Gomes/ AL	40
2a CPM	PARIPUEIRA	Av. Eugenio Costa S/N, Centro, Paripueira-AL	20
APM	MACEIÓ	Av. Assis Chateaubriand, S/N, Trapiche da Barra - Maceió – AL	40
BOPE	MACEIÓ	Av. Siqueira Campos S/N, Trapiche da Barra, Maceió – AL	40
BPA	SATUBA	Balneário do Catolé,	20

		BR 316, KM 14, C. Bom, Maceió-AL	
BPESC	MACEIÓ	R. Prof. Virgínio, 821-679 - Farol, Maceió - AL	20
12o BPM	MACEIÓ	Rua Em Projeto, S/N, BR 101, Tabuleiro – Maceió-AL	80
ROTAM	MACEIÓ	R. Princesa Isabel, 428 - Farol, Maceió - AL	80
BPTRAN	MACEIÓ	R. AUGUSTO VAZ DA SILVA, 117-1 - Prado, Maceió - AL.	60
CFAP	MACEIÓ	Av. Siqueira Campos S/N, Trapiche da Barra, Maceió – AL	40
CPRS	SANTANA DO IPANEMA	Rua José Constantino Melo, 09 - Monumento, Santana do Ipanema	10
CPRA	ARAPIRACA	Rua Presidente Tancredo Neves, nº 1111, Bairro Novo Horizonte, Arapiraca-AL	10
CPRNZM	UNIÃO DOS PALMARES	Avenida Abílio Gomes, 1, no Centro, União dos Palmares - AL	10
CPRM	MACEIÓ	Praça da Independência, 67 - Centro, Maceió - AL	10
CPFAZ	MACEIÓ	Av. Comendador Gustavo Paiva, 4860 - Cruz das Almas, Maceió - AL,	20
CPRSUL	PENEDO	Rua José Monteiro da Silva, 632 - CISP de Teotônio Vilela.	10
BPRv	MACEIÓ	R. Edgar de Góes de Monteiro, 349-409 - Clima Bom, Maceió - AL	20
RPMON	MACEIÓ	R. Marquês de Abrantes - Bebedouro, Maceió - AL	20
13o BPM	MACEIÓ	Av. Juca Sampaio, Jacintinho, s/n, Maceió/AL	80
3a CPM	ATALAIA	Av. Pedro Pereira Acioli S/N, Centro, Atalaia-AL	20
4a CPM	MARECHAL	R. Capitão Bernardino Souto S/N, Centro, Marechal Deodoro-AL	20
5a CPM	MACEIÓ	SENAI - Distrito Industrial Gov. Luiz Cavalcante, S/N - Quadra 8, Tabuleiro dos Martins,	40
6a CPM	BATALHA	Rua Afrânio Lages, s/n, Centro – AL 220 , Batalha - AL,	20
7a CPM	GIRAU DO PONCIANO	Rua Rodrigues Ferreira da Silva, 141, Res. Morada do Progresso, Girau do Ponciano - AL	20
8a CPM	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	R. Vice Pref. Dermerval Tenório de Mesquita, 113-75, São Luís	20

		do Quitunde - AL	
9a CPM	CORURIBE	AL-105, s/n - Pindorama, Coruripe - AL	20
10a CPM	CAMPO ALEGRE	Rua Padre Cícero, 793, Teotônio Vilela	20
COPEs	PÃO DE AÇUCAR	Av. Batalha, 321 - Piranhas, AL	20
CPCHOQUE	MACEIÓ	Av. Siqueira Campos S/N, Trapiche da Barra, Maceió – AL	30
RAIO	MACEIÓ	R. Princesa Isabel, 428 - Farol, Maceió - AL	20
TOTAL SSP			1500

*Local de instalação de central de monitoramento

POLCAL:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
POLCAL SEDE E INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	MACEIÓ	Rua João Pessoa, nº 290, 4º andar, CEP 57.020-070, Centro, Maceió, Alagoas	150
INSTITUTO MÉDICO LEGAL	ARAPIRACA	Avenida Governador Lamenha Filho, s/nº, no bairro Jardim Tropical, Arapiraca - AL, CEP 57.312-450	50
TOTAL ÓRGÃO			200

PMAL:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
CME Comando de Missões Especiais	Maceió - AL	CISP 3, Avenida Siqueira Campos, Trapiche da Barra, Maceió – AL	105
TOTAL ÓRGÃO			105

CBM:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
2º BBM	MARAGOGI	Loteamento Praia de Maragogi, 41, "Q" S"LT" 11 – Centro , Maragogi/AL	100

3º BBM	UNIÃO DOS PALMARES	Av Monsenhor Clóvis Duarte de Barros, 571, Centro, União dos Palmares/AL:	100
4º BBM	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Av. Sabiá, s/n - Bairro: Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios – Alagoas:	100
6º BBM	PENEDO	Rua Manoel Barreiros S/N, Santa Luzia, Penedo/AL:	100
7º BBM	ARAPIRACA	Rodovia AL 220, Km 05, Novo Horizonte, Arapiraca/AL:	100
9º BBM	SANTANA DO IPANEMA	Rua Delmiro Gouveia no. 14 – Camuxinga, Santana do Ipanema/AL:	100
BI	MACEIÓ	BR 316, km 275, Av. Deputado Serzedelo de Barros Correia, s/n – Santos Dumont – Maceió/AL;	100
BBS	MACEIÓ	Rua Nossa Sra de Fátima, s/n, Conjunto Rui Palmeira – Serraria – Maceió/AL;	100
BSE	MACEIÓ	BR 316, km 275, Av. Deputado Serzedelo de Barros Correia, s/n – Santos Dumont – Maceió/AL	100

BSA	MACEIÓ	Av. Dr. Antônio Gouveia, s/n – Pajuçara – Maceió/AL;	100
TOTAL ÓRGÃO			1.000

SERIS:

Unidade	Cidade	Endereço	Número de câmeras proposto para cada unidade
Complexo Penitenciário de Maceió	Maceió - AL	Rodovia BR-104, KM 01. Maceió/AL.	843
TOTAL ÓRGÃO			843